



INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA
MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

ATESTO que a segurada

portadora da Carteira Profissional n.º

Série, deverá afastar-se do trabalho por

um período de 120 dias semanas, a partir de

01/05/94, de conformidade com o

que dispõem o parágrafo 1.º do Art. 392 da Consolidação

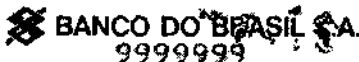
das Leis do Trabalho e o Art. 3.º do Decreto n.º 75.207/75.

Hospital - PAM

Local - Data

Edmundo Felix de Barros
CRM 1055

Ass. do Médico - N.º CRM



pasep

Comprovante de Inscrição — CI

Data do cadastramento

28.05.91

Nº de inscrição no PASEP

1.704.495.076-9

Nome do participante

MARCIA LUIZA DO AMARAL

Data do nascimento

12.10.67

Sexo

2

1 - Mas.
2 - Fem.

CPF

452693511-53

Nome da mãe

LUIZA ALMEIDA DO AMARAL

Válido somente com a apresentação do documento de identificação.

FINANCIAL COMPANHIA DE SEGUROS
CGC 76.572.7684/0001-68

CERTIFICADO INDIVIDUAL DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO E/OU ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO

CERTIFICADO DE SEGURO Nº

001123-0

APÓLICE(S)

VG

39

APC

0

ESTIPULANTE

015-20372

COCEMAT-CIA DES EST M GRESSC

SEGURADO

MARCIA LUIZA DE ANARAL

INÍCIO DE VIGÊNCIA

01/06/91

FIM DE VIGÊNCIA

DATA ÚLTIMA ALTERAÇÃO

VALOR DO PRÊMIO

******4.900,00**

CAPITAIS SEGURADOS EM CASO DE

MORTE NATURAL	MORTE ACIDENTAL	INV. PERM. TOTAL OU PARC. POR ACID.
*7.000.000,00	14.000.000,00	14.000.000,00
INV. PERM. TOTAL POR DOENÇA	HOSPITALAR OPERATÓRIA	
***	***	***
AMDS	DIÁRIAS HOSPITALARES	DIÁRIAS DE INCAPACIDADE TEMPORAR.
***	***	***

BENEFICIÁRIO(S) O(S) MESMO(S) JÁ INDICADO(S) PELO SEGURO EM DOCUMENTOS EM PODER DA SEGURADORA.

EMITIDO EM

05/02/92


 ASSINATURA



MINISTÉRIO DA FAZENDA



SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CIC

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CPF

Nº de Inscrição

452693511-53

NOME COMPLETO

Leônidas Luiz de Almeida

NASCIMENTO

12/30/67

ASSINATURA

[Handwritten signature]

TERÁ VALIDADE SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E
DE USO OBRIGATORIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS
PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA FISCAL, PROCURE A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA
DA RECEITA FEDERAL

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

21-06-86
122

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO.

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF



EXTRATO DE CONTA DO F.G.T.S.

Ag. 1-7

1.013

NOME DO EMPREGADO MARCIA LUIZ DO AMARAL		Nº CONTA FGTS 1114-05		MATRÍCULA		FOLHA 1					
Nº PIS/PASEP/CPF 17044950769		CARTEIRA DE TRABALHO 30607-003		ADMISSÃO 30/04/90		SAQUES NA VIGÊNCIA DO CONTRATO 0,00		SITUAÇÃO DA CONTA OPTANTE			
AGÊNCIA DEPOSITÁRIA CUIABA BOSQUE				OPÇÃO 30/04/90		TAXA 3		OPÇÃO RETROATIVA 00/00/00		AFASTAMENTO 00/00/00-	
NOME DA EMPRESA CIA DESENV DO EST MATO GROSSO CODEMAT						CÓDIGO 708-6		CGC/CPF/INSCRIÇÃO NO IAPAS 03474053000132			
ENDEREÇO/CEP/CIDADE/UF. BLOCO DO G P C PAL PATAGUAS 99999 CPA 78000 CUIASA - MT											

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA NO SEMESTRE

DATA	HISTÓRICO	VALOR
10/01/92	SALDO ANTERIOR	92.913,76
10/02/92	JCM CREDITADOS	25.566,24
10/02/92	JCM CREDITADOS	29.400,33
10/5 - 228.666,85		
SALDO DA CONTA	DEPÓSITOS 35.975,00	JUROS E CORR. MONETÁRIA 111.905,33
		TOTAL 147.880,33

BEMAT: AGORA UM GRANDE BANCO



Hospital e Pronto Socorro Modelo
PLANTÃO PERMANENTE

Declaro por este documento que o paciente
foi que a Srta. Marcia teve do (Anomul
deu) permaneceu em repouso durante
por um período de 72 horas (3 dias - 72h dir.)
a partir de hoje.

Chá 22/12/92

CD

6362/b.

Dr. Luiz Carlos da Cunha Junior
CRM - 1880 CPF. 717 259 977-20
Ginecologia e Obstetrícia

Aviso Prévio ao Empregado

Nº

Empresa

C O D E M A T.

Nome do Empregado

MARCIA LUIZA DO AMARAL.

Pelo presente notificamos que a partir de ~~dia~~ da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços pela nossa empresa, e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 487 — itens — I e II — Cap. V Título IV, do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 da **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**.

Até o término do aviso prévio, por força do art. 488 da GLT V. S.º terá seu horário de trabalho reduzido de duas horas diárias sem prejuízo de seu salário, a fim de procurar outro emprego. Nestas condições, sua jornada de trabalho terminará duas horas antes do horário normalmente previsto. Caso V.S.º resolva optar pela faculdade do § único do art. 488, solicitamos formalizar esta intenção.

Solicitamos a devolução do presente com o seu "ciente".

Local/ Data

Cuiabá-MT, 20/05/92.

Empregador

Antonio de Arruda Pinto

Empregado

Assinatura do Responsável, em caso de Empregado Menor

- CODEMAT -

Aviso Prévio ao Empregado

Nº

Empresa

C O D E M A T

Nome do Empregado

MARCIA LUIZA DO AMARAL.

partir

Pelo presente notificamos que a ~~de~~ da data da entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços pela nossa empresa, e por isso vimos avisá-lo, nos termos e para os efeitos do disposto no art. 487 — itens — I e II — Cap. VI Título IV, do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 da **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**.


Até o término do aviso prévio, por força do art. 488 da CLT V. Sº terá seu horário de trabalho reduzido de duas horas diárias sem prejuízo de seu salário, a fim de procurar outro emprego. Nestas condições, sua jornada de trabalho terminará duas horas antes do horário normalmente previsto. Caso V.Sº resolva optar pela faculdade do § único do art. 488, solicitamos formalizar esta intenção.

Solicitamos a devolução do presente com o seu "ciente".

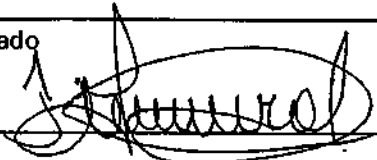
Local/ Data

Cuiaba-MT, 20/05/92.

Empregador


Gilmar de Arruda Pinto

Empregado



Assinatura do Responsável, em caso de Empregad

C O D E M A T

Cód. 15.246

Cód. 15.246

Dr. Aguiar Farina
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA
CANCER GINECOLÓGICO
MASTOLOGIA
CRM 2386

Declaro para os devidos fins
que a Sr. Marcia Souza de Amaral
entrou em consulta médica no
dia 18 de novembro de 93 no período
da tarde.

Assinado, 18.11.93

Aguiar

Dr. Aguiar Farina
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA
CRM 2387



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

DIRETORIA

4396/12 protocolo

João

Declaro falsa or de vidos
fins que a Sr. Maria Louiza
do Amaral encontra-se
enfimada e necessita repousar
no periodo de 14 a 17 de
dezembro de 93.

Beuch, 14. 12 93

Aguiar Farina

LABORATÓRIO MÉDICO

PACIENTE

MARCIA LUIZA DO AMARAL

004731

MÉDICO

DR

DATA

14/10/93

MATERIAL

FEZES

CAT

NP

PARASITOLOGICO

PROTOZOOSCOPIA.: negativo

OVELMINTOSCOPIA.: negativo

OBSERVAÇÕES:


MÉDICO PATOLOGISTA CLÍNICO

LABORATÓRIO MÉDICO

PACIENTE

MARCIA LUIZA DO AMARAL

MÉDICO

DR

MATERIAL

URINA

004731

DATA

14/10/93

CAT

NP

ROTINA DE URINA (EAS)

VOLUME : 0 DENSIDADE : 1.020 PH : 5.0

ELEMENTOS ANORMAIS.:

ALBUMINA.....ausente

GLICOSE.....ausente

ACETONA.....ausente

BILIRUBINA.....ausente

UROBILINOGENIO...normal

NITRITO.....ausente

SEDIMENTOS.:

LEUCOCITOS...02 por campo

HEMATIAS.....01 por campo

CILINDROS....ausente

CRISTAIS.....ausente

CELULAS EPITELIAIS.....presente

OBSERVAÇÕES :

MÉDICO PATOLOGISTA CLÍNICO

LABORATÓRIO MÉDICO

PACIENTE

MARCIA LUIZA DO AMARAL

MÉDICO

DR

MATERIAL

SANGUE

004731

DATA

4/10/93

CAT

NP

HEMOGRAMA COMPLETO

	RESULTADO	VALOR NORMAL
** SÉRIE VERMELHA.:		
ERITROCITOS	4.610.000	4,000,000 A 6,200,000
HEMOGLOBINA	13.3	13.0 A 18.0 G/DL
HEMATOCRITO	41.0	38.0 A 50.0 %
V C H	89.0	82.0 A 92.0 UM3
H C H	28.0	27.0 A 31.0 PG
C H C H	32.0	32.0 A 36.0 G/DL
** SÉRIE BRANCA.:		
LEUCOCITOS	6.500	5,000 A 10,000
NEFLOCITOS	0.0	0.0 %
NEFAMIELOCITOS	0.0	0.0 %
BASTONETES	0.0	1.0 A 3.0 %
SEGMENTADOS	66.0	54.0 A 62.0 %
EOSINOCITOS	2.0	1.0 A 3.0 %
BASOCITOS	0.0	0.0 A 1.0 %
LINFOCITOS	30.0	25.0 A 33.0 %
ATÍPICOS	0.0	0.0 %
PLASMOLOCITOS	0.0	0.0 %
MONOCITOS	2.0	0.0 A 7.0 %

* OBSERVAÇÕES:


 MÉDICO PATOLOGISTA CLÍNICO

LABORATÓRIO MÉDICO

PACIENTE

MARCIA LUIZA DO AMARAL

004731

MÉDICO

DR

DATA

14/10/93

MATERIAL

SANGUE

CAT

NP

B I O Q U I M I C A

	RESULTADO	VALOR NORMAL
GLICOSE.....	96.0	80.0 A 120.0 mg/dl
UREIA.....	25.0	21.0 A 42.0 mg/dl
VDRL.....	nao reagente	NAO REAGENTE


 MÉDICO PATOLOGISTA CLÍNICO

LABORATÓRIO MÉDICO

PACIENTE

MARCLA LUIZA DO AMARAL

MÉDICO

DR

MATERIAL

SANGUE

004731

DATA

14/10/93

CAT

NP

LIPIDOGRAMA COMPLETO

	RESULTADO	VALOR NORMAL
1. COLESTEROL TOTAL...	188	132-217 mg/dl
2. TRIGLICERIDES.....	90	42-137 mg/dl
3. VLDL-COLESTEROL....	18	
4. HDL-COLESTEROL.....	40	37-74 mg/dl
5. LDL-COLESTEROL.....	130	65-148 mg/dl
6. REL. COLEST. TOTAL/HDL-COLEST.	4.70	ate 4.44
7. REL. LDL-COLEST./HDL-COLEST.	3.25	

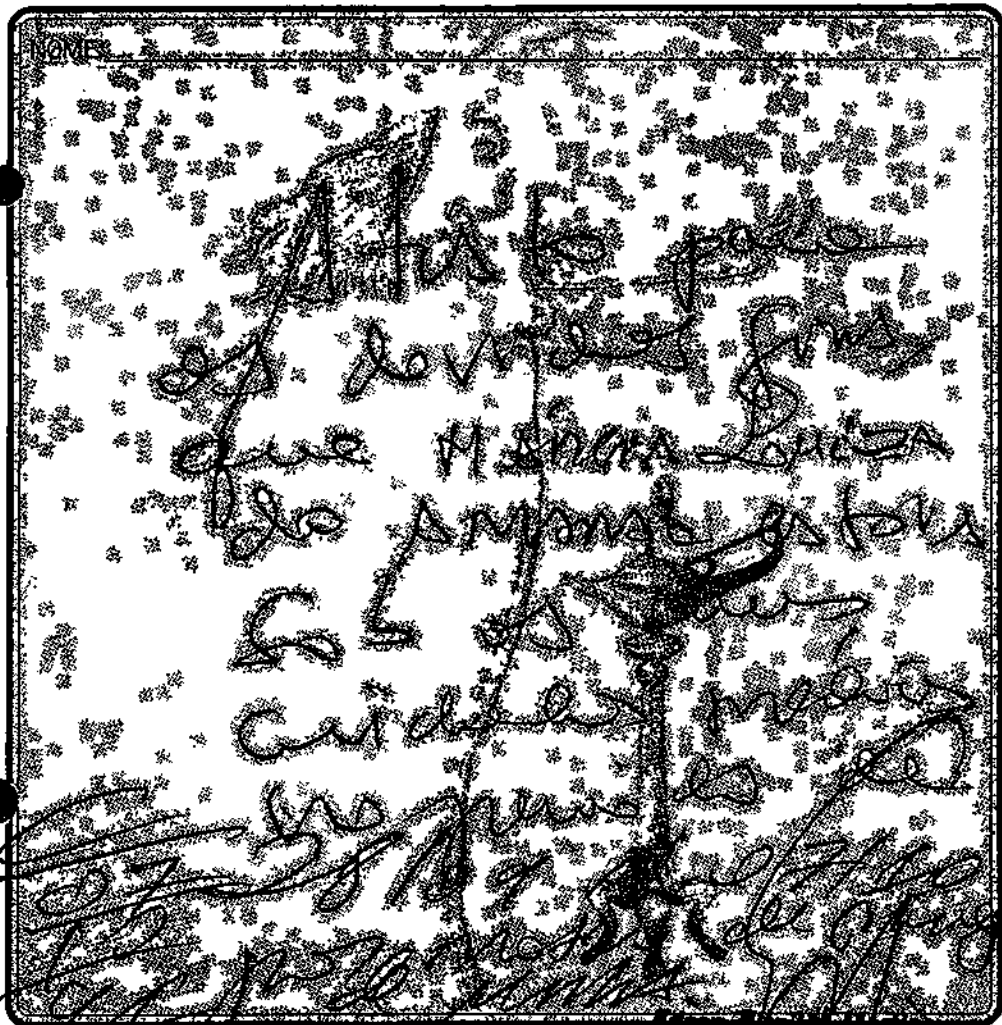
OBSERVAÇÕES :


MÉDICO PATOLOGISTA CLÍNICO

Dr. Edson Virgilio Martins

DERMATOLOGISTA

Vacinas - Testes Alérgicos - Tratamento de Micose - Doenças Sexualmente Transmissíveis
Doenças das Unhas e Cabelos - Acne - Estética Facial e Cosmetologia



CONSULTÓRIO:

Av. General Mello nº 340

Fone: 323-2175 - Centro

Edson Virgilio Martins

MÉDICO DERMATOLOGISTA

— CONSULTÓRIO: Fone: 323-2175 —
Rua Portugal, Quadra 12 - Casa 12
Jardim Europa

CUIABÁ - MATO GROSSO

RECEITUÁRIO

Dr. Rogério Coelho do Valle
CRM 1208-MT

431/22

Atesto para fins de Trabalho que
fui a Rua do Amarelo de
aportar-se de suas atividades
por um período de (7) sete dias
a partir de 01/06/95
CID-4829/1

01/06/95

Dr. Rogério Coelho do Valle
CID - 366802067/15
CRM - 1208 - MT

À DR.
Anotação e
Arquivo.
Amadeu A. Pompeu de Campos
Coordenador de Recursos Humanos
CODENAT
01/06/95

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO**Comunicação Interna**

DE DIVISÃO DE SALÁRIO E ENCARGOS	DATA 28.06.95
PARA DIRETOR ADMINISTRATIVO	N.º DA C.I. 097/95
ASSUNTO Solicitação Faz:	
<p>Com a presente, vimos solicitar de V. Sa., autorização junto ao Diretor Financeiro, para providenciar pagamento das Férias dos servidores conforme relação anexa, conforme autorização de V.Sa.,</p> <p>Atenciosamente,</p> <p><i>Amadeu A. Pompeu de Campos</i> Coordenador de Recursos CODEMAT</p> <p><i>Sebastião Carlos Correa Costa</i> Chefe da Divisão de Salários e Encargos CODEMAT</p>	
ENVIADO POR Sebastião Carlos	DESTINADO A Benedito Almeida
RECEBIDA EM <i>[assinatura]</i> 28/06/95	

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Feito de Finanças

Comunicação Interna

DE	D I A F	DATA	30/04/90
PARA	S E A P	Nº DA C.I.	64/90
ASSUNTO			
<p>Solicito providências no sentido de proceder a contratação de MARCIA LUIZA DO AMARAL - Agente Administrativo - Nível 20, a partir desta data.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p><i>Luiz Antonio Possas de Carvalho</i></p> <p>Luiz Antonio Possas de Carvalho Dir. Adm. Financeiro - CODEMAT -</p> <p><i>Disto</i> <i>Providências</i> <i>de: 30/04/90</i></p> <p><i>Tabajara Pereira Maciel</i> Chefe do Setor de Administração Pessoal</p> <p>a partir de 30-4-90 Nível 20 + AC-4 - Sec. DIAF</p>			
ENVIADO POR Luiz Antonio P. Carvalho		DESTINADO A Tabajara Pereira Maciel	
		RECEBIDA EM	



Hospital e Maternidade São Thomé

AV. ORIENTE TENUTA S/N - BAIRRO ALVORADA - CUIABÁ - MT

TELS.: 322-8240 - 322-8575 - 322-8387

Intestado

Atesta que a Srta. Maria
Luiza do Amaral, esposa, e
seus pais, todos maiores
e capazes, quando afastar-
em trabalho por um período
de 05 (cinco) dias a partir de
04/02/2011

CUI - 844/116

CARTÃO 1

MARIA L.

TAP

JOÃO

22

NI

ESC

NE

GON

GUA

110
DUN
TUTO

TADAS

170
ARRUDA

141

236

GROSSO

LUZ

DE EDUARDO FELIX BARREIRA
CNS 1.000

reconheço a Firma por semelhança de

Edmundo Felix

do que

por a 11 de fevereiro de 1974

Luizal E. P. Pontes

Gr. Tabelião

NÃO VALE COMO RECIBO

**CODMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

431 253

Comunicação Interna

DE	Diretor Administrativo	DATA	12.9.95
PARA	Coórd. de Recursos Humanos	Nº DA C.I.	137/95
ASSUNTO			
Autorização (faz)			
<p>Com a presente autorizo à V.Sa., a lotação da servidora, Marcia Luiza do Amaral a partir desta data na Assessoria de Planejamento e Gestão Empresarial.</p> <p>Atenciosamente</p> <p>BENEDITO FRANCISCO DE ALMEIDA</p> <p><i>Benedito Francisco de Almeida</i> Diretor Administrativo CODMAT</p>			
ENVIADO POR	Benedito Francisco	DESTINADO À	Amadeu Amado
		RECEBIDA EM	

A. Assunção
de Planej. e Gest. Empresarial

para reconhecimento, estudo
situação e interesses, para
conclusão e RA 13/09/

Ana Luiza Moreira Brito
Chefe da Divisão de Reg. e Acompanhamento
CODEMAT

7 D.R.A.
Para reconhecimento e anotação.
Em: 13.09.95

Amadeu A. Pompeu de Campos
Coordenador de Recursos Humanos
CODEMAT

7 D.R.A.

Piente

Antonio Carlos E. Balbino
Assessor Plural e Gestão Empresarial
CODEMAT

Piente
Faria

DETO
para anotação
ficha funcional
de situação
pelo SE
no fl. 101
arquivado
5.1

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO**Comunicação Interna**

DE	PROGRAMA ESTADUAL DE PCH	DATA	14/09/95
PARA	PRESIDENTE	Nº DA C.I.	20/95
ASSUNTO			
<p>Senhor Presidente,</p> <p>Pela presente, solicitamos de V. Sa., autorização ao setor competente, para cessão de uma funcionária desta Companhia, para atender o Programa Estadual de Pequenas - Centrais Hidrelétricas - PERCH - função secretária-executiva.</p> <p><i>A Dir Adm para providenciar o seu título a indicação que a Presidência</i> <i>Em 15/09/95</i></p> <p>Atenciosamente;</p> <p><i>MARCIO HERMENEGILDO DE ALMEIDA</i></p> <p><i>Eduardo Nogueira Borges</i></p>			
ENVIADO POR	DIRETOR DESTINADO A		RECEBIDA EM
MARCIO HERMENEGILDO DE ALMEIDA	CODEMAT		Francisco de Almeida Diretor Administrativo CODEMAT

PO OAH,
para verificar
possibilidades de
providenciar
Em 15/09/95

A Div. Reg. e Acompanhamento
 Salários e Encargos,
 p/ conhecimento, anotação
 arquivo.

Em 30/10/95
 Amadeu A. Pompeu de Campos
 Coordenador de Recursos Humanos
 CODEMAT

Conforme solicitação de
 disponibilidade no momento não
 ao cargo, a favor de
 E no momento não há
 Sugere-se a incorporação
 de cargo em caráter
 11/09/15

Amadeu A. Pompeu de Campos
 Coordenador de Recursos Humanos
 CODEMAT

Para a
 Mães
 no

A. M. L. para anotação na ficha
 funcional de matrícula
 do PEPCH, conforme visto
 do C.R.H., passando uma cópia
 desta ao DSE para anotação
 na fl. parte posterior aqui
 na sua foto

30/10/95

Lancado
 Em 30.10.95
 [Assinatura]

Ana Luiza Moreira B.
 da Divisão de Reg. e Acompanhamento
 CODEMAT

Dr. Venceslau de Matos Dourado

Ginecologia Obstetrícia
CRM-MT 818

Dr. Nilza Cardoso Dourado
PEDIATRIA CRM-MT 835

Atestamos que a Sra. Marcia Souza Faria,

encontra-se no 5º mês de gestação,
realizando Pré Natal regularmente
nestes consultórios.

Dr. Venceslau de Matos Dourado
Ginecologia Obstetrícia
CRM - MT 818
Rua Gov. Rondon, 777 - Centro
78010 - Cuiabá - MT

2/4/92.


CONSULTÓRIO. Rua Barão de Melgaço Nº 777
(esquina com a Av. Mato Grosso)

FONES-321-7806 e 322-4462

CUÍABÁ-MT

A servidora Lúcia/Sinalva
para conhecimento e arquivo

Em 24/4/92.

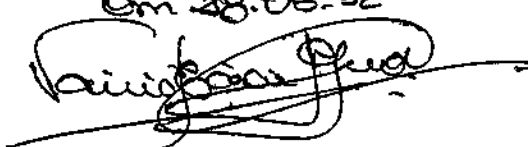

Vilário de Arruda Pinto

- CODENAT -

A manley

Arquivar na pasta da
servidora Lúcia

Em 28.06.92



Declaro para o devido fim
que a Sra Marcia Souza de Azevedo
está internada para tratamento
médico do dia 12 ao dia 18.4.92
e recente afastamento de suas at-
vidades até 5 de 03.5.92

Cauai, 19.4.92

Aguiar

Dr. Aguiar Farina
GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA
CRM 2386

A Marley

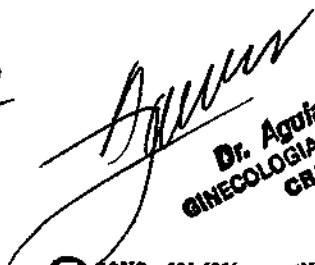
Para aquisição na
pasta de serviços, após
devidas anotações

Em 18.05.92

~~Vanderlei~~

Declaro para o referido
fins que a Sr.^{ma} Márcia Pinz
de Amaral necessita de repouso
para tratamento de saúde no
período de 05 de maio a 19 de
maio 1972.

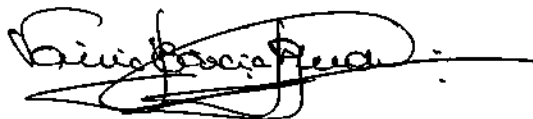
Ch, 05/15/72


Dr. Aguiar Farina
GINECOLOGIA E OBSTETRICIA
CRM 2387

A. Marley

Após anotações devidas
arquivar na pasta da
servidora

Em 18.05.92

A. Marley

Atestado

Atesta que a Sr.

Marcia amiga do Hospital
estive sob meus cuidados
médicos durante afastar-
se do trabalho por
um período de (15)
dias devido a parto
de 22/03/94
cul - 644 1/6

5.º OFÍCIO
TABELIA
HELENA RONDON LUZ
2.º TABELIA SUBSTITUTO
JOÃO GOMES RONDON
1.º TABELIA SUBSTITUTO
NEILSON LUZ RONDON
ESCRIVENTES JURAMENTADAS
(LUCY E SILVA
NEUZA FLORIPP BRITO
GONCALVES JANEIA V. ARKUIA
AV. G. JULI V. ALGAS 141
FONE: 321-3017 E 624-1235
MATO GROSSO
CUIABÁ

5-11
DR. EDMUNDO FELIX BARROS
CRM 1.055

22-03 A 05-04-94

CARTORIO DO 5.º OFÍCIO
TABELIA

MARIA HELENA RONDON LUZ
JOÃO GOMES RONDON
2.ª TABELIA SUBSTITUTO

NELSON LUIZ RONDON
ESCRIVENTES JURAMENTADAS
LEONICE SILVA

CONÇALINA JANE DE BRITO
AV. GETÚLIO VARGAS 141
FONE: 321-2017 E 624-1266
CUIABÁ

reconheço a firma por semelhança de

Edmundo *Edmundo* do que

em pleno conhecimento, dou fé

em 11 de fevereiro de 1994

5.ª TABELIA

Dr. Alinor Costa

MÉDICO

MEDICINA, ORTOPÉDICA, FÍSICA, ESTÉTICA, DESPORTIVA

Atestado

Atesto para fim de trabalho
que a Sr^a Marcia Luiza
do Amaral, no período gesta-
cional de 8^o/9^o mês, com
diagnóstico de lombalgia, conse-
quente, necessita ser afastada
de suas funções no dia 6 e 7
do corrente.

1^o OFÍCIO

Clé, 07/04/94

Alinor Antonio da Costa
MÉDICO

CRM-1084 - CPF 080.022.777 53

06-04 H 07-04-94

02/04/94

02/04/94

02/04/94

Serviço Notarial e
Registral
Glória A. Ferreira Bertoli
Notária e Registradora
Privativo de Função
Documentos e Personalidade
Jurídica
Rua Comte Costa 663
Fone: 322-8809
FAX 321-9334
CEP 78.005-800
CUIABÁ — MT

Reconheço a firma Reino
Almeida Antonio Soares
Em test. [assinatura] da verdade
Cuiabá, 14 de ABR 1994



Just que a Sra

Marcia Luiz do Amaral inter
por meus cuidados médicos
devido a falta-x do trabalho
por um número de 06
dias a partir de 10/03/94
até 4/87 1/2

DR. EDMUNDO FELIX BARROS
CRM 1.058

NÃO VALE COMO RECIBO

10-03 A 15-03-94

[illegible]

Reconheço a Firma Por Semelhança de

51 mundo feliz de

Assinamento: don't

03

mundo a Firma por sempre
 mundo feliz de
 do, que
 por pleno conhecimento, em 18.9
 de 19
 Guitarras
 23 de 03
 1999
 EF 115-1111-1

[Handwritten signature]
Reg. e Accompagnamento
CODEMAT

①

A Dir. de Reg. e Acompanhamento
por informar situação funcional
dos servidores.

Em 05/4/95
Aurora
Coordenador de Campos
Cód. 117

CE 17

②

Seguindo a solicitação
em 22/04/95, a Dir.
de Reg. e Acompanhamento
em 05/04/95

Fls. 113
Aurora
Chefe da Divisão de Reg. e Acompanhamento
CODEMAT

Benedito Francisco de Almeida
Diretor Administrativo
CODEMAT

Alameda

10/04/95

Em 05/04/95
para as div. de Reg. e Acompanhamento
Em 05/04/95

Em 05/4/95
Aurora
Coordenador de Recursos Humanos
CODEMAT

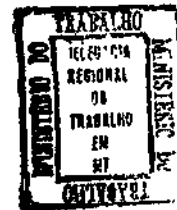
Considerando as informações
dadas da Dir. Reg. e Acompanhamento
em 05/04/95.

③ do Diretor Administrativo



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



Registro de Empregado

N.º de Ordem 2.623

Nome do Empregado: MARCIA LUIZA DO AMARAL

Residência:

Telefone:



Côr

Cabelo

Barba

Bigode

Olhos

Altura

Peso

Idade 22 anos, Data de Nascimento 12 / 10 / 67 lugar
do nascimento CUIABÁ - MT

Estado Civil SOLTEIRA Nacionalidade BRASILEIRA

Filiação { Pai MARCIANO DO AMARAL Nacion. BRAS.
Mãe LUIZA A. DO AMARAL Nacion. BRAS.

Beneficiários

N.º da Cart. Prof. 30607 Série 00003

» » » de Saúde

» » » do Inst. Aposentadoria

Situação Militar { Cad. N.º Série
Categoria
Certificado

Carteira de Trabalho
de Menor

N.º

Série

N.º da Carteira do I.
de Aposent.

QUANDO ESTRANGEIRO

N.º da Cart. N.º do Reg. Geral

Casado com brasileira?

Nome do conjugue

Tem filhos brasileiros? qtos?

Data da chegada ao Brasil

Naturalizado? Decreto N.º

Quando Motorista { Cart. Nac. de Habil. N.º

Data da Admissão ao Serviço 30.04.90

Cargo que ocupa AG. ADMINISTRATIVO N-

Remuneração 39.149,63

Forma de Pagamento MENSAL

Horário de Trabalho: das 8 às 18 com intervalo de 2 hs. para refeição e descanso

Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão 30 de ABRIL de 19 90

Data da Dispensa

Recebi os seguintes documentos que me pertencem

de

de 19

Polegar Direito



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

-03-

a que se refere o presente instrumento, não cabendo ao CONTRATADO qualquer tipo de indenização a que título for.

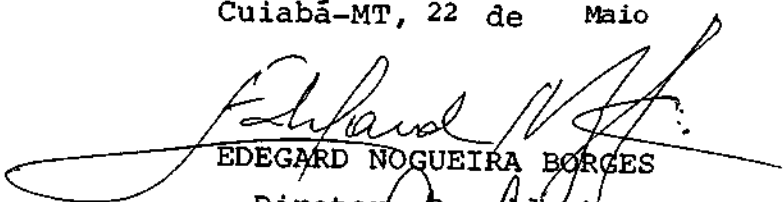
CLÁUSULA OITAVA

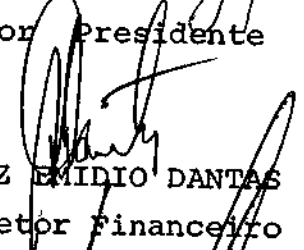
Elegem, as partes, o fôro da Comarca de Cuiabá-MT, como único e exclusivamente competente para todas as ações e feitos judiciais decorrentes deste Instrumento, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilégio que tenha.

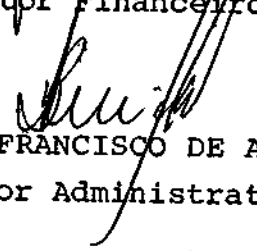
E, por estarem de comum acordo, justas e combinadas, firmam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, abaixo qualificadas, para to dos os efeitos legais.

Cuiabá-MT, 22 de Maio de 1995

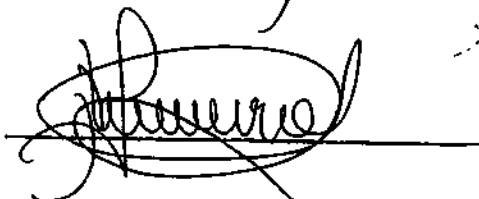
CONTRATANTE:


EDEGARD NOGUEIRA BORGES
Diretor Presidente


LUIZ EMÍDIO DANTAS
Diretor Financeiro


BENEDITO FRANCISCO DE ALMEIDA
Diretor Administrativo

CONTRATADO (A):



TESTEMUNHAS:

- 1) _____
- 2) _____

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

-02-

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Prazo

O prazo de validade do presente contrato é de 12 (doze) meses, com termo inicial em **22/05/93**, e final em **22/05/96**, período durante o qual a CODEMAT realizará concurso público para o regular preenchimento da vaga temporária ocupada.

CLÁUSULA TERCEIRA

O CONTRATADO, no período estipulado na cláusula anterior, prestará à CONTRATANTE os serviços correspondentes ao cargo de **Secretária - lotada na Diretoria Administrativo - SEDR**

CLÁUSULA QUARTA

Durante o prazo mencionado na cláusula segunda, o CONTRATADO receberá, como vencimento mensal bruto, a quantia de R\$ **890,46** (**Oitocentos e Noventa Reais e Quarenta e Seis Centavos** ~~XXXXXXXXXX~~), sobre o qual incidirão os reajustes que a política nacional de salário estabelecer.

§ 1º - Perceberá o CONTRATADO pelo efetivo exercício de funções inerente ao cargo, mensalmente, a gratificação no valor de R\$ **172,50** (**Cento e Setenta e Doze Reais e Cinquenta Centavos**).

§ 2º - As Contribuições e Encargos Sociais correrão por conta única e exclusiva da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA

O presente instrumento é por prazo determinado, não gerando vínculo empregatício entre as partes, sob qualquer pretexto.

CLÁUSULA SEXTA

O presente contrato poderá ser rescindido pela CONTRATANTE em se verificando que o CONTRATADO deixou de cumprir com as obrigações constantes deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA

Havendo conveniência administrativa, a CONTRATANTE poderá autorizar e ou determinar a paralização ou suspensão dos serviços

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

CONTRATO Nº 208/95

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR PRAZO DE
TERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTA
DO DE MATO GROSSO - CODEMAT e **MARCIA
LUIZA DO AMARAL**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação
de Serviços, em que são partes, de um lado, a COMPANHIA DE
SENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, sociedade anô
nima de economia mista, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.474.053/
0001-32, sediada no Centro Político e Administrativo - CPA - Pa
lácio Paiaguás, nesta Capital, neste ato representada por seu
Diretor Presidente, Dr. EDEGARD NOGUEIRA BORGES, brasileiro, ca
sado, advogado, portador da OAB/MT nº 527, e do CPF nº 142.411.
531-00, pelo Diretor Financeiro, Dr. LUIZ EMIDIO DANTAS, brasi
leiro, casado, advogado, portador da OAB/MT nº 3.540, e do CPF
nº 048.623.504-10, e pelo Diretor Administrativo, Dr. BENEDITO
FRANCISCO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, portador do RG nº 221.
459-SSP/MT, e do CPF nº 005.682.398-30, todos residentes e do
miciliado nesta Capital, doravante designada simplesmente CON
TRATANTE, e de outro lado MARCIA LUIZA DO AMARAL, RG nº 529.
256-SSP/MT, CPF nº 452.693.511-5, residente nesta Capital,
designado(a) simplesmente CONTRATADO(A), para os efeitos deste
ato, ajustam e acordam a contratação de serviços por prazo de
terminado à luz do permissivo legal.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fundamento Legal

O presente contrato a termo é celebrado sob os auspícios do ar
tigo 443, e incisos da CLT, pela imperiosa necessidade de se ga
rantir curso regular a inúmeros processos cuja atempada e ur
gente ultimização viabilize a efetiva implementação de projetos
de interesse do Estado a cargo do PRODEAGRO, de recursos aloca
dos com exíguo prazo de utilização estipulado.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO

CGAF-COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

SIAFMT-SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

NOTA DE EMPENHO - EMP DATA: 29/06/95 PEDIDO: 205015000053 EMPENHO: 205015000163

ORGO: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL

UNIDADE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROJ/ATIV.: COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS

CARACTERISTICAS - RECURSO NORMAL TIPO EMPENHO ORDINARIO

ADIANTAMENTO NAO DATA-LIMITE / / DIFERENCA: NAO

OBRA E SERV. ENG. NAO

LSCRITURAL: NAO

FORMA LICITACAO: ISENTO N..

CREDOR -

CODIGO: 9507551-8 CPF: 45269351153

C/C B E M A T AO

CONTA: 00000000

NOME: MARCIA LUIZA DO AMARAL

ENDereco: CODEMAT S/N

CUIABA CEP: 78000 U.F.: MT

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO

DOTACAO ORCAMENTARIA

SALDO ORCAM. ANTERIOR

VALOR EMPENHADO

SALDO ORCAM. ATUAL

20 501 2 005 3190.1100 240

9 832,84

1.202,56

8.686,28

VALR TOT DO EMPENHO, R\$

1.202 56 UM MIL DUZENTOS E DOIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS *****

(*****)

(*****)

HISTORICO: DESPESAS REF PAGAMENTO DE FERIAS, CONF. CL N. 097/95 D.V. DE SAL. E ENCARGOS.

DATA AUTORIZACAO DESPESA: 29/06/95 ORDENADOR DA DESPESA: 0161 BENEDITO FRANC. ALMEIDA

Desempenhado

G. Lee

22.11.95

CHEFE DO ORGAO DE FINANÇAS

Mauro De Morais Barros
Chefe da Divisão Orçamentária Financeira
CODEMAT

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSOD E C L A R A Ç Ã ORef: MÂRCIA LUIZA DO AMARALCTPS: 30.607
SÉRIE: 00003/MTRG: 529.256 SSP/MT
CPF: 452693511-53

D E C L A R A M O S, para os fins que se fizerem necessá-
rios, que o contrato de trabalho que o cidadão a epígrafe mantinha com esta
Companhia foi rescindido por não haver sido celebrado segundo as peremptórias
e imposteráveis disposições promanadas do Artigo 37, Inciso II da Constituição
Federal, que reputa NULA de pleno direito a contratação de pessoal pela Admi-
nistração Pública a qual se subordinam as Sociedades de Economia Mista, nature-
za jurídica da CODEMAT, sem a PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente decla-
ração, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Cuiabá/MT, 18 de agosto de 1.995.

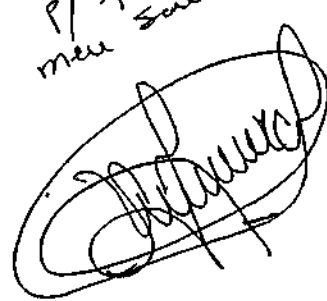

EDEGARD NOGUEIRA BORGES

DIRETOR PRESIDENTE


BENEDITO FRANCISCO DE ALMEIDA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Recebi em 23/09/95
a minha ETPS.
p/ efeito do saque do
meu saldo do FATS





COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

DECLARAÇÃO

Ref: M¹ÁRCIA LUIZA DO AMARAL

CTPS: 30.607
SÉRIE: 00003/MT

RG: 529.256 SSP/MT
CPF: 452693511-53

DECLARAMOS, para os fins que se fizerem necessários, que o contrato de trabalho que o cidadão ã epígrafe mantinha com esta Companhia foi rescindido por não haver sido celebrado segundo as peremptórias e impostergáveis disposições promanadas do Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal, que reputa NULA de pleno direito a contratação de pessoal pela Administração Pública ã qual se subordinam as Sociedades de Economia Mista, natureza jurídica da CODENAT, sem a PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Cuiabá/MT, 18 de agosto de 1.995.

~~EDEGARD NOGUEIRA BORGES~~

DIRETOR PRESIDENTE

BENEDITO FRANCISCO DE ALMEIDA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Recebi em 23/01/95
a minha ETPS.
p/ efeito do saque do
meu saldo do FATS



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

P O R T A R I A N° 004 /91

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONCEDIDAS PELO SEU ESTATUTO SOCIAL;

R E S O L V E :

Art. 1º - Dispensar a servidora ~~XXXXXXXXXX~~ do cargo de Secretaria da Diretoria Administrativa Financeira.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor à partir desta data.

Comunique-se, Divulgue-se e Cumpra-se.

Cuiabá, 02 de janeiro de 1.991.

A D I R E T O R I A.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

.CI Nº 087/95-DIAD

.INTERESSADOS: ANA MARIA CORREA DE SÁ COSTA, ANTONIO JOSE
DA COSTA E MÁRCIA LUIZA DO AMARAL.

. ASSUNTO: ENQUADRAMENTO.

I N F O R M A Ç Ã O

A C.R.H.

Em atenção à CI. acima epigrafada, temos
a informar o que se segue:

1 - SITUAÇÃO FUNCIONAL

a) ANA MARIA CORREA DE SÁ COSTA

- Admitida em 07.06.84, como telefonista, nível 06;
- Em 01.11.85 - foi reclassificada para Aux. Administrativo
- Em 01.09.87 - Reclassificada para nível 11;
- Em 01.04.88 - Reclassificada para nível 15;
- Em 01.06.89 - Reclassificada para o nível 18;
- Em 01.10.89 - Reclassificada para o nível 20;
- Em 01.03.90 - Reclassificada para o nível 23;
- Em 01.09.94 - Enquadrada como Auxiliar Administrativo
NÍVEL 23 - DISFUNÇÃO, conforme Resolução 11/94;
- Tempo de Serviço: 10 anos;
- ESCOLARIDADE: 2º GRAU INCOMPLETO

b) ANTONIO JOSÉ DA COSTA

- Admitido em 11.09.75, como motorista, nível 08;
- Em 01.01.78 - Reclassificado para o nível 09;
- Em 01.10.83 - Reclassificado para o nível 11;
- Em 01.12.84 - Reclassificado para o nível 12;
- Em 01.03.88 - Reclassificado para o nível 14;
- Em 01.06.90 - Reclassificado para o nível 16;
- Em 01.09.94 - Foi enquadrado como MOTORISTA, NÍVEL 16
DISFUNÇÃO, conforme Resolução 11/94;
- Tempo de Serviço: 19 anos;
- ESCOLARIDADE: 1º GRAU COMPLETO

CROC/CROC



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

c) MÁRCIA LUIZA DO AMARAL

- Admitida em 30.04.90, como Agente Administrativo, nível 20;
- Em 01.09.94 - Foi enquadrada como Agente Administrativo, NÍVEL 20- DISFUNÇÃO, conforme Resolução 11/94;
- Tempo de Serviço: 4 anos;
- ESCOLARIDADE: 2º GRAU COMPLETO.

2) Com todo respeito à solicitação do Sr. Diretor Administrativo, constante da C.I. em epígrafe, informamos não ser possível o atendimento, por contrariar norma vigentes nesta Cia., instituída pela Resolução 11/94. Assim, dos 03 (três) servidores relacionados, somente poderia ser enquadrada no Anexo II, a servidora MÁRCIA LUIZA DO AMARAL, que possui o 2º Grau Completo. Todavia, pelos critérios em vigência, a mesma seria enquadrada no Nível 04, considerando o tempo de serviço da servidora (04 anos), o que resultaria em salário inferior ao que a mesma vem percebendo.

Pelo exposto, sugerimos que se aguarde a implantação do PCCS, oportunidade que se corrigirá todas as incorreções, por ventura existentes.

É a nossa informação.

Cuiabá, 05 de abril de 1.995.

Ana Luiza Moreira Brito
Chefe da Divisão de Reg. e Acompanhamento
CODEMAT

CROC/CROC

PORTARIA Nº 04/95

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Nº 6.404/76 e Estatuto Social,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Designar a servidora MÂRCIA LUIZA DO AMARAL, para responder pelo cargo de Secretária do Diretor Administrativo, percebendo a Função Gratificada correspondente ao Símbolo FG-2.

Artigo 2º - Esta Portaria contará seus efeitos retroativos a 06 de janeiro de 1.995.

Comunique-se, Divulgue-se e Cumpra-se.

Cuiabá-MT, 11 de janeiro de 1.995


EDEGAR NOGUEIRA BORGES

- Diretor Presidente -


LUIZ EDMUNDO DANTAS

- Diretor Financeiro -


BENEDITO FRANCISCO DE ALMEIDA

- Diretor Administrativo -


MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA

- Diretor de Operações -

A Div. de Salários e Encargos / Reg. Acompanhamento
p/ conhecimento, anotações e arquivo.

Em 12/01/95


Divisão de Estrutura D'nto
Coordenador de Rec. Humanos

Ciente em, 12/01/95

Harcia

Lancado em
fiche financeiro
em 29.03.95
Quiz

Requerido
ufal

Em 17/04/95

para anotações
fiche financeiro
burguês 2, 12/04
V
BIA

RECEBUE
13/03/95
10h00

Nº PROTOCOLO: 685/95

Nº PROCESSO:

DATA, 08 / 03 / 95

INTERESSADO

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL

ASSUNTO

SOLICITA ABONO PECUNIÁRIO DE 1/3 DE SUAS FÉRIAS RELATIVO AO PERÍODO
DE 94/95.



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSORECEBUE
GABINETE
Fica nº 09
Mans

CODEMAT	
Protocolo Nº	685/95
Processo Nº	2
Data	08/03/95
M. L. S.	
Serviço de Protocolo	

ILMº SENHOR

DIRETOR ADMINISTRATIVO ~~FINANCEIRO~~ DA CODEMATN E S T A

Rafaela Souza do Amaral
Brasileiro(a), servidor (a) desta Companhia, lotado (a) Secretaria
Administrativa portador (a) da Cédula de Identidade
de nº 529256 Série _____ expedida em 20.10.84.
SSP/MT, vem mui respeitosamente requerer de V.Sª., o seguinte:

Abono Pecuniário de 1/3 (Um terço)
das Férias Período de 94/95.Antecipação do Abono Natalino (13º Sa
lário 6/12 avos)Licença Prêmio referente ao Período
de _____
à partir de _____Averbação de Tempo de Serviço para
Percebimento do Adicional, conforme -
documentação em anexo.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Cuiabá(MT), 08 de março 1995

ASSINATURA DO SERVIDOR

OBS: UTILIZAR UM IMPRESSO PARA CADA ASSUNTO REQUERIDO



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO
CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL, CONFORME DECRETO LEI Nº 8.621 DE 10.01.46



CERTIFICADO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, CONFERE O PRESENTE CERTIFICADO A

MARCIA LUIZA DO AMARAL

POR HAVER CONCLUÍDO O **Treinamento** DE **RELACOES HUMANAS**

EM **26** DE **MARÇO** DE 199 **3** NA

CIDADE DE **CUIABA**

CUIABÁ - MT . 22 DE **ABRIL** DE 199 **3** .

Jone Maria da Silva Paz
Diretora da Div. Form. Profissional
AUTORIZAÇÃO Nº. 94/91

Davila Fernandes Bottista de Melo
Secretária Geral de Ensino
Autorização nº 09/93

ASSINATURA DO TITULAR

NATUREZA	Des.Tec.Operac.	NÍVEL	II GRAU
----------	-----------------	-------	---------

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ESPECIAL

CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA
Personalidade X Comportamento Humano	3
Neçes. Individuais X Organizacionais	3
A Comunicação nas Relações Interpessoais	3
Motivação e Clima Organizacional	3
Importância da Avaliação/Auto-Avaliação	3
	Total de horas.... 15

REGISTRO Nº	46661	LIVRO Nº	15	PÁGINA Nº	20
-------------	-------	----------	----	-----------	----



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO
CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL, CONFORME DECRETO LEI Nº 8.621 DE 10.01.46



CERTIFICADO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, CONFERE O PRESENTE CERTIFICADO A

MARCIA LUIZA DO AMARAL

POR HAVER CONCLUÍDO O **Treinamento** DE **REDAÇÃO TEC. ATUAL. GRAMATICAL**

EM **10** DE **MAIO** DE **1993** NA

CIDADE DE **CUIABA**

CUIABÁ - MT, **31** DE **MAIO** DE **1993**

[Assinatura]
Dione Maria da Silva Dias
Diretora da Div. Form. Profissional
AUTORIZAÇÃO Nº. 34/91

[Assinatura]
Daniel Fernandes Batista de Melo
Secretário Geral de Ensino
Autorização nº 03/93

ASSINATURA DO TITULAR

NATUREZA	Des.Tec.Operac.	NÍVEL	IIº GRAU
----------	-----------------	-------	----------

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ESPECIAL

CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA
Redação Técnica	15
Atualização Gramatical	15
Total de horas....	30

REGISTRO Nº	47216	LIVRO Nº 15	PÁGINA Nº 55
-------------	-------	-------------	--------------



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

432

COMUNICADO DE FÉRIAS

DA : DIVISÃO DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTOS

AO : MARCIA LUIZA DO AMARAL

COMUNICADO - 01

Conforme Escala de Férias, comunicamos a V. Sa., que se encontra creditado em Folha de Pagamento do mês de AGOSTO / 94, a importância relativa ao Salário do corrente mês e as suas Férias regulamentares referente ao período aquisitivo de 30 / 04 / 93 a 30 / 04 / 94, devendo V. Sa., entrar em gozo das mesmas a partir de 29 / 08 / 94, e terminar em 27 / 09 / 94.

COMUNICADO - 02

Para as formalidades legais, aguardamos sua Carteira Profissional, para as devidas anotações.

***FELIZ FÉRIAS**

VISTO:

Vilazio de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humanos

Odete Dinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

RECIBO DE FÉRIAS

Recebi desta Companhia a importância no valor de CR\$ 560,56, referente as Férias sofrendo os descontos previstos em Lei, tudo conforme aviso que recebi em tempo, ao qual dei "CIENTE".

RECEBI EM

[Assinatura]
ASSINATURA DO SERVIDOR (A)

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Concessão de Salário Família - Port. = Termo de Responsabilidade
nº MPAS - 3.040/82

EMPRESA: CODEMAT

NOME DO SEGURADO: *Maíra Souza do Amaral*

CARTEIRA PROFIS. OU IDENTIDADE:

BENEFICIÁRIOS

NOME DO FILHO

DATA DE NASCIMENTO

Igor Felipe do Amaral Souza

05/05/94

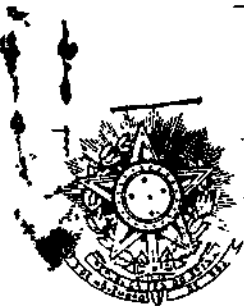
Pelo presente TERMO DE RESPONSABILIDADE, declaro
estar ciente de que deverei comunicar de imediato a ocorrência dos se-
quintes fatos ou ocorrências que determinar a perda do direito ao salá-
rio-família:

- . ÓBITO DE FILHO;
- . CESSAÇÃO DA INVALIDEZ DE FILHO INVÁLIDO;
- . SENTENÇA JUDICIAL QUE DETERMINE O PAGAMENTO A
OUTREN; (caso de desquite ou separação, aban-
dono de filho ou perda de pátrio-poder);

Estou ciente ainda, de que a falta de cumprimen-
to do compromisso ora assumido, além de obrigar à devolução das importân-
cias recebidas indevidamente, sujeitar-me-á as penalidades previstas no
art. 171 do Código Penal e a rescisão do Contrato de Trabalho, por justa
causa, nos termos do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Cuiabá, 06 de junho de 1994

Servidor(segurado)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DE CUIABÁ - DISTRITO DE COXIPÓ DA PONTE

CARTÓRIO XAVIER DE MATTOS

Bel Antonio Xavier de Mattos

Livro: 032A

TABELIÃO
Folha: 185F

Termo: 053162

Oficial Vitalício, de notas, Escrivão do Cível, Oficial Privativo e Vitalício do Registro Civil de Nascimentos
Casamentos e de Óbito

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, no livro e folhas acima, foi
lavrado, no dia 24 de Maio #### de 1994 o assento do nascimento de
IGOR FELIPE DO AMARAL SOUZA #####
de Cor #####, Sexo MASCULINO, nascido no
dia 05 de Maio #### de 1994, as 16 horas e 10 minutos, em #####
CUIABÁ - MATO GROSSO #####
filho de UBALDO RODRIGUES SOUZA #####
e Dona MARCIA LUIZA DO AMARAL #####
São avós Paternos GUMERCINDO PEREIRA SOUZA #####
e ARACI RODRIGUES SOUZA #####
São avós Maternos MARCIANO DO AMARAL #####
e LUIZA ALMEIDA DO AMARAL. #####
Foi Declarante O PAI DO REGISTRADO #####

Observações: -----

#####

O referido é verdade e dou fé.

20712 - 24 de Maio de 1994.

Bel Antonio Xavier de Mattos
O REGISTRO CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO
CUIABÁ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

22
434

OF./DSP/078/94

Cuiabá-MT., 20 de abril de 1994.

Senhor Diretor,

Encaminhamos a V.Sa., para os devidos fins, Atestado Médico no período de 15 (quinze) dias, de 22.03.94 a 05.04.94, referente a licença para tratamento da própria saúde, da servidora **MÁRCIA LUIZA DO AMARAL**, pertencente ao quadro de pessoal desse órgão, ora à disposição deste Regional.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de consideração.

Atenciosamente.

Alvaro
Alvaro Arcanjo da Costa
Diretor de Serviço de Pessoal

*Em anexo em
Ficha Funcionário
em 20.04.94*

Ilmo Sr.
Diretor do Serviço de Pessoal da
Companhia de Desenvolvimento do Estado
de Mato Grosso - CODEMAT
N E S T A

20

A Div. Reg. Acompanhamento
pl. acompanhamento e anotações.
Em 22/02/94
[Signature]
Unidade de Atuação Pessoal
Coordenador de Rec. Humano



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

CODEMAT	
Protocolo Nº	00296/94
Processo Nº	— + —
Data	20.01.94
	Marlene
Serviço de Protocolo	


Ofício TRT/DSP 04/94

Cuiabá, 11 de janeiro de 1994.

Senhor Chefe,

Estamos encaminhando à V. Sa., em anexo, o processo TRT nº 5042/93, referente à licença para tratamento da própria saúde da servidora **MÁRCIA LUIZA DO AMARAL**, ora a disposição deste Tribunal Regional do Trabalho, para as providências que V. Sa. julgar necessárias.

Atenciosamente,


Alvaro Arconjo da Costa
Diretor do Serviço de Pessoal

Ilmo. Sr. Chefe do Setor de Pessoal da
CODEMAT
Cuiabá - MT

mava

LANÇADO em
Ficha Funcional
em 20-01-94



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

D E C L A R A Ç Ã O
=====

DECLARAMOS para os devidos fins, que o Sr(a) MARCIA LUIZA
DO AMARAL submeteu-se aos exames periódicos abaixo relacionados:

- ☐ Pressão Arterial
- ☐ V.D.R.L.
- ☐ Hemograma Completo
- ☐ Uréia
- ☐ Glicose
- ☐ Lipidograma
- ☐ Parasitológico
- ☐ E.A.S.
- ☐ Exame Clínico

apresentando-se no momento, em boas condições de saúde física, estando apto para exercer o seu ofício.

Cuiabá-MT, 27 de setembro de 1.993.

CODEMAT
 Protocolo N° 3.050/92
 Processo N° — + —
 Data 28 / 07 / 92
 Serviço de Protocolo

Nº PROTOCOLO: 3.050/92

Nº PROCESSO : 2.829/92

DATA, 28 / 07 / 92

INTERESSADO

Luiza
 SINDEPE ~~MARIA LUCIA DO AMARAL~~ >

ASSUNTO

ENCAMINHA NOTIFICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 4.165/92, JUNTO COM A JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO.



CODEMAT

COMPANHIA DE
 DESENVOLVIMENTO DO
 ESTADO DE MATO GROSSO

EM LIQUIDAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
AV. RUBENS DE MENDONÇA, 491
CEP 78.000 — CUIABÁ - MT
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

CODEMAT
Protocolo Nº 3.050/92
Processo Nº 2829/92
Data 28.07.92
my
Serviço de Protocolo

PROTOCOLO
CODEMAT
Fls. Nº 01
28

ENDEREÇO: _____

NOT. INT. Nº 4165/92 / EM 27 / julho / 1.992

PROCESSO Nº 1667/92
RECTE.: SINDEP/ MARIA LUCIA DO AMARAL
RECD.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO/CODEMAT/

Pela presente, fica V.Sª, NOTIFICADA para o(s) fim(ns) pre visto(s) no(s) item(ns) 01, 12 e 13. abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 05 de Outubro de 1.992 às 13 horas e 17 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.
- 06 - Contra-arrazeoar recurso do(a) _____
- 07 - Impugnar Embargos à Execução.
- 08 - Contestar os Embargos de Terceiro autuados sob o Nº _____ / _____
- 09 - Recolher as(os) _____ no valor de Cr\$ _____
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ (_____) dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 da C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.), devendo V. Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe faculto do designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V. Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Anexo cópia da inicial. A rec lamada deverá comparecer à audiência acompanhada de advogado. Constituição Federal, Artigo 133.

FAVOR TRAZER CONTESTAÇÃO POR ESCRITO.

N. 4165/92
1667/92

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO/CODEMAT/

Centro Político e Administrativo-Bloco do GPC

Cuiabá

MT

Auto Carlos dos Santos Pereira
Assessor
CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em 27.7.92 pelo 28 Diretor de Secretaria

balbino audiência dia 05.10.92

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE
CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT-



**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE
PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO GROSSO - SINDPD** -, entidade
sindical de primeiro grau, regularmente constituído e legalmente
registrado, com sede e foro nesta Capital, a rua 13 de de Junho
nº- 278, 2º- andar, sala 9, representando seu associado **MARCIA
LUIZA DO AMARAL**, brasileira, solteira, funcionária pública
estadual, domiciliada nesta Capital, onde reside na rua Afonso
Pena nº 538, bairro Quilombo, portadora do R.G. nº 529.256/SSP-
MT, doravante denominada "Reclamante", por seu advogado e
bástante procurador "in fine" assinado (m.j.), com escritório
profissional nesta cidade, na rua Galdino Pimentel n.14, 12º-
andar, Conj. 121/124 (Edifício Palácio do Comércio), onde recebe
as intimações de lei (art. 39, I, do C.P.C.), vem, arrimado nos
artigos 837 a 842 da Consolidação das Leis do Trabalho e demais
leis e normas regentes da matéria, apresentar a presente
"reclamatória trabalhista" contra a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT**, sociedade anônima de economia
mista, doravante denominada "Reclamada", pertencente aos quadros
da Administração Indireta do Estado, que deverá ser notificada na
pessoa de seu representante legal, em sua sede social, localizada
no BLOCO "GPC", Centro Político e Administrativo - CPA -, Palácio
Palaguás, nesta Capital, pelas razões de fato de direito de ora
avante articuladas:

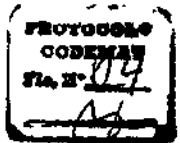
4.- A Reclamante acima nomeada, associada do SINDICATO que ora a representa, empregada celetista da Reclamada, foi por ela sem justa causa demitida no dia 20 de maio de 1992, não logrando até esta data receber as verbas rescisórias a que faz jus, daí desde já fazendo jus ao percebimento da multa prevista no 6º, do art. 477 da CLT. Além das verbas indenitárias legais que lhe são devidas, por força de convenção escrita firmada com a Reclamada, A Reclamante ora representada adquire a cada período de cinco (5) anos de trabalho contados a partir da data de admissão, o direito ao gozo de três meses (3) de licença prêmio, conversível em dinheiro quando não gozadas, assim como não teve regularmente depositado em sua conta vinculada o fundo de garantia por tempo de serviço que lhes é devido, objeto de levantamento que fez e cujas diferenças vão abaixo apontadas.

Por outro lado, A Reclamante tinha estabelecida como data base para reajuste anual de sua remuneração 1º de MAIO, data essa de forma ampla inclusive disciplinada pela Lei Estadual nº. 5025, de 09 de junho de 1986, recepcionada pelo disposto no art. 147 da vigente Constituição Estadual, ao determinar que a revisão geral da remuneração dos servidores "far-se-á sempre na mesma data".

2.- Obediente a essa sistemática legal regente da política salarial que lhe era aplicável, no dia 28 de Julho de 1990, entre o SINDICATO representante de sua categoria profissional e a RECLAMADA, foi firmado um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO para vigor no período de 1º de MAIO de 1990 a 30 de ABRIL de 1991, segundo o qual, dentre outros ajustes, foi convencionado em sua "cláusula" I, versante sobre o "reajuste salarial", reajustamento salarial até o mês de AGOSTO/90, estabelecendo-se em sua cláusula 5.2 que

"Fica aberta a negociação a qualquer tempo, em face da situação econômica do País".

3.- Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos Índices oficiais do IPC as perdas salariais consequentes da inflação acumulada no período de MAIO/90 a agosto/90, período no qual não houve reajustes, devidamente autorizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso então representada pelos senhores Secretários de Administração e Fazenda, entre a RECLAMADA representada por sua DIRETORIA EM EXERCÍCIO e o SINDICATO representante da categoria profissional do Reclamante, em 27 de setembro de 1990 foi aditado o já mencionado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 28/07/90, firmando-se um TERMO ADITIVO onde pactuado que, "verbis":



**TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO
DE TRABALHO, CELEBRADO EM 28 DE
DE JULHO P. PASSADO E REGISTRADO
NA D.R.T./MT**

Em reunião realizada no dia 04 de setembro p. passado, o Governo do Estado, naquele ato representada pelos Exmos secretários de Estado da Administração e da Fazenda, e representantes dos servidores públicos estaduais, discutiram as perdas salariais da categoria e uma nova política salarial a ser aplicada aos vencimentos dos respectivos servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou decidido e consequentemente oposto na competente "Ata de Reunião", que os percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT**) nos itens e condições a seguir:

1- Na próxima data-base da categoria, ou seja MAIO/91 a empresa reajustará o salário dos servidores no percentual de 44,80% (quarenta e quatro inteiros e oitenta décimos por cento) referente ao I.P.C. do mês de Abril/90.

2- Nos meses de NOV/90 à ABRIL/91, a empresa concederá um reajuste total de 49,49% (quarenta e nove inteiros e quarenta e nove décimos por cento) referente a inflação acumulada no período de maio a agosto de 1990, obedecendo ao parcelamento abaixo especificado:

- NOV/90 : 03% (três por cento)
- DEZ/90 : 03% (três por cento)
- Jan/91 : 03% (três por cento)
- Fev/91 : 08% (oito por cento)
- Mar/91 : 12,55% (doze inteiros e cinquenta e cinco por cento)
- Abr/91 : 12,55% (doze inteiros e cinquenta e cinco por cento)



3- A empresa pagará, ainda nos meses de outubro/90, Dezembro/90, Fevereiro/91 e Abril/91, o percentual de 6,09% (seis inteiros e nove décimos por cento), assegurando um crescimento real no salário da categoria.

4- Finalmente, a empresa adotará uma política salarial trimestral, a iniciar-se o primeiro trimestre em setembro/90 e findar-se em novembro/90, onde o I.P.C. acumulado do período, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo, será creditado na folha de pagamento do mês de dezembro do ano em curso.

O I.P.C. acumulado do segundo trimestre, ou seja Dezembro/90 à Fevereiro/91, será creditado na folha de pagamento do mês de Março/91 e assim sucessivamente.

5- Em atendimento à reivindicação do SINDICATO e para evitar quaisquer dúvidas na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

mes	Repos.Salarial	Ganho Reais	Política Salarial
Outubro	-----	6.09%	-----
Novembro	3%	-----	-----
Dezembro	3%	6.09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro	3%	-----	-----
Fevereiro	3%	6.09%	-----
Março	12,55%	-----	IPC Dez/Jan/Fev
Abril	12,55%	6.09%	-----
Maio	44,80%	-----	-----

E por estarem as partes certas, justas e acordadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias e na presença de 02 (duas) testemunhas, que se obrigam a cumprir e a fazer por si e/ou seus sucessores, ratificando os demais Itens do Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado."

4.- A RECLAMADA cumpriu parte do pactuado no TERMO ADITIVO, pagando corretamente os reajustes salariais de:

a) até o mês de DEZEMBRO/91 o previsto na sua cláusula 2, de 3% correspondente ao mês de novembro/90; 3% de dezembro/90;

b) parte do crescimento real do salário mínimo previsto em sua cláusula 3, correspondente a 6,09% de outubro/90 e 6,09% de dezembro/90 ;

c) Pela mesma forma, pagou no mês de dezembro/90 o percentual do IPC acumulado nos meses de SET/OUT/NOV/90 (conforme cláusula 5).

5.- Nessa sorte, as reposições salariais de 3% de janeiro/91; 8% de fevereiro/91; 12,55% do mês de março/91; 12,55% de abril/91; 6,09% de ganhos reais de fevereiro/ 91 e 6,09% de abril/91; 44,80% de perdas salariais de maio/91, acrescidos ainda do percentual acumulado do IPC de dez/90, Jan/fev/91, de 72,87%, não foram pagos pela RECLAMADA, sob a escusa de haver sido expedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através de sua "Secretaria de Administração", "DETERMINAÇÃO EXPRESSA" no sentido de não mais cumprir o TERMO ADITIVO objeto desta ação.

6.- Do exposto, porém, constata-se que em maio de 1991 A Reclamante já tinham a receber consoante o TERMO ADITIVO, de conformidade com o pactuado, os vencimentos dos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO de 1991, que já não podiam em razão do implemento do termo a que se referiam e a anterioridade das normas em que fixados, estar sujeitos a qualquer redução.



7.- O ACORDO COLETIVO em referência e o TERMO ADITIVO posteriormente acertado entre a RECLAMADA sob o referendun do próprio Governo do Estado, e o órgão sindical representativo de classe da Reclamante, como negócio jurídico, afinado à legislação então vigente, configurou autêntico ato jurídico perfeito que, na lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, é "aquele que sob o regime da lei antiga se tornou apto a produzir os seus efeitos pela verificação de todos os requisitos a isso indispensável. É perfeito ainda que possa estar sujeito a termo ou condição" (Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 376, 5ª edição revista e atualizada).

8.- A recusa da RECLAMADA em dar integral cumprimento ao TERMO ADITIVO caracteriza inescandível e manifesta violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos.

A se admitir tal precedente, estar-se-á viabilizando que referido ato administrativo da RECLAMADA invada o passado, desconheça o ato jurídico perfeito e casse direitos que já se haviam incorporado ao patrimônio individual da Reclamante, efeitos que a Constituição da República expressa e peremptoriamente recusou até a lei.

9.- Não é demais repetir que a negativa de cumprimento integral do TERMO ADITIVO atinge frontalmente o ato jurídico perfeito e os direitos subjetivos, líquidos, certos e adquiridos da Reclamante, como se fosse possível a RECLAMADA ignorar e afrontar as situações jurídicas de vantagem consolidadas, relativas às remunerações já vencidas, através de um ato viciado, arbitrário, elvado de violência e de manifesta inconstitucionalidade.

Tanto é verdade, que em rescisões de contrato de trabalho de EMPREGADOS por ela recentemente demitidos, conforme ressalta da inclusa documentação, foi dado integral cumprimento à todas as vantagens pactuadas no Termo Aditivo, configurando a recusa da RECLAMADA em cumpri-lo em relação A Reclamante verdadeiro ato de odiosa discriminação, ferindo mesmo os princípios constitucionais de que "todos são iguais perante a lei". Tal conduta acarreta manifesta lesão aos seus direitos adquiridos, líquidos e certos, e torna necessária a intervenção corretiva do Poder Judiciário para repará-la, restaurando o Império do Direito.



10.- Finalmente, disciplina a letra "a" do § 6º do art. 477 da CLT, que o pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão deverá ser efetuado

"até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato.".

cominando o § 8º do mesmo artigo que a inobservância do af disposto sujeitará o infrator à multa em favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, que deverá ser paga de forma corrigida desde a data do inadimplemento da obrigação até o dia do efetivo pagamento.

Por assim, como ate esta data a RECLAMADA não quitou a rescisão, A Reclamante assiste o direito de receber a multa prevista no já mencionado § 8º, do art. 477 da CLT.

11.- Diante dos fatos apontados, A Reclamante pleiteia para o seu associado o pagamento com juros e correção monetária das verbas salariais abaixo elencadas, com aplicação do art. 467 da CLT se não satisfeitas na audiência inaugural:

Reclamante: MARCIA LUIZA DO AMARAL

CI/RG nº 529.256

SSP/MT -

Admissão 30/04/90 - Demissão 20/05/1992

Último salário percebido - Cr\$ 1.191.340.00

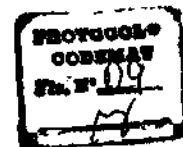
DIREITOS RECLAMADOS

I -

reposição salarial de 3% a incidir sobre os salários de dezembro/90, a ser pago no mês de janeiro/91.

Idem, de 8% a incidir sobre os salários de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91.

reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de FEVEREIRO/91, a ser pago no mês de MARÇO/91;



reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91;

reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

reposição salarial de 44,80% sobre os salários de ABRIL/91, a ser pago no mês de MAIO/91.

IPC a ser pago no mês de MARÇO/91, acumulado nos meses de DEZEMBRO/90 de 18,30%; JANEIRO/91 de 19,91% e FEVEREIRO/91 de 21,87%.

diferenças essas totalizando.....Cr\$

II -

Saldo salarial maio/92 - 25 dias....Cr\$	992.784.00
Aviso prévio trabalhado.....Cr\$	1.191.340.00
6/12 avos 13º salário/92.....Cr\$	595.670.40
Férias vencidas 90/91.....Cr\$	1.191.340.00
Férias prop. 2/12 avos.....Cr\$	198.556.80
1/3 s/ férias.....Cr\$	423.398.16
Diferença de FGTS, por todo o período trabalhado.....Cr\$	3.602.614.42
40% s/ diferença de FGTS.....Cr\$	1.441.045.76
40% s/ FGTS depositado.....Cr\$	111.466.74
Atraso Homologação - multa (art. 477-§ 8º - CLT).....Cr\$	1.191.340.00
SUB-TOTAL.....Cr\$	10.979.459.72

Diante do exposto e na forma do demonstrativo retro focado, requer-se a Reclamada condenada a pagar para sua associada, ora representada, os valores apontados, com juros e correção monetária, compelindo-a, ainda, a fornecer-lhe:

a) guia seguro desemprego;



b) guia competente para o levantamento do FGTS sob o código 01, com acréscimo de 40%,

condenando-a, finalmente, ao pagamento de honorários advocatícios, sobre o valor atualizado com juros e correção monetária, do crédito da Reclamante ora representada.

) Face ao exposto, requer a Vossa Excelência, se digne determinar a notificação da Reclamada na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência que for designada, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, devendo, a final, ser a reclamação julgada procedente e condenado a Reclamada no pedido e demais cominações legais.

Protestando pela produção de todas as provas em direito admitidas, sem exclusão de uma só, em especial pelo depoimento pessoal do representante legal da Reclamada, oitiva de testemunhas que "oportuno tempore" serão arroladas e dando-se à causa para fixar alçada o valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

É assim como pede e espera
Deferimento.

CUIABÁ-MT, Junho 15, 1992.

PP.



WALTER ROSEIRO COUTINHO
OAB/MT 3064/A



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO AO PROCESSO Nº _____

2.829/92 DE 28 / 07 / 92

INTERESSADO(A) _____

ASSUNTO _____

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

(Em liquidação)

EXMO SNR DR JUIZ PRESIDENTE DA 2a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

Ref. Processo 1.667/92

Reclamante: MARCIA LUIZA DO AMARAL

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - Codemat, sociedade anonima de economia mista, estabelecida no Centro Politico e Administrativo - C.P.A. - Palácio Paiaçuás - Cuiabá, por seu procurador, abaixo assinado, vem res-
peitosamente a presença de V.Exs., para CONTESTAR a ação trabalhista que lhe move a reclamante, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. A reclamante está a disposição do - Gabinete da Prefeitura Municipal de Cuiabá, tendo seu aviso prévio cancelado no mês de maio. As verbas que pleiteia, a reclamante já as recebeu normalmente com outros funcionários, em época própria.

2. Portanto, as verbas que pleiteia es-
tão quitadas e não merecem outra contestação. O termo aditivo e o Acordo Coletivo de Trabalho, estão sub judice, e a reclamada aguarda o pronunciamento da Justiça, quanto a sua aplicabilidade ou não aos funcionários.

Posto isto, requer o arquivamento do pre-
sente feito.

Cuiabá, em 04 de outubro de 1992

Elpidio Opette Claro
advogado

(Em liquidação)

EXMO SNR DR JUIZ PRESIDENTE DA 2a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

Ref. Processo 1.667/92

Reclamante: MARCIA LUIZA DO AMARAL

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - Codemat, sociedade anonima de economia mista, estabelecida no Centro Politico e Administrativo - C.P.A. - Palácio Paiaçuás - Cuiabá, por seu procurador, abaixo assinado, vem respeitosamente a presença de V.Exa., para CONTESTAR a ação trabalhista que lhe move a reclamante, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. A reclamante está a disposição do - Gabinete da Prefeitura Municipal de Cuiabá, tendo seu aviso prévio cancelado no mês de maio. As verbas que pleiteia, a reclamante já as recebeu normalmente com outros funcionários, em época própria.

2. Portanto, as verbas que pleiteia são tão quitadas e não merecem outra contestação. O termo aditivo e o Acordo Coletivo de Trabalho, estão sub judice, e a reclamada aguarda o pronunciamento da Justiça, quanto a sua aplicabilidade ou não aos funcionários.

Posto isto, requer o arquivamento do presente feito.

Cuiabá, em 04 de outubro de 1992

Elpidio ~~Onofre~~ Claro
advogado

2

05

outubro

92

Cuiabá-MT

MARIA PIEDADE BUENO TEIXEIRA

2

1667

92

SINIFD-MARCIA LUIZA DO AMARAL

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO

ESTADO DE MT-CODEMAT .

13:21


Ausente a reclamante.

Presente a reclamada através do preposto Sr. Francisco Gomes de Andrade Lima filho, acompanhado pelo Dr. Luis E.S. Campos, OAB/MT 2.202.

Tendo em vista a ausência do reclamante, determina-se o arquivamento dos autos. Custas pelo reclamante calculadas sobre Cr\$ 20.000.000,00 no importe de Cr\$ 400.815,82, que deverá ser intimada para pagamento em 05 dias.

Pagas as custas, arquivem-se.

Nada mais.


M. Piedade Bueno Teixeira
Juliana do Nascimento
Presidente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10ª REGIÃO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ
ENDEREÇO: AV. RUBENS DE MENDONÇA, 491

NOT. INT. Nº 5.236 / 92 EM 11 / setembro / 1.992

PROCESSO Nº 894/92 /
RECTE.: ADELINA ANGELICA SOUZA CARVALHO (+ 12)
RECD.: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO EST. DE MT. - CODEMAT

Pela presente, fica V.Sª NOTIFICADA para o(s) fim(ns) pre-
visto(s) no(s) item(ns) 01, 02, 12 e 13 abaixo:

- 01 - Comparecer à audiência designada para o dia 05 de outubro de 1.992 às 13 horas e 40 minutos.
- 02 - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.
- 03 - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima.
- 04 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.
- 05 - ~~Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.~~
- 06 - Contra-arrazoar recurso do(a) _____
- 07 - Impugnar Embargos à Execução.
- 08 - Contestar os Embargos de Terceiro outuados sob o Nº _____ no valor de Cr\$ _____
- 09 - Recolher os(os) _____ dias.
- 10 - Prestar, como Perito, o compromisso legal, em _____ dias.
- 11 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em _____ dias.
- 12 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V.Sª. poderá apresentar sua defesa (art. 846 do C.L.T.), com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845 do C.L.T.), devendo V.Sª. estar presente, independentemente do comparecimento de seu representante, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma previsto no parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sª. importará na aplicação da pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato.
- 13 - Desp. fls. 78-1. Em face das irregularidades havidas no presente processo deixo de antecipar a audiência já designada. Aguarde-se o regular andamento do processo, para recebimento da defesa, quando MM J.C.J. apreciará a petição de fl. 72.-2. As partes deverão comparecer sob as penas do art. 843 e 844 da CLT. 3-Notifique-se. Chá., 08.09.92- André Damasceno - Juiz Presidente.

*materiais
na pasta*

5.236/92
894/92/

CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CODEMAT. A/C DR. ELPÍDIO ONOFRE CLARO

BLOCO GPC- CENTRO POLÍTICO E ADMINISTRATIVO

CUIABÁ

MT.



CERTIFICO que o presente ex-
pediente foi encaminhado ao
destinatário, via postal,
em 14.09.92 de 12 horas

Diretor de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Ofício/DSP nº 173/93

Cuiabá, 23 de novembro de 1993.

Senhor Chefe,

Estamos encaminhando à V. Sa., em anexo, o processo TRT nº 04549/93, referente à licença para tratamento de saúde de MÁRCIA LUÍZA DO AMARAL, servidora cedida a este Tribunal Regional do Trabalho, para as providências que V.Sa. julgar necessárias.

Atenciosamente,

Alvaro
Alvaro Arcaño da Costa
Diretor de Serviço de Pessoal

Ilmo. Sr.
Chefe do Setor de Pessoal da
Companhia de Desenvolvimento do
Estado de Mato Grosso.
Cuiabá - MT

Dinã
Para lançar na Ficha Funcional
e posterior arquivar.
Em 29.11.93

mava

Odete
Odete Dinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

Sanca do na
Ficha Funcional
da servidora
em 30/11/93

REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A DIRETORIA DO SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS

MARCIA LUÍZA DO AMARAL			
(nome do servidor)			
(matrícula)	CEDIDA	PRESIDÊNCIA	
	(cargo, classe, padrão)	(lotação)	(fome)

à vista do atestado médico em anexo, requer licença:

- ☒ para tratamento da própria saúde
- ☐ maternidade
- ☐ por motivo de doença em pessoa da família
- ☐ por motivo de doença especificada em lei
- ☐ por acidente de trabalho

Nestes termos, pede deferimento

CUÍABA, 19 de novembro de 1993

Clente

DIRETOR

(assinatura do requerente)

OBS.:

P. J. - J. T. - Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região

REF. AO PROCESSO TRT 23ª REGIÃO Nº 4549/93.

Senhor Diretor,

Versa o presente processo sobre Licença Médica de servidor cedido a este Regional.

A Diretoria do Serviço de Pessoal, para anotações e encaminhamento ao órgão de origem do requerente.


Cuiabá-MT., 19 de Novembro de 1993.


Maria Auxiliadora *Claz de Melo*
Diretora do Serviço de Recursos Humanos
T. R. T. da 23ª Região

A SCCC

Encaminha ao órgão de origem do
requerente.

Em 23/11/93


Alvaro Arcajo da Costa
Diretor do Serviço de Pessoal



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

C O M U N I C A D O D E F É R I A S

D A : DIVISÃO DE REGISTRO E ACOMPANHAMENTOS

A O : MARCIA LUIZA DO AMARAL

C O M U N I C A D O - 01

Conforme Escala de Férias, comunicamos a V. Sa., que se encontra creditado em Folha de Pagamento do mês de JUNHO/93 / , a importância relativa ao Salário do corrente mês e as suas Férias regulamentares referente ao período aquisitivo de 30 / 04 / 92 a 30 / 04 / 93, devendo V. Sa., entrar em gozo das mesmas a partir de 19 / 07 / 93, e terminar em 17 / 08 / 93.

C O M U N I C A D O - 02

Para as formalidades legais, aguardamos sua Carteira Profissional, para as devidas anotações.

***FELIZ FÉRIAS**

V I S T O:

[Assinatura]
Vilasto de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humanos

R E C I B O D E F É R I A S

[Assinatura]
Odete Pinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

Recebi desta Companhia a importância no valor de **CR\$ 26.022.000,00**, referente as Férias sofrendo os descontos previstos em Lei, tudo conforme aviso que recebi em tempo, ao qual dei "CIENTE".

RECEBI EM

16 / 07 / 93

[Assinatura]
ASSINATURA DO SERVIDOR (A)

7.030.

JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS
Governador do Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO,
no uso de suas atribuições legais, e
Considerando o que consta do Processo
nº 0.057.435-0/93, da Secretaria de Estado de Administração,

RESOLVE:

Colocar os servidores infra relaciona-
dos à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região,
Município de Cuiabá-Mt, com ônus para os respectivos órgãos de
origem, com efeitos a partir de 15.02.93 à 15.02.94:

HELENILZA RAMOS CARNAIBA
Lotada na Casa Civil
JAIR JOSÉ CURVO
Lotado na Espagr
MARCIA LÍDIA DO AMARAL
Lotada no Codumat.

março de 1993.

Palácio Paiaçuás, em Cuiabá-Mt, 03 de

JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS
Governador do Estado

ROBERTO TAMBELINI
Secretário de Estado de Administração

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO,
no uso de suas atribuições legais, resolve colocar
à disposição da Prefeitura Municipal de Nossa
Senhora do Livramento, a partir de 18 de fevereiro
de 1993, o Senhor JOSÉ GERVÁSIO DA SILVA FILHO,
Agente de Fiscalização e Arrecadação de Tributos
Estaduais, observado as disposições do Convênio
nº 006/93 de 18 de fevereiro de 1993, firmado
entre a Secretaria de Estado de Fazenda e a referida
Prefeitura.

PALÁCIO PAIAÇUÁS, em Cuiabá, 03 de março
de 1993.

JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS
Governador do Estado

UMBERTO CAMILO RODOVALHO
Secretário de Estado de Fazenda

Miguel
Pereira Lemos
na Fichas dos
Funcionários
arquivo.

Odete Pinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Arq.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO ,
no uso de suas atribuições legais , e
Considerando o que consta do Processo
nº 0.057.435-0/93, da Secretaria de Estado de Administração,

RESOLVE :

Colocar os servidores infra relaciona-
dos à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região,
Município de Cuiabá-Mt , com ênfase para os respectivos órgãos de
origem, com efeitos a partir de 15.02.93 à 15.02.94:

HELENILZA RAMOS CARNALIA
Lotada na Casa Civil

JAYR JOSÉ CORVO
Lotado na Empag

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL
Lotada na Codemat.

março de 1993.

Palácio Palagium, em Cuiabá-Mt, 03 de

JAYME VERÍSSIMO DE CARVALHO
Governador do Estado

ROBERTO TANDELLINI
Secretário de Estado de Administração



COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

C O M U N I C A D O

DO: SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

AO: MARCIA LUIZA DO AMARAL

C O M U N I C A D O - 01

Conforme escala de férias, comunicamos a V.Sa.,
que se encontra creditado em folha de pagamento do mês de FEVEREIRO/93, a importância relativa ao salário do corrente
mês e as suas férias regulamentares referente ao período aquisi-
tivo de 30 / 04 / 91 a 30 / 04 / 92; devendo-Vos-
sa Senhoria, entrar em gozo das mesmas a partir de 19 / 03 /
93 e terminar em 17 / 04 / 93.

C O M U N I C A D O - 02

Aguardamos a sua Carteira Profissional de Traba-
lho e Previdência Social, para as devidas anotações.

R E C I B O D E F É R I A S

Recebi desta Companhia a importância CR\$15.737.149,99
referente as Férias, sofrendo os descontos previstos em Lei, tu-
do conforme o aviso que recebi em tempo, ao qual dei "CIENTE".

Esperando contar com sua valiosa atenção, apro-
veitamos para desejar-lhes uma FELIZ FÉRIAS.

19 / 03 / 93

OF. Nº 00150 /93

Cuiabá-MT, 09 de fevereiro de 1.993

Senhor Juiz:

Em atenção ao Of. TRT-23ª nº 008/92, onde Vossa Excelência solicita que seja colocada à disposição desse Egrégio Tribunal, a servidora MARCIA LUIZA DO AMARAL, vimos informar que foi autorizada a disponibilidade da referida servidora, até 31 de dezembro de 1.993.

Sem mais para o momento, renovamos os nossos protestos de consideração e apreço.

FRANCISCO GOMES DE ANDRADE LIMA FILHO

- Diretor Presidente -

Exmo Sr.

Dr. GERALDO DE OLIVEIRA

MM. Juiz Presidente do TBT da 23ª Região,

N E S T A /

APES/dob.

09/02/93

servidora Cátia Lima
p/ anotações e posterior arquivamento
na pasta da interessada.

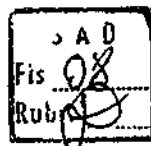
Em 10/02/93

Assessoria de Atendimento Pessoal

GOVERNADOR -

Lançado em Ficha
Financeira em 21.02.93

Assessoria de Atendimento Pessoal
em 26/02/93



Of. TRT-23ª.Nº 008 /92.


Cuiabá-MT, de dezembro de 1992.

Senhor Governador,

Em atenção ao OF.STST.GDG.GP.Nº 666/92, data do de 04.12.92, solicito a V.Exª se digne examinar a possibilidade de ser colocada à disposição deste E. Regional a servidora MÁRCIA LUÍZA DO AMARAL, Agente Administrativo, lotada na CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, com ônus parcial para este Tribunal.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exª protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,


GERALDO DE OLIVEIRA
Juiz-Presidente do TRT da 23ª Região

Exmº Sr.


Dr. JAYME VERÍSSIMO DE CAMPOS


DD. Governador do Estado de Mato Grosso/MT

CUIABÁ/MT

/acbm

11
Sancado
em 24/01/93.

Confere com o Original

Lidia Rugerley Lopes de Oliveira
Chefe de Gabinete

Autorize pelo período
solicitado, até 15/02/92
15/02/93
23/12/92




PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Ofício nº
083/GP/92.

Cuiabá, 10 de março de 1.992.

Senhor Governador:

Com o presente, estou devolvendo à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, a partir de 10.03.92, a servidora MARCIA LUIZA DO AMARAL, que se encontrava à disposição desta Prefeitura.

Na oportunidade, agradeço ao nobre Governador pela cessão da funcionária, cuja integridade e competência profissional se fizeram notar durante o período em que aqui permaneceu.

Com os melhores votos de bem-estar pessoal, renovo a Vossa Excelência as considerações do meu apreço e particular estima.

FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Doutor JAIME VERÍSSIMO DE CAMPOS
Digníssimo Governador do Estado de Mato Grosso
N E S T A

MLV/WCS

*Transferido em
ficha financeira
em 28/03/92
C. Campos*

*Recebido
em 29/03/92*



É tempo de solução



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

C O M U N I C A D O

DO: SETOR DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

AO: MARCIA LUIZA DO AMARAL

C O M U N I C A D O - 01

Conforme escala de férias, comunicamos a V.Sª.,
que se encontra creditado em folha de pagamento do mês de JUNHO/
91, a importância relativa ao salário do corrente
mês e as suas férias regulamentares referente ao período aquisi-
tivo de 30 / 04 / 90 a 30 / 04 / 91, devendo Vos-
sa Senhoria, entrar em gozo das mesmas a partir de 01 / 07 /
91 e terminar em 31 / 07 / 91.

C O M U N I C A D O - 02

Aguardamos a sua Carteira Profissional de Traba-
lho e Previdência Social, para as devidas anotações.

R E C I B O D E F É R I A S

Recebi desta Companhia a importância CR\$ 185.028,00
referente as Férias, sofrendo os descontos previstos em Lei, tu-
do conforme o aviso que recebi em tempo, ao qual dei "CIENTE".

Esperando contar com sua valiosa atenção, apro-
veitamos para desejar-lhes uma FELIZ FÉRIAS.

Odete Pinheiro da Silva
Chefe do Setor
"ODEMAT"

Recebi
19/08/91
[Assinatura]

OK

C O D E M A T
Protocolo N.º <u>014/91</u>
Processo N.º <u> </u>
Data <u>02</u> / <u>01</u> / <u>91</u>
<i>[Assinatura]</i>
Serviço de Protocolo

N.º PROTOCOLO: 014/91

N.º PROCESSO: 011/91

DATA 02 / 01 / 91

INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CULABÁ

ASSUNTO

SOLICITA A DISPONIBILIDADE DA SERVIDORA MARCIA LUIZA DO AMARAL, SEM ÔNUS
CONFORME OF. Nº 196/91



C O D E M A T

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



OF. SMPC. Nº 196/90

Cuiabá, 26 de dezembro de 1.990.

CODEMAT
Protocolo N.º 014/90
Processo N.º 011/91
Data 02, 01, 91
<i>M. S. Delco</i>
Serviço de Protocolo

Senhor Diretor,

Pelo presente solicitamos de V.Sa., a viabilidade de colocar a disposição da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, a servidora MARCIA LUIZA DO AMARAL, à partir desta data, sem ônus para esta Municipalidade.

Esperando merecer a preciosa atenção para com esta solicitação, renovamos os protestos de elevada estima e fidalga consideração.

Atenciosamente,

DR. ROMULO VANDONI

Secretário Mun. Planej. e Coordenação.

ILMO SR.

DR. JOË MOACIR WITZAK

MD. DIRETOR DA CODEMAT

N E S T A



É tempo de solução



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

P O R T A R I A N° 004 /91

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONCEDIDAS PELO SEU ESTATUTO SOCIAL;

R E S O L V E :

Art. 1º - Dispensar a servidora MARCIA LUIZA DO AMARAL, do cargo de Secretaria da Diretoria Administrativa Financeira.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor à partir desta data.

Comunique-se, Divulgue-se e Cumpra-se.

Cuiabá, 02 de janeiro de 1.991.

A D I R E T O R I A.

Visto

Proceder anotações na ficha funcional e posterior arquivado na pasta

Obs 24.01.91

[Signature]
Suzanna Pereira Maciel
Chefe do Setor de Administração
Pessoal

[Signature]
[Signature]
[Signature]



CODEMAT

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

P O R T A R I A N° 049 /90

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO SEU ESTATUTO SOCIAL;

R E S O L V E :

Art. 1º - Designar a servidora MARCIA LUIZA DO AMARAL, para exercer a função de Secretária da Diretoria Administrativa Financeira, percebendo a Ajuda de Custo condizente com o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria contará com seu efeitos retroativos à partir de 01. de maio de 1.990.

Comunique-se, Divulgue-se e Cumpra-se.

Cuiabá, 29 de maio de 1.990.

1/2 b

Proceder anotações na ficha funcional e posterior arquivamento na pasta.

Esc. 6-6-90

Edson Pereira Mociel
Chefe do Setor de Administração

A D I R E T O R I A

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Ciente:
04.06.90
[Handwritten signature]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

SIGNATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MARCIA LUIZA DO AMARAL

DATA DE NASCIMENTO 12/10/67	Nº INSCRIÇÃO 4802418	D.V. 05	ZONA 001	SEÇÃO 0761
MUNICÍPIO / UF CUIABA/MT	DATA DE EMISSÃO 06/08/89			

JUIZ ELEITORAL
Diógenes de Figueiredo

Rua: Afonso Pena 352
Parque Quilombo

RECONHECER
NO
TABELIONATO
a. Libero Bedaró, — Lcja G — S. Paulo

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO
COMARCA DE CUIABÁ - CAPITAL

PEDRO L'ABBADIA MACIEL

3.º Tabelião Vitalício de Notas, Escrivão do Civil, Oficial Privativo e Vitalício do Registro Civil
de Nascimento, Casamento e de Óbitos da Sede da Comarca de Cuiabá

Maria Izabel Barros Maciel
SUBSTITUTO

Plinio Antunes Maciel
ESCRIVÃO AUTENTICO

LIVRO N. 54

FOLHA N. 215

TERMO N. 116

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que no livro de Registro de Nascimento desta Capital, está registrada uma criança do sexo Feminino nascida no dia 12 de Outubro de 1967 às 2:30 horas, nesta Capital com o nome de Marcia Suzana do Amaral filha do Cidadão Marciano do Amaral e D. Suzana Almeida do Amaral

Registro feito em 12 de Outubro de 1967
Obs: Declarante: O pai

O referido é verdade e dou fé.

Cuiabá, 12 de Outubro de 1967
Plinio Maciel
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Recebe-se a 12 de Outubro de 1967
Plinio Maciel

Assinado em 12 de Outubro de 1967
Plinio Maciel


RECONHECER FIRMA
Tab Genérico Ponce F.

Av. Rio Branco, 114 — 2. and. — FIO


CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Marcia Luiza do Amaral



POLEGAR DIREITO



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

Fl. 32

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 529 256 DATA DE EXPEDIÇÃO 24.10.84

NOME MARCIA LUIZA DO AMARAL

FILIAÇÃO Marciano do Amaral
Luiza Almeida do Amaral

NATURALIDADE Cuiabá-MT DATA DE NASCIMENTO 12.10.67

DOC ORIGEM Cert. Nasc. nº 115.35, Liv. 54, Fls. 215 - CT

CPF

CURADOR

ASSINATURA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**CODEMAT**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSONOME DO FUNCIONÁRIO : Marcia Louisa do Amaral

FUNÇÃO : _____ DATA DE ADMISSÃO: ____/____/____

LOTAÇÃO: _____

AFASTAMENTO: 15 (Quinze) diasPERÍODO: 18/04/92 a 03/05/92RETORNO: 03/05/92AFASTAMENTO: 15 (Quinze) diasPERÍODO: 05/05/92 a 19/05/92RETORNO: 20/05/92

AFASTAMENTO: _____ dias

PERÍODO: ____/____/____ a ____/____/____

RETORNO: ____/____/____

AFASTAMENTO: _____ dias

PERÍODO: ____/____/____ a ____/____/____

RETORNO: ____/____/____

AFASTAMENTO: _____ dias

PERÍODO: ____/____/____ a ____/____/____

RETORNO: ____/____/____

AFASTAMENTO: _____ dias

PERÍODO: ____/____/____ a ____/____/____

RETORNO: ____/____/____

AFASTAMENTO: _____ dias

PERÍODO: ____/____/____ a ____/____/____

RETORNO: ____/____/____

AFASTAMENTO: _____ dias

PERÍODO: ____/____/____ a ____/____/____

RETORNO: ____/____/____

Nº PROTOCOLO: 881/96
Nº PROCESSO: 881/96
DATA, 09 / 05 / 96

INTERESSADO

14-05-96

Dr. Tadilho

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23ª REGIÃO

ASSUNTO

ENCAMINHA NOTIFICAÇÃO Nº 000858-I, REFERENTE PROCESSO
Nº 00776/96 DE INTERESSE DO RECLAMANTE MARCIA LUIZA DO AMARAL.



CODMAT
EM LIQUIDAÇÃO

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

Lauro

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.

Processo nº: 0776/96

Reclamante: MÁRCIA LUIZA DO AMARAL

Reclamada: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE
MATO GROSSO - CODEMAT

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 21 dias do mês de agosto, do ano de mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se a Egrégia 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presentes a Exma. Sra. Juíza do Trabalho Substituta ROSELI DARAIA MOSES XOCAIRA, e o Exmo. Sr. Juiz Classista Representante de Empregados, que ao final assinam, para audiência relativa ao processo e partes supra citados.

Ausente o Exmo. Sr. Juiz Classista Representante dos Empregadores, em gozo de férias.

As 17:03 horas, aberta a audiência, apregoadas as partes, ausentes.

Submetido o processo a julgamento, proferiu a E. 3ª JCI de Cuiabá-MT, a seguinte

S E N T E N Ç A

Vistos, etc...

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL ajuizou reclamação trabalhista contra COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, aduzindo em síntese, que foi admitida em 30.04.1990, e desligada em 19.0.95, quando exercia a função de agente administrativo.

Sustenta que a reclamada obrigou-se ao pagamento de reajustes salariais, através de termo aditivo ao acordo coletivo de trabalho, adimplindo parcialmente, suspendendo o pagamento do reajuste a partir de março de 1991, postulando a condenação da reclamada no pagamento das diferenças salariais e reflexos.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 1.000,00.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 8/29.

A reclamada apresentou defesa escrita (fls. 61/759), onde sustenta a nulidade de contrato por inobservância de preceito constitucional, arguindo ainda a nulidade do acordo coletivo de trabalho e termo aditivo, arguindo a

prescrição e a concessão de reajuste em valor superior ao postulado.

Juntou os documentos de fls. 32/60 e 76/148, com manifestação da reclamante às fls. 1550/152.

Encerrou-se a instrução processual, sem outras provas.

Razões finais orais, pela procedência.

Infrutífera a primeira proposta de conciliação, prejudicada a derradeira tentativa.

É o relatório.

Decide-se

1. NULIDADE DO CONTRATO

O art. 37 da Constituição Federal prescreve que a administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes, obedecerá os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, e também observará o contido nos incisos I a XXI, e seus parágrafos.

E, o inciso II do artigo 37, da Constituição Federal dispõe que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, de provas ou provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

O artigo 145 do Código Civil Brasileiro comina a pena de nulidade ao ato jurídico que não esteja revestido da forma prescrita em lei.

Constata-se dos autos que a reclamante foi contratada em 30.04.1990, para prestar serviços à reclamada, portanto, quando em vigor o art. 37, II, CF, que condiciona a investidura à aprovação em concurso público que não ocorreu.

Nem se diga aqui, que por força do art. 173 da CF, a reclamada observando o regime das empresas privadas, está dispensada da realização de concurso público, eis que o art. 173 da CF deve ser cumprido em harmonia com os princípios estabelecidos no art. 37 da CF, não havendo incompatibilidade entre ambos.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou sobre a questão, reconhecendo a submissão da sociedade de economia mista aos princípios estabelecidos no art. 37, II da CF:

" A acessibilidade aos cargos públicos a todos os brasileiros, nos termos da Lei e mediante concurso público, é princípio constitucional explícito, desde 1934, artigo 168. Embora cronicamente sofismado mercê de expedientes destinados a iludir a regra, não só foi reafirmado pela Constituição, como ampliado para alcançar os empregos públicos, artigo 37, I e II. Pela vigente ordem constitucional, em regra, o acesso aos empregos públicos opera-se mediante concurso público, que pode não ser de igual conteúdo, mas há de ser público. As autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mistas, estão sujeitas à regra que envolve a administração direta, indireta ou fundacional de

qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sociedade de economia mista, destinada a explorar atividade econômica, está igualmente sujeita a esse princípio, que não colide com o exposto no artigo 173, parágrafo 1º. Exceções ao princípio se existem, estão na própria Constituição. - " STF - MS, 21.322-1, DF ac. TP 03.12.1992, Rel. Min. PAULO BROSSARD, LTr 57-12/1504- grifamos

Destarte, em se tratando de interesse público, por não observar formalidade essencial prevista em lei, o contrato de trabalho em análise está eivado de nulidade absoluta.

Oportuno trazer à colação, lição de ISIS DE ALMEIDA, em "Manual de Direito Processual do Trabalho", 1º vol. LTr, 5ª ed., p. 65:

" Do momento em que o ato irregular ou a omissão, ainda que daquele tenha participado o interessado na nulidade, estejam incluídos naquelas situações em que se deve preservar o interesse público; quando a ordem pública, enfim, exigir o pronunciamento da nulidade, já não interessa se a própria torpeza beneficiará a parte: prevalece a indisponibilidade do direito, e o juiz é obrigado a defender a incolumidade do Estado. "

Ainda que a declaração da nulidade gere efeitos "ex tunc" no direito comum, temos que, no direito do trabalho assim não ocorre, eis que impossível a restituição das partes ao "status quo ante", não havendo como devolver ao empregado a força de trabalho dispendida em favor do tomador dos serviços, sendo pois inaplicável aqui o princípio do efeito retroativo da nulidade, sob pena de se admitir o enriquecimento ilícito do empregador, fazendo jus os empregados que se encontrem nesta situação, às verbas de natureza salarial.

O art. 158 do CCB dispõe que, na hipótese de ser impossível a restituição ao estado anterior, haverá a indenização equivalente.

No caso em análise, impossível a restituição das partes ao estado anterior, eis que não há como se devolver ao trabalhador, a força física e intelectual dispendida em favor do tomador. Entretanto, essa impossibilidade de restituição NÃO TEM O CONDÃO DE TORNAR VÁLIDO O ATO NULO, e gerar todas as consequências jurídicas, como se válido fosse o contrato de trabalho. Frise-se que a solução prevista pela lei para a hipótese de impossibilidade de restituição ao estado anterior é a indenização e não o reconhecimento de validade do ato jurídico nulo, com a produção plena de seus efeitos.

Assim, quando o artigo 158 do CCB determina indenização equivalente, não reconhece validade ao contrato nulo, e por consequência, não permite incluir no cálculo dessa indenização, as verbas decorrentes de um contrato válido, eis que de contrato de trabalho efetivamente, não se trata.

Reconhece sim, dito artigo, a necessidade de evitar o enriquecimento sem causa de uma das partes. E, para tanto, impõe a obrigação de indenizar.

E, a indenização será de quanto baste para remunerar a força de trabalho dispendida. Para esse trabalho realizado houve um preço ajustado e esse preço foi pago, através dos salários recebidos.

Imperioso lembrar que o vício que macula o ato é intransponível, por ofensa à Lei Fundamental. Dessarte, o reconhecimento indireto de validade do contrato, com o deferimento de todas as verbas que seriam decorrentes do contrato se lícito fosse, também ofende a Constituição, eis que assim agindo, torna-se o Judiciário conivente com a inobservância dos princípios insculpidos na Carta Magna, já praticada pelo administrador e pelo administrado, sendo certo que este não pode alegar desconhecimento da irregularidade de seu ingresso na reclamada.

Por essas razões, firmou-se forte corrente doutrinária e jurisprudencial, no sentido de que, para indenização da força dispendida basta o salário "stricto sensu" ajustado.

O E. TRT da 23ª Região assim se manifesta sobre a questão:

" CONTRATAÇÃO IRREGULAR PROMOVIDA POR ENTIDADE DE DIREITO PÚBLICO. EFEITOS *EX TUNC* DA NULIDADE CONTRATUAL. O contrato de trabalho celebrado por entidade de Direito Público Interno fere preceito constitucional e, por isso mesmo, eiva-se de nulidade, a qual, por constituir matéria de ordem pública, deve ser declarada, quer seja por iniciativa da parte, quer seja *ex officio*. Emprasta-se, ainda, a tal declaração, efeitos *ex tunc*, segundo a inteligência do art. 145, III e 158, ambos do Código Civil Brasileiro, aplicado analogicamente ao Direito Laboral, fazendo jus, portanto, o empregado, tão somente aos respectivos salários *strictu sensu* considerados, que perfazem a contraprestação pela energia despendida no exercício de suas funções." destacamos (TRT 23ª R., AC.TP 2205/95, Relator Juiz ALEXANDRE FURLAN, DJ/MT 05.10.95, p. 7

Em síntese, a obrigação de indenizar, pela impossibilidade de reposição no estado anterior, não tem o condão de validar o contrato nulo. Assim, continua inexistente o contrato de emprego pretendido. Tem-se sim, um dispêndio de energia que precisa ser indenizado, mas não sob a luz do contrato de emprego.

As diferenças salariais e decorrentes de normas coletivas são indevidas, eis que o acordo coletivo de trabalho tem força de lei entre as partes

convenientes, pressupondo para tanto, a existência de uma relação de emprego de onde emergem as figuras de empregados e empregadores, o que não é a hipótese dos autos, em face da nulidade contratual reconhecida.

Assim, o acordo coletivo cujo cumprimento se busca não gera efeitos em relação à reclamante, mas tão somente em relação aos empregados regularmente admitidos.

Isto posto, improcedentes os pedidos formulados na exordial, porquê têm fundamento no contrato de emprego válido, que inexistiu.

ANTE AO EXPOSTO, decide a E. 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, à unanimidade, julgar IMPROCEDENTES os pedidos formulados por MÁRCIA LUIZA DO AMARAL, para deles absolver COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, nos termos da fundamentação supra, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Custas pela reclamante, no importe de R\$ 20,00; calculadas sobre R\$ 1.000,00, valor atribuído à causa.

Em face da irregularidade no ato da contratação, e em cumprimento ao disposto no art. 37, § 2º da Constituição Federal, oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado e o d. representante do Ministério Público Estadual.

Ciente a reclamante, intime-se a reclamada.

Nada mais.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
3ª JCI - CUIABÁ MT
R. MIRANDA REIS, 441 - EDIF. BIANCHI, BANDEIRANTES

NOT. Nº: 000858-1

(RECLAMADO)

REGISTRO	
CODEMAT	
Protocolo No.	881/96
Processo No.	881/96
Data	09/05/96
Serviço	Protocolo

03/05/96

PROCESSO Nº: 00776/96.

AUDIÊNCIA : 14 de maio de 1996, terça-feira, às 13:45 horas

RECLAMANTE : MÁRCIA LUIZA DO AMARAL

RECLAMADO : CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MT-CODEMAT

Pela presente, fica V.Sa. NOTIFICADO para os fins previstos nos itens abaixo:

Comparecer à AUDIÊNCIA que será realizada no endereço, e na data e hora acima mencionados.

Apresentar DEFESA (art. 846, da CLT) com as provas que julgar necessárias (arts. 821 e 845, da CLT), devendo V.Sa. estar presente, independentemente do comparecimento de seu advogado, sendo-lhe facultado designar preposto, na forma prevista no parágrafo 1º do art. 843 consolidado. O não comparecimento de V.Sa. importará na aplicação de revelia e confissão quanto a matéria de fato.

Em anexo a cópia da inicial.

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal em 06/05/96.

Diretor de Secretaria

Renier Dinheiro Soares
Estagiário

CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MT-CODEMAT
PALÁCIO PAIAGUÁS CPA
CUIABÁ - MT

CONTRATO ECT/OR/MT

X

T.R.T. 23ª. R. - Nº. 1823

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT.

JUNTA DO TRABALHO
2ª REGIÃO - CUIABÁ-MT

30 MAR 1977 018406

DISTRIBUIÇÃO

MARCIA LUIZA DO AMARAL, brasileira, solteira, portadora da carteira de trabalho nº 30.607, série 00003/MT, residente e domiciliada sito à Rua Afonso Pena, nº 352, Bairro Quilombo, nesta Capital, neste ato representado por seu bastante procurador e advogado que esta subscreve, conforme mandato incluso (doc. 01), com escritório profissional sito à Rua Ricardo Franco, nº 504, fone 322-2200, Centro, nesta Capital, onde recebe notificação de estilo, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

contra a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, sociedade de economia mista inscrita no CGC/MF sob o nº 03.474.053/0001-32, pertencente ao quadro da administração indireta do estado, doravante aqui denominada como "RECLAMADA", que deverá ser notificada na pessoa de seu representante legal em sua sede social localizada no Centro Político e administrativo - CPA, prédio onde se encontra instalado a FENA, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

DOS FATOS:

A Reclamante foi admitida para prestar seus serviços à Reclamada, no dia 30 de abril de 1.990, para exercer as funções de Agente Administrativo, percebendo como última remuneração a importância de R\$ 626,75, demetida sem justa causa, no dia 19 de maio de 1.995, sem perceber as verbas rescisórias, bem como diferenças salariais proveniente do ACT firmada entre o Sindicato da Reclamante e a Reclamada.

Em 28 de julho de 1.990, face a nova política salarial, foi firmado Acôrd Coletivo de Trabalho, entre o Sindicato representante da Categoria da Reclamante e a Reclamada, para vigor no período de 01 de maio de 1.990 à 30 de abril de 1.991, segundo o qual dentre outros ajustes, foi convenienciado em sua "Cláusula" I, versante sobre o "reajuste salarial", reajustamento salarial até o mês de AGÔSTO/90, estabelecendo em sua Clausula 5.2 que:

"Fica aberta a negociação a qualquer tempo em face da situação econômica do país".

Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos índices oficiais do IPC as perdas salariais consequentes da inflação acumulada no período de MAIO à AGÔSTO/90, foi firmado em 27 de setembro de 1.990, Termo Aditivo ao Acôrd Coletivo de Trabalho já mencionado, cópia em anexo, estabelecendo no item 5:

"5 - Em atendimento à reivindicação do SINDPD-MT e para evitar qualquer dúvida na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixo:

Mês	Rep. Salarial	Ganhos Reais	Política	Salarial
OUTUBRO / 90	-	6.09%	-	-
NOVEMBRO/90	3%	-	-	-
DEZEMBRO/90	3%	6.09%	IPC.	Set/Out/Nov
JANEIRO/91	3%	-	-	-
FEVEREIRO/91	8%	6.09%	-	-
MARÇO / 91	12.55%	-	IPC.	Dez/Jan/Fev
ABRIL / 91	12.55%	6.09%	-	-
MAIO/91	44.80%	-	-	-

Até o mês de fevereiro de 1.991, a avença foi integralmente satisfeita, conforme bem comprova as anotações em sua CTPS, entretanto, após ser parcialmente cumprido o acordo, este foi unilateralmente revogado pela Reclamada, conforme anotação em sua CTPS, as fls. 43, fotocópia em anexo, a partir do mês de Março daquele mesmo ano. Neste caso, é o Reclamante credor das diferenças salariais a serem auferidas com a aplicação dos seguintes índices:

a) 94,57% no mês de março/91, (12.55%) da reposição pactuada mais os IPC's dos meses de DEZEMBRO/90, JANEIRO/91 e FEVEREIRO/91, de 18.30%, 19.91% e 21.87%, respectivamente), sobre os salários de FEVEREIRO/91;

b) no mês de ABRIL/91, 19.40% (12.55% mais 6.09%), sobre os salários de MARÇO/91; e,

c) a partir do mês de MAIO/91 (44.80%), sobre os salários de ABRIL/91, incorporando-se esta percentual definitivamente aos salários da Reclamante.

Essas diferenças também devem refletir nas verbas rescisórias tais como: Aviso Prévio, 13º Salários, Férias com mais 1/3, F G T S com mais 40%, Licença Premio, Gratificações, sendo que o FGTS, com as cominações do art. 22 da lei nº 8.036/90.

DO REQUERIMENTO

Demonstrada a lesão aos direitos, formula a Reclamante os pedidos seguintes, em valores a serem apurados em liquidação de sentença:

a) pagamento das diferenças em face da aplicação dos percentuais de 94,57% no mês de MARÇO/91, em ABRIL/91, 19,40% sobre os salários de MARÇO/91, e em MAIO/91, 44,80%, sobre os salários de ABRIL/91, com incorporação definitiva desses índices aos salários da Reclamante;

b) pagamento dos reflexos das diferenças supra no Aviso Prévio, 13º Salários, Férias, Licença Premio, Gratificações e FGTS com as cominações do art. 22 da Lei nº 8.036/90;

Pede mais a condenação da Reclamada nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor da condenação, de acordo com a Lei 8.096/94.

Protesta pela oportuna produção de provas, requerendo, desde logo, com base no art. 355 e sob as penas do art. 359, ambos do CPC, que a empresa seja compelida a apresentar cópias de todos os hollerits de pagamento da Reclamante, como prova do não cumprimento dos reajustes salariais estabelecidos na norma coletiva aqui invocada.

Para finalmente, requerer a Notificação da empresa Reclamada para audiência de conciliação, instrução e julgamento, com depoimento pessoal de seus preposto, ouvida de testemunhas, juntada de documentos e que, ao final, seja o empregador condenado nos pedidos

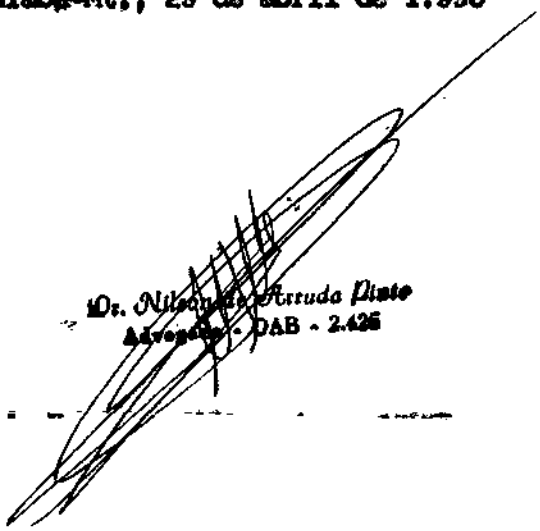
(...seja o empregador condenado nos pedidos...) supra, com juros de mora, correção monetária e demais cominações legais.

Dá-se a presente causa, somente para efeitos fiscais a importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Cuiabá-Mt., 29 de abril de 1.996


Dr. Nilson de Arruda Pinto
Advogado - OAB - 2.425



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO AO PROCESSO Nº 881/96

DE 09 / 05 / 96

INTERESSADO(A)

ASSUNTO

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

A Assessoria Jurídica:
Para conhecimento e demais providências cabíveis.
Em 09.06.95.

José G. B. do Prado
- LIQUIDANTE -

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
3ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos 14 dias do mês de Maio do ano de 1996, reuniu-se a 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá-MT, presente a Exma. Juíza Presidente DR. PAULO ROBERTO BRESCOVICI, e os srs. Juizes Classistas, que ao final assinam, para a audiência relativa ao Proc. 3ª JCJ 776/96, entre partes: ~~MÁRCIA~~ LUIZA DO AMARAL, E CIA DE DES. DO ESTADO DE MT-CODEMAT, reclamante e reclamado, respectivamente.

Às 13:54 horas, aberta a audiência, foram, de ordem do MM Juiz Presidente, apregoadas as partes. PRESENTES, A RECLAMANTE, ASSISTIDA PELO dr. nilson de arruda, oab/mt. o RECLAMADO PELA PREPOSTA odete pinheiro da silva, ASSISTIDO PELO dr. antonio padilha de carvalho, oab/mt.

Conciliação recusada.

Dispensada a leitura da petição inicial.

Defesa escrita com documentos dos quais se dá vistas ao reclamante por cinco dias apartir de 23.05.96, inclusive.

Preclusa prova documental.

As partes declaram não terem outras provas a produzir.

Adiada para encerramento da instrução dia 05.07.96, às 14:50 horas, dispensado o comparecimento das partes, mas não de seus procuradores..

Cientes as partes.

Encerrada às 13:55 horas.

Nada mais.

PAULO ROBERTO BRESCOVICI
Juiz do Trabalho da 3ª JCJ de Cuiabá- MT.

PAULO SERGIO GORAYEB
Juiz Clas. Rep. dos Empregados

ALCINDO R. DE MORAES
Juiz Clas. Rep. dos Empregadores

RECLAMANTE _____ RECLAMADO _____

ADVOGADO RECLTE _____ ADVOGADO RECLDO _____

EDUARDO DE CASTILHO PEREIRA
Diretor de Secretaria

laucado
ex
J

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 3ª
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT

PROCESSO No. 776/ 96

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT - EM LIQUIDAÇÃO, sociedade de economia mista, com sede e estabelecida nesta Capital, no Centro Político e Administrativo - CPA, Palácio Paiaguás, devidamente inscrita no CGC(MF), sob o No. 03.474.053/0001-32, neste ato representada por seu liquidante, **DR. JOSÉ GONÇALVES BOTELHO DO PRADO**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CRC, sob o No. 2.291-MT, nos autos de

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

que lhe move **MÁRCIA LUIZA DO AMARAL**, processo supra, em trâmite por essa Ilustre Junta e Secretaria, por seus procuradores infrafirmados, constituídos na forma do incluso mandato (doc. 01), advogados, regularmente inscritos na OAB/MT, sob os Nos. 2597 e 4328, com endereço na sede da Reclamada, local indicado a receber as intimações, vem à presença de Vossa Excelência, com todo respeito e bastante acatamento, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

aduzindo para tanto as razões fáticas e de direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

1 - DA NULIDADE CONTRATUAL

O Reclamante da presente lide ingressou nos quadros de funcionários da CODEMAT, órgão da administração pública indireta, ora Reclamada, realmente como ela própria afirma na exordial, no dia 30 de abril de 1.990, sem prestar concurso.

Assim, o vínculo laboral é produto de flagrante ilegalidade, e é totalmente nulo, já que consubstancia-se em ato administrativo inconstitucional, haja vista haver o Autor ingressado no emprego público sem submeter-se ao indispensável concurso público.

A Constituição Federal, ao traçar os princípios norteadores da administração pública, prescreve em seu artigo 37, *verbis*:

“A administração pública, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I - OMISSIS

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Primeiro - OMISSIS

Parágrafo Segundo - a não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei”.

Os ícones da exegese constitucional brasileira, todos eles já se

pronunciaram a propósito daquele dispositivo do texto dito, entre eles CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, HELLY LOPES MEIRELLES, ADILSON DE ABREU DALLARI, AFONSO DA SILVA, entre outros, concluindo unissonamente pelo entendimento da plena ilegalidade de contratações desse jaez, e por conseguinte da sua total nulidade.

A Reclamada é sociedade de economia mista de que o Estado de Mato Grosso é o Acionista majoritário, integrando, pois a administração indireta estadual. Nessa qualidade, insofismável que os atos de gestão praticados pelos que a dirigem, submetem-se em absoluto aos ditames da legislação que rege a administração pública, mormente no que se refere à forma de investidura no emprego do seu funcionalismo.

Anteriormente à Carta Magna de 1988, e mesmo após o seu advento, sucessivas diretorias da Reclamada perpetravam contratações de pessoal ao arrepio das estipulações da lei maior, o que vem redundando no assoberbamento asfixiante de suas obrigações financeiras, na inviabilização de sua própria e específica função de instrumentalizadora do desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

Nulas são, pois essas celebrações, **pleno jure**, e assim devem ser declaradas.

Necessário se faz atentar para os efeitos da decretação dessa colimada nulidade. O ato nulo, por natimorto, não gera quaisquer efeitos.

Esse o entendimento corrente da Doutrina e da Jurisprudência. Um dos mais consultados exegetas da legislação laboral, o emérito Jurista DÉLIO MARANHÃO, em sua obra "INSTITUIÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO", ed. LTR, pág. 243, ensina que:

"Atingindo a nulidade o próprio contrato, seguindo os princípios do direito comum, produziria a dissolução "ex tunc" da própria relação.

Evidentemente, não pode o empregador devolver ao empregado a prestação do trabalho em virtude do contrato nulo. Assim, não é possível aplicar-se, no caso, o princípio do efeito retroativo da nulidade. Daí porque os salários que

já foram pagos, não devem ser restituídos, correspondendo, como correspondem, a contraprestação definitivamente realizada.

Se o trabalho foi prestado, ainda que com base em um contrato nulo, o salário há de ser devido; o empregador

obteve o proveito da prestação do empregado, que sendo por natureza infungível não pode ser restituída.

Impõe-se por conseguinte, o pagamento da contraprestação equivalente, isto é, do salário, para que não haja enriquecimento ilícito”.

Essa novel constituição brasileira não inovou no estabelecimento de regras gerais para o funcionalismo público; nada mais fez que recepcionar os critérios consagrados pela Carta de 1969.

A emenda constitucional No. 1, de 17 de outubro de 1969, que igualmente recepcionou o Texto Máximo de 1967, no que se refere à forma de investidura no serviço público, estabelecia em seu artigo 97:

“Os cargos públicos serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

Parágrafo Primeiro - A primeira investidura em cargo público dependerá de provas e títulos salvo os casos indicados em lei”.

De tudo o que se expende nessa preliminar ficou assente, à margem de qualquer dúvida, que servidor ou funcionário público é aquele que se vincula contratualmente à administração pública, seja direta ou indireta.

O diploma maior de 1967 já dava explicitamente o aspecto conceitual do servidor público ao tratar da proibição da cumulação de cargos em seu artigo 99, verbis:

“Art. 99 - É vedada a cumulação remunerada de cargos ou funções públicas.

Parágrafo Primeiro - omissis

Parágrafo Segundo - A proibição de acumular se estende a cargos, funções, ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista."

Assim, os Servidores admitidos em prévio concurso público ainda que anteriormente a atual constituição, nem por isso estão infensos aos efeitos profiláticos dela, cujas disposições se constituem em mero prolongamento do

que continha a Carta revogada no respeitante à forma de acesso ao serviço público.

Inconteste que o contrato laboral celebrado com a Reclamante é inteiramente nulo nulo de pleno direito e assim deve ser declarado para que efetivamente NÃO IRRADIE NENHUM EFEITO, SEJA DE QUE NATUREZA FOR, ASSIM COMO JÁ SE TORNOU ENTENDIMENTO HARMÔNICO, PACÍFICO, REMANÇOSO entre todos os Juízes Trabalhistas locais, em iterativas decisões indefectivelmente corroboradas pela instância *ad quem*, em arestos que se revela enfadonho citar.

2 - DA NULIDADE DO ACT E TERMO ADITIVO

Por afronta a dispositivo legal

O multi referido ACT padece de nulidade absoluta, celebrado que foi em plena transgressão às leis que disciplinavam a política salarial da época.

A lei 8.030, de 12.04.90, ditava as normas salariais ao tempo da formalização do ACT, bem como no advento do "Termo Aditivo", em 27.09.90, eis que somente foi revogada pela lei 8.178, de 01.03.91.

Ambos dispositivos legais, determinantes de critérios para alterações salariais e plenamente vigentes à época, impunham limitações precisas, as quais foram frontalmente transgredidas pelo malsinado A C T.

Pertine trazer a lume o v. acórdão que debruçou-se com notável oportunidade sobre o tema:

Correção salarial - modificação do convencionado - As leis regulamentadoras da Política Salarial do País contêm normas de ordem pública, de caráter impositivo e cogente. Sobrepõem-se hierarquicamente aos instrumentos normativos, com força para alterar disposições convencionadas que contrariem normas disciplinadoras da política econômica-financeira do governo ou concernente à política salarial vigente (art. 63, CLT), não gerando quaisquer efeitos. Se a lei nova (Lei 8.030/90) eliminou a correção automática dos salários suprimindo a indexação pelo IPC, não tem mais qualquer eficácia norma da convenção coletiva firmada anteriormente a ela (lei) dispondo em sentido contrário, porque essa norma está derogada”.

TRT - PR-RO- 4812/91 - (Ac. 3a. T- 6867/92)- Rel. Juiz Design. Alberto Manenti. DJPR, 11.09.92- pág. 129.

E, no mesmo diapasão:

“Antecipação salarial- Superveniência de lei.

“Reputa-se inválido o pacto que o empregador em determinado momento, obrigou-se em acordo coletivo a conceder a antecipação salarial se, e quando a diferença entre IPC e URP superasse a 30%, se antes mesmo de ocorrer o fato, sobreveio legislação de emergência vedando quaisquer reajuste de preços e salários. Inocorrência de ofensa a direito adquirido ou negócio jurídico perfeito celebrado buscando ocorrência de fato futuro. Sentença que se mantém”.

TRT 3a. Reg. RO- 7064/91 - (Ac.3a. T) - Rel. Juiz Sergio Aroeira Braga. DJMG, 07.07.92 - pág. 78.

Por mais evidente que esteja a manifesta afronta legal e integral nulidade ínsitas no ACT e TA, é de se frisar que nem expectativa de direito eles geraram, haja vista que no azo da celebração já vigiam normas de ordem pública impositivas, cujo teor foi plenamente transgredido por ajuste a que competia a observância legal.

Ademais, se é pacífico que a superveniência de lei contrária às concessões perpetradas já lhes anularia os efeitos, ainda com muito mais razão tal

ocorre no caso em tela, em que as indevidas concessões incompatibilizaram-se com a legislação vigente.

Releva aduzir que o princípio da norma mais vantajosa ao trabalhador não tem cabimento no caso em tela, por se tratar de assunto de ordem pública.

A própria CLT, adiantando-se a prováveis controvérsias acerca da aplicação desse princípio e prevenindo a possibilidade de seu emprego inadequado delimitou seu alcance, insculpindo no artigo 80.:

“Artigo. 80. As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público”(destacamos).

Como se vê, trata-se de circunstância prevista no código obreiro, e para qual o próprio diploma consolidado repudia o uso da primazia da norma mais benéfica ao empregado quando conflitante com o interesse público.

Admitir-se o contrário seria erigir uma muralha protecionista em torno do obreiro, de tal forma impenetrável às disciplinas legais que orientam as relações jurídicas para o geral dos seres, que estaria se estabelecendo um “*status*” de intangibilidade incompatível com os princípios basilares de todo o arcabouço jurídico.

É de hialina clareza que o malsinado ACT jamais adentrou ao universo da legalidade. Sendo plenamente nulo e sem efeitos, o pedido de suas concessões é inacolhível juridicamente, pelo que se requer sua inteira improcedência.

Ao mês de FEV/91, ainda que V.Exa. julgasse legítimo o ACT, os reajustes não poderiam ser avençados por força do art. 80. da Lei No. 8.178/91, que determinou a fórmula de reajustes cabível e exclusiva para aquele mês.

Finalmente, tendo em vista que a vigência do multireferido ACT expiraria em 30.04.91, improcede totalmente o pedido do reajuste referente a MAIO/91.

Pelo exposto, face a plena nulidade do ACT e Termo Aditivo, os mesmos não geraram quaisquer efeitos, pelo que devem ser julgados totalmente improcedentes os pedidos arrimados em seus termos

3 - DA NULIDADE DO TERMO ADITIVO

Inobservância às formalidades legais

Os acordos coletivos são regulamentados pela CLT, através dos artigos 611 e seguintes, que erigem e delimitam os pressupostos indispensáveis à sua eficácia jurídica

As alterações às normas coletiva de trabalho, por sua vez, tem sua admissibilidade restrita à observância das disposições do artigo 615 do citado diploma original.

A teor do que dispõe o artigo 615 e parágrafos, Acordos Coletivos são passíveis de alterações apenas por outras normas, igualmente coletivas e que se tenha jungido às mesmas formalidades legais a que se ateve o Acordo original.

A legalidade que regula os Acordos Coletivos não contempla a possibilidade de Termos Aditivos, meramente confeccionados na informalidade banal existentes nos contratos particulares alienígenas às normas de trabalho.

O pacto firmado no TA foi fruto de mera reunião de gabinete, a qual não tem a lhe respaldar, a lhe bafejar com um sopro de legalidade de forma minimamente necessária para que se sustente juridicamente, sequer a participação COLETIVA dos empregados supostamente acordantes.

Omitiu solenidade que a lei considera indispensável para a validade e eficácia do ato jurídico, não se aperfeiçoando.

O art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplinando a formalização de avenças desses jaez, prescreve:

9

“Art. 615 O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial de Convenção ou Acordo ficará subordinado, em qualquer caso, à aprovação da Assembléia Geral dos Sindicatos convenientes ou partes acordantes, com observância do disposto no art. 612(grifamos).

Parág.1o. O instrumento de prorrogação, revisão, denúncias ou revogação de Convenção ou Acordo será depositado para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o mesmo originariamente foi depositado, observando o disposto no art. 614.

Parag. 2o. As modificações introduzidas em Convenção ou Acordo, por força da revisão ou de revogação parcial de suas cláusulas passarão a vigorar 3 (três) dias após a realização do depósito previsto no parg. 1o.

Por sua vez, o art. 612, do mesmo diploma, legal, ao qual remete o dispositivo aludido, estabelece, “verbis”.

“Art. 612 Os sindicatos só poderão celebrar Convenções ou Acordo Coletivos Trabalho por deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, consoante o disposto nos respectivos Estatutos, dependendo a validade da mesma do comparecimento e votação em primeira convocação, de 2/3 (dois terços), dos associados da entidade, se se tratar de Convenção, e dos interessados, no caso de Acordo, e , em segunda, de 1/3 (um terço), dos mesmos.

Parag.1o. O “quorum” de comparecimento e votação, será de 1/8 (um oitavo) dos associados em segunda convocação, nas entidades sindicais que tenham mais de 5.000 (cinco mil), associados”.

Ora, as notas introdutórias da aditativação que conferiu pretensas majorações aos salários do Reclamante, dão conta da forma absolutamente alheia aos ditames que a lei impõe, como é de se transcrever do TA fls...,:

“Em reunião realizada no dia 04 de setembro p. passado, o governador do Estado, naquele ato representado pelos Exmos. Secretários de Estado da Administração e da Fazenda, e representantes dos servidores públicos estaduais, discutiram as perdas salariais da categoria e uma política salarial a ser aplicada aos vencimentos dos respectivos servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou decidido e consequentemente oposto na competente “Ata de Reunião”, que os percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso- CODEMAT nos itens e condições a seguir”(...).

A teor do que se consignou no “Termo Aditivo”, fica estampado o seu despojamento, a sua pobreza de elementos que obrigatoriamente dele haveriam de constar e que se constituem em condição “sine quibus” à sua validade, uma vez que em nenhum momento se refere à participação do corpo diretivo do próprio sindicato que tenham recebido da Assembléia Geral, forum soberano para decisões nesse sentido, competente outorgada de poderes.

O que dele consta é a solitária e desautorizada anuência do Presidente daquele sodalício, lançada em documento lavrado em local que não declina, em sede de que não traz notícia.

Os termos em que vazado denunciam que a decisão entre as partes visavam o cometimento de obrigações de forma ampla, no atacado, à feição do que normalmente se estipulam à administração do Governo, de forma geral, não se atentando para as peculiaridades de que se reveste a Reclamada, pessoa jurídica de características de direito privado, constituída sob os auspícios da Lei No. 6.404/76, que rege as sociedades anônimas, entre as quais a de economia mista.

Estes entes, constitucionalmente, não se subordinam a ingerências que não prescindem do “referendum” de Assembléia Geral própria, fato que no presente caso não ocorreu, conforme reza o seu próprio Estatuto, inspirado no Diploma Legal que se referiu, suso.

Não tendo assim, se revestido das formalidades que a lei reputa indispensável à sua plena validade, padece o guerreado Termo Aditivo da ausência insanável da exequibilidade, não sendo portanto documento hábil à instrumentalização dos pedidos elencados na inicial.

Portanto, ainda que essa Insigne Junta, em sede de mérito venha considerar válido o ACT e seu "Termo Aditivo" por julgar que não ofenderam disposição legal, por outra forma estará igualmente fulminado de nulidade o Termo Aditivo, suporte dos pedidos, em observando a sua nulidade por ter sido elaborado com inobservância das formalidades legais previstas nos artigos retro citados.

NO MÉRITO

Na hipótese de que alguma matéria ultrapasse as preliminares erigidas, a Reclamada prossegue sua contestação adentrando ao mérito.

1 - DA PRESCRIÇÃO

O celeberrimo Acordo Coletivo que fez originar os pretensos direitos declinados na inicial foi ajustado para vigir de 1º. de maio de 1.990 a 30 abril de 1.991.

O interstício prescricional referido pelo inciso XXIX do artigo 7º. da Constituição Federal operou-se *pleno jure* em detrimento dos interesses do Reclamante quanto à sua pretensão em ter os próprios salários majorados com base nos índices acordados, relativamente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1.991.

Ora, o cumprimento daquele Acordo dar-se-ia através de prestações sucessivas, mes a mes, cujos efeitos perdurariam numa projeção de cinco anos, ao final do qual expiraria até mesmo a admissibilidade de deduções que pleiteassem direitos que lhes sobejassem.

Ao aforar o pedido versando apenas em meados do mes de abril do ano em curso, indiscutivelmente o vórtice irresistível da prescrição, ministro da morte do *jus postulandi* que a desídia pretende eternizar, já havia sorvido eventuais direitos atribuíveis ao Reclamante nos meses antecedentes, aqueles mesmos relativos a janeiro, fevereiro e março de 1.991, devendo essa prescrição ser pronunciada, o que desde já se requer.

2 - DA INEXIBILIDADE DO ÍNDICE PARA MAIO/91

- Além da vigência do ACT 90/91.

O Reclamante pretende a aplicação a seu favor dos termos do Acordo Coletivo até o mes de maio, quando ser-lhe-ia deferido o índice de 44,80 (quarenta e quatro vírgula oitenta por cento) de acréscimo salarial. Ora, se o prazo do acordo coletivo expirou em 30 de abril de 1.991, é até risível almejar-se protrair os seus efeitos até o mes de maio daquele mesmo ano.

Acordo Coletivo, como obviamente cediço, é lei entre as partes, e seus efeitos são improrrogáveis unilateralmente, pena de ferir-se o princípio cumeeiro da validade do ato jurídico, o CONSENTIMENTO. O indeferimento de reajuste a esse título é medida que se impõe.

3 - DOS ÍNDICES DE REAJUSTES DO ACT

Na hipótese de que esse Honrado Juízo defira os reajustes pleiteados, um fato relevante deve ser considerado:

Tal fato diz respeito aos índices nomeados pelo autor, os quais se apesar de tudo quanto se expôs, forem deferidos, deverão ser compostos por soma simples, e não por multiplicação capitalizante, como deverá ser apurado posteriormente, em liquidação de sentença, havendo o deferimento para tais pleitos.

3 - DA EFETIVA CONCESSÃO PELA RECLAMADA DOS REAJUSTES PLEITEADOS.

Voltando a ressaltar que estas considerações vêm apenas para argumentar, pois crê-se piamente no acolhimento das preliminares arguidas, como a afirmação da melhor justiça que evitará a ocorrência de enriquecimento ilícito da autora, necessário se faz a declinação de circunstância que se constitui em fato extintivo do pretenso direito reclamado.

Revelando-se fato que envolve confusão entre preliminar e mérito, orbita o mundo jurídico da contenda a figura das Resoluções interna corpore da Reclamada, através das quais foram concedidos sucessivos repasses aos salários de todos os seus servidores, entre os quais obviamente a Reclamante.

Essas Resoluções em última instância materializaram-se em harmonização com a política salarial ditada pelo Governo Central, que sem dúvida alguma também inspirou a celebração do Acordo Coletivo e seu Termo Aditivo, que infleis aos seus restritos mandamentos, abusivamente deles extrapolaram para impingir à Reclamada obrigações indevidas.

Assim foi que em 14 de junho de 1.991, pela Resolução 18/91, a Reclamada concedeu aos seus servidores 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração a título de Abono, com incidência sobre os salários do mes de abril daquele ano.

Em 12 de setembro de 1.991, pela Resolução 24/91, concedeu INCORPORAÇÃO do abono tratado pela Resolução anterior aos salários dos servidores, além de atribuir-lhes o abono previsto no artigo 9o., inciso III da Lei 8.178/91.

Em 07 de outubro de 1.991, pela Resolução 26/91, deu aos seus servidores, a título de antecipação salarial, 16% (dezesseis por cento) de reajuste.

Em 01 de novembro de 1.991, pela Resolução 31/91, concedeu aos seus servidores 23% (vinte e três por cento) de reajuste a título de antecipação salarial.

Em 26 de dezembro de 1.991, pela Resolução 35/91, para incidir sobre o mesmo mês de dezembro e também ao 13o. salário, concedeu abono aos seus servidores, nos precisos termos que estipulou a Lei 8. 176/91.

Em 23 de janeiro de 1.991, pela Resolução 003/92, dentro que que estatuiram a Lei 8.222/91 e a Portaria n. 42 do Ministério da Economia, concedeu aos seus servidores os reajustes preconizados.

Em 25 de maio de 1.992, através da Resolução 14/92, em obediência ao promanado da Lei 8.222/91 e à Portaria 412 do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, concedeu aos seus servidores, para incidência já no próprio mês de maio, 130,06 (cento e trinta vírgula seis por cento), acrescidos de 9,64 (nove vírgula sessenta e quatro por cento) que provieram da negociação salarial em comento.

O que se pretendia com a celebração do acordo coletivo objurgado sempre foi resguardar a integridade salarial dos efeitos daninhos da inflação, além de conferir aos mesmos ganhos reais. A política salarial adotada pelo Governo Central também tinha esse objetivo. À sua feição, dito acordo foi entabulado.

Ao longo do exercício de 1.991, a Reclamada veio, em estrita obediência àqueles ditames legais majorando, através daquelas Resoluções, os salários de todos os seus servidores. Ocorreu, MM Juiz, que a Reclamada, ao

assim proceder, não apenas cumpriu na íntegra a política salarial da época como beneficiou todos seus servidores com a concessão de reajustes salariais - que inclusive foram projetados para o exercício subsequente - sempre de forma extrapolante aos índices inflacionários, além até do que pretendia o acordo coletivo.

Com efeito, os objetivos daquela avença foram resguardar o poder de compra dos salários e conferir-lhes ganhos reais. Os reajustes concedidos pelas resoluções citadas alcançaram plenamente esse objetivo. Ora, se isso é verdade, como indiscutivelmente é, a concessão dos índices estampados no acordo coletivo seria a um só tempo penalizar indevida e injustamente a Reclamada e propiciar o enriquecimento ilícito da Reclamante, o que sabidamente é defeso em lei.

O pleito do Requerente diz respeito a concessões salariais; elas houveram. Pede incorporação aos salários; já houve tal incorporação, desde 1.991. Não houve prejuízo, nem perdas.

Face ao exposto, a Reclamada requer finalmente que nestes termos e nos melhores de direito, deverá ser a presente contestação ser recebida e afinal julgada provada para o efeito de acolher-se as preliminares arguidas, ou ainda adentrando o mérito, pela procedência das razões expostas para declarar nulo de pleno direito o ACT e seu TERMO ADITIVO, e PRESCRITAS as postulações referentes ao ACT e seu TA no condizente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 1.991, julgando totalmente improcedentes os pedidos da inicial, condenando-se o autor nas custas e demais cominações legais, como de direito.

Protesta por todos meios de provas em direito admitidos, especialmente depoimento pessoal do Reclamante e oitiva de testemunhas.

Termos em que
Pede deferimento.

Cuiabá/MT, 14 de maio de 1996.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT 2.597

OTHON JAIR DE BARROS
OAB/MT 4.328

SIT
Angruinae no
pota de secretaria
M-11

cont. OK Remuneração
soc. OK

let: Dir. Adm. (seer.)
func. ~~de~~ secretaria

CURRICULUM VITAE

MÁRCIA LUÍZA DO AMARAL

grad. 17250
sal: 890,46..
m. 22/05/95
let: Dir. Adm.
fun: secretaria

I - DADOS PESSOAIS

NOME: MÁRCIA LUÍZA DO AMARAL
DATA DE NASCIMENTO: 12.10.67
NACIONALIDADE: BRASILEIRA
NATURALIDADE: CUIABÁ/MT
ESTADO CIVIL: SOLTEIRA
FILHO: IGOR FELIPE DO AMARAL SOUZA
FILIAÇÃO: LUÍZA ALMEIDA DO AMARAL e MARCINO DO AMARAL
ENDEREÇO: RUA AFONSO PENA, 352, BAIRRO QUILOMBO,
CEP-78045-190 - CUIABÁ/MT - FONE: 621-2507

II - DOCUMENTOS PESSOAIS

RG Nº: 529.256 SSP/MT - D.E. 24.10.84
CPF Nº: 452.693.511-53
TÍTULO ELEITORAL Nº: 4802418-05 - ZONA 001 - SEÇÃO 0761
CARTEIRA DE TRABALHO Nº: 30607 - SÉRIE 00003/MT

III - ESCOLARIDADE

PRIMÁRIO PRÉ À 4ª SÉRIE: ESCOLA EDUCANDÁRIO SANTO ANTONIO
GINÁSIO 5ª À 8ª SÉRIE : ESCOLA LICEU CUIABANO
2º GRAU: ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO
CURSO SECRETARIADO

IV - FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

DATILOGRAFIA

FAX

TELEX

TREINAMENTO EM COMUNICAÇÃO (SENAC)

TREINAMENTO DE SECRETÁRIAS (CEAG/MT)

TREINAMENTO DE REDAÇÃO TÉCNICA, ATUALIZAÇÃO GRAMATICAL (SENAC)

TREINAMENTO DE RELAÇÕES HUMANAS (SENAC)

V - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

EMPRESA: ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA DE 1.986 À 1.990

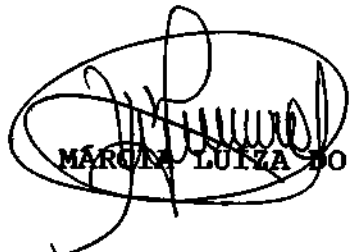
EMPRESA: CODEMAT
SECRETÁRIA DO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
DE 30.04.90 A 30.11/90

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ (DISPONIBILIDADE) - PREFEITO MUNICIPA
PAL DE CUIABÁ:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (DISPONIBILIDADE) - GABINETE DA PRESID
DÊNCIA.

PERTENÇO AO QUADRO DE FUNCIONÁRIO DA CODEMAT, EXERCENDO A FUNÇÃO DE
AGENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL 20.

Cuiabá/MT, 19 de julho de 1.995


MÁRCIA LUIZA DO AMARAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO - COMARCA DE CUIABÁ - DISTRITO DE COXIPÓ DA PONTE

CARTÓRIO XAVIER DE MATTOS

Bel Antonio Xavier de Mattos

Livro. 032A

TABELÃO
Folha: 185F

Termo: 053162

Oficial Vitalício de notas, Escrivão do Cível, Oficial Privativo e Vitalício do Registro Civil de Nascimentos Casamentos e de Óbito

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, no livro e folhas acima, foi lavrado, no dia 24 de Maio de 1994 o assento do nascimento de IGOR FELIPE DO AMARAL SOUZA de Cor , Sexo MASCULINO, nascido no dia 05 de Maio de 1994, às 16 horas e 10 minutos, em CUIABÁ - MATO GROSSO filho de UBALDO RODRIGUES SOUZA e Dona MARCIA LUIZA DO AMARAL São avós Paternos GUMERCINDO PEREIRA SOUZA e ARACI RODRIGUES SOUZA São avós Maternos MARCIANO DO AMARAL e LUIZA ALMEIDA DO AMARAL Foi Declarante O PAI DO REGISTRADO

Observações:

O referido é verdade e dou fé

24 de Maio de 1994.
Bel Antonio Xavier de Mattos
Escritor de Registro Civil

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO
ENSINO DE 2.º GRAU

CENTRO CÍVICO ESCOLAR
"PROF. NILO SAVOIA"

DIPLOMA

HONRA AO MÉRITO

Conferido no ano de 1984 ao al MÁRCIA LUIZA
DO AMARAL da
ETFMT, turma 421, pelo seu destaque em GEOGRAFIA -
- MARATONA - 84. MÉDIA - 7,5

Cuiabá, Mt 11 de junho de 1984


DEPARTAMENTO DE ENSINO

Alfredo Jorge de Almeida

Vice-diretor do Dep. Ens.

Act. 9/74 - DIR - 5/1984

senac

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

DEPARTAMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO

CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL, CONFORME DECRETO LEI Nº 8.621 DE 10.01.46

CERTIFICADO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, CONFERE O PRESENTE CERTIFICADO A

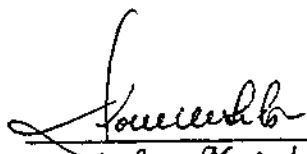
MARCIA LUIZA DO AMARAL

POR HAVER CONCLUÍDO O **Treinamento** DE **RELACOES HUMANAS**

EM **26** DE **MARCO** DE 199 **3** NA

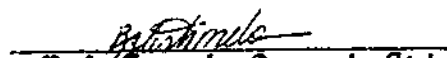
CIDADE DE **CUIABA**

C U I A B Á - MT, 22 DE **ABRIL** DE 199 **3**



Jone Maria da Silva Dias
Diretora da Div. Form. Profissional
AUTORIZAÇÃO Nº. 34/91


ASSINATURA DO TITULAR


Dania Fernandes Batista de Melo
Secretária Geral de Ensino
Autenticação nº 09/93

NATUREZA	Des.Tec.Operac.	NÍVEL	II GRAU
----------	-----------------	-------	---------

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ESPECIAL

CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA
• Personalidade X Comportamento Humano	3
• Neces. Individuais X Organizacionais	3
• A Comunicacao nas Relacoes Interpessoais	3
• Motivacao e Clima Organizacional	3
• Importancia da Avaliacao/Auto-Avaliacao	3
	Total de horas.... 15

REGISTRO Nº:	46661	LIVRO Nº:	15	PÁGINA Nº:	20
--------------	-------	-----------	----	------------	----

senac

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

DEPARTAMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO

CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL, CONFORME DECRETO LEI Nº 8.621 DE 10.01.46

CERTIFICADO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, CONFERE O PRESENTE CERTIFICADO A

MARCIA LUIZA DO AMARAL

POR HAVER CONCLUÍDO O **Treinamento** DE **RELACOES HUMANAS**

EM **26** DE **MARCO** DE 199 **3** NA

CIDADE DE **CUIABA**

C U I A B Á - M T . 22 DE **ABRIL** DE 199 **3** .

Jone Maria da Silva Das
Diretora da Div. Form. Profissional
AUTORIZAÇÃO Nº. 34/91

ASSINATURA DO TITULAR

Doula Fernandes Batista de Melo
Secretária Geral de Ensino
Autorização nº 09/93

NATUREZA	Des. Tec. Operac.	NÍVEL	II GRAU
----------	-------------------	-------	---------

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ESPECIAL

CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA
• Personalidade X Comportamento Humano	3
• Neces. Individuais X Organizacionais	3
• A Comunicacao nas Relacoes Interpessoais	3
• Motivacao e Clima Organizacional	3
• Importancia da Avaliacao/Auto-Avaliacao	3
Total de horas....	15

REGISTRO Nº:	46661	LIVRO Nº:	15	PÁGINA Nº:	20
--------------	-------	-----------	----	------------	----

senac

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

DEPARTAMENTO REGIONAL EM MATO GROSSO

CRIADO PELO GOVERNO FEDERAL, CONFORME DECRETO LEI Nº 8.621 DE 10.01.46

CERTIFICADO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, CONFERE O PRESENTE CERTIFICADO A

MARCIA LUIZA DO AMARAL

POR HAVER CONCLUÍDO O **Treinamento** DE **REDACAO TEC. ATUAL. GRAMATICAL**

EM **10** DE **MAIO** DE **1993** NA

CIDADE DE **CUIABA**

C U I A B Á - M T , 31 DE **MAIO** DE 1993

Done Maria da Silva Das
Diretora da Div. Form. Profissional
AUTORIZAÇÃO Nº. 34/91

Dona Fernandes Batista de Melo
Secretária Geral de Ensino
Autorização nº 09/93

ASSINATURA DO TITULAR

NATUREZA	Des. Tec. Operac.	NÍVEL	II GRAU
----------	-------------------	-------	---------

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO ESPECIAL

CURRÍCULO	CARGA HORÁRIA
. Redacao Tecnica	15
. Atualizacao Gramatical	15
	Total de horas.... 30

REGISTRO Nº:	47216	LIVRO Nº:15	PÁGINA Nº: 55
--------------	-------	-------------	---------------

BAMERINDUS COMPANHIA DE SEGUROS SUCURSAL MATO GROSSO AV RUBENS DE MENDONCA NO. 157 MT 78000-000 CUIABA CGC 76.538.446/0001-36		CERTIFICADO INDIVIDUAL		NÚMERO DAS APÓLICES VG - 0000410 AP - ***** NÚMERO DO CERTIFICADO 02572 00001-6 00087400-8	
A) SEGURADO E ENDEREÇO MARCIA LUIZA DO AMARAL AV. HISTOR RUBENS DE MEND. S/N BAIRRO - C.P.A. MT 78000-000 CUIABA		B) DATA NASCIMENTO 12/10/1967		ESTADO CIVIL SOLTEIRO(A)	
		C) CPF 452693511-53			
		LOCAL DE TRABALHO *****		MATRÍCULA 2804638 0	
EMITIDO EM 31/10/1995		INÍCIO DO SEGURO 01/08/1995		FIM DE VIGÊNCIA *****	
ESTIPULANTE CODEMAT CIA EST. MATO GROSSO		SUBGRUPO CODEMAT CIA EST. MATO GROSSO			

D) GARANTIAS (EM R\$)	CAPITAIS SEGUROS	CARÊNCIA (EM MESES)
MORTE	11.000,00	**
MORTE ACIDENTAL	22.000,00	**
INVALIDEZ PERM. TOTAL OU PARC. P/ACIDENTE	22.000,00	**
INVALIDEZ PERM. TOTAL POR DOENÇA	11.000,00	**

E) CUSTO MENSAL (R\$) SEGURADO 9,90

F) BENEFICIÁRIO(S)	PARENTESCO	% PARTICIPAÇÃO
IGOR FELIPE DO AMARAL SOUZA *****	FILHO *****	100,000 *****

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O PRESENTE SEGURO REGER-SE-Á PELAS CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS DA(S) APÓLICE(S) EM PODER DO ESTIPULANTE. TODAS AS COMUNICAÇÕES RELATIVAS AO PRESENTE SEGURO, INCLUSIVE ALTERAÇÕES E CANCELAMENTO DO CONTRATO SERÃO FEITAS DIRETAMENTE AO ESTIPULANTE, COMO REPRESENTANTE DO SEGURADO CONFORME AUTORIZAÇÃO DESTES, EXPRESSA NO RESPECTIVO CARTÃO-PROPOSTA. AS CONDIÇÕES DE REAJUSTAMENTO DE CAPITAIS SEGUROS SÃO AS CONSTANTES DA(S) APÓLICE(S) EM PODER DO ESTIPULANTE. A(S) APÓLICE(S) DESTES SEGURO É(SÃO) TEMPORÁRIA(S) E ANUAL(IS) E RENOVADA(S) AUTOMATICAMENTE A CADA ANIVERSÁRIO. ENTRETANTO A(S) MESMA(S) PODERÁ(ÃO) NÃO SER RENOVADA(S) OU TER MODIFICADA(S) SUAS CONDIÇÕES POR DECISÃO DO ESTIPULANTE OU DA SEGURADORA.

BENEFICIÁRIOS

O(S) BENEFICIÁRIO(S) DO SEGURO SERÁ(ÃO) DESIGNADO(S) LIVREMENTE PELO SEGURADO, OBSERVADAS AS RESTRIÇÕES CONSTANTES DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, E A QUALQUER TEMPO O SEGURADO PODERÁ SUBSTITUI-LO(S), DEVENDO PARA ISSO APRESENTAR À SEGURADORA, POR INTERMÉDIO DO ESTIPULANTE, O RESPECTIVO PEDIDO POR ESCRITO ATRAVÉS DO PROTOCOLO ABAIXO.

ESCLARECIMENTOS EM CASO DE DÚVIDAS

DDD GRATUITO: (078) 800-5022 (PARA A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA). ATENDIMENTO 24 HORAS POR DIA.

OBSERVAÇÕES

O PRESENTE CERTIFICADO ALTERA O ANTERIOR NO CONTEÚDO DOS SEGUINTE CAMPOS: DATA DA ALTERAÇÃO -

BAMERINDUS COMPANHIA DE SEGUROS

Recorte Aqui

DESEJANDO ALTERAR OS BENEFICIÁRIOS, PREENCHER OS DADOS ABAIXO E ENCAMINHAR AO SEU ESTIPULANTE, À SEGURADORA OU AO SEU CORRETOR.

1 - NÚMERO DE ORDEM		2 - SÉRIE	
000978302-6		9	
6 - OPERAÇÃO	7 - DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	15 - ESTIPULANTE	SUBGRUPO
2	9	0 2 5 7 2 0 0 0 0 1 6	DV
18 - CERTIFICADO		SEQ.	
0 0 0 8 7 4		0 0 8	

ALTERAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

25 - NOME(S) COMPLETO(S)	26 - PARENTESCO	27 - % PARTICIPAÇÃO

DECLARAÇÃO

AUTORIZO A SEGURADORA A PROCEDER À ALTERAÇÃO DE BENEFICIÁRIO(S) ACIMA INDICADA, SENDO QUE ESTA ALTERAÇÃO CANCELA TODOS OS BENEFICIÁRIOS ANTERIORMENTE INDICADOS.

433

P O R T A R I A N º 96 / 95

O DIRETOR ADMINISTRATIVO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo seu Estatuto Social,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revogar a Portaria Nº 78/95 que designou a Servidora MÂRCIA LUIZA DO AMARAL, para responder pelo cargo de Secretária do Diretor Administrativo.

Artigo 2º - Esta Portaria contará seus efeitos retroativos a 1º de Outubro de 1995.

Comunique-se, Divulgue-se e Cumpra-se

Cuiabá/MT, 18 de outubro de 1.995.


BENEDITO FRANCISCO DE ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Sr = Salvo

*para assinatura as folhas
de recibo e pagar
em sua pte*

Em 18/10/95

EM LIQUIDAÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a ex-servidora MÁRCIA LUIZA DO AMARAL não recebeu, deste órgão, o Benefício - Alimentação referente ao período de janeiro de 1993 a fevereiro de 1994, nem mesmo a título retroativo, em época posterior.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Cuiabá/MT, 19 de Julho de 1997

VISTO:

Adilson Nogueira Soares
Coordenador de Recursos Humanos
CODEMAT

Recebi
05/07/97
J. Távora

Ana Luiza Moreira Brito
Chefe da Divisão de Reg. e Acompanhamento
CODEMAT

Recebi
para arquivo. em 05/07/97
da ex-servidora
3, 05/07/97
Ana Luiza Moreira Brito
Chefe da Divisão de Reg. e Acompanhamento
CODEMAT

2

Nº PROTOCOLO: 916/96

Nº PROCESSO: 916/96

DATA, 15 / 05 / 96

INTERESSADO

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL

ASSUNTO

REQUER PAGAMENTO DAS FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO PROPORCIONAL ,
REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERIODO DE 22/05/95 A
22/05/96.



CODEMAT
EM LIQUIDAÇÃO

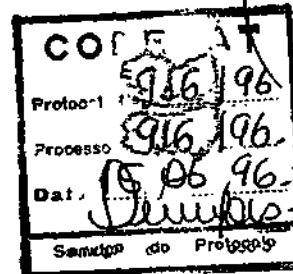
COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

EM LIQUIDAÇÃO



ILMO. SR.

JOSÉ GONÇALVES BOTELHO DO PRADO

MD. LIQUIDANTE DA CODEMAT

N E S T A /

José Gonçalves Botelho do Prado
Ex-Servidor (a) desta Companhia, contratado (a) para prestação
de serviços por tempo determinado período de 22/05/95 a 22/05/96,
portador (a) da Célula de Identidade nº 529256 Série
 , expedida em 24/10/84, vem mui respeitosamente re-
querer de V. Sa., o pagamento das férias e décimo terceiro sala-
rio proporcional, a que faz jus pelo cumprimento do contrato
tendo em vista a não renovação do mesmo.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Cuiabá (MT), 15 de maio de 1996.

[Assinatura]
ASSINATURA

sal = 1.062,96

f. 12/12 = 1.062,96
50% = 531,48
13º sal 5/12 = 442,90
2037,34

SWSS

105,33

39,86
145,19

SR

104,16

104,16

224

1.787,99



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO



ANEXO AO PROCESSO Nº _____ PROCESSO Nº 916/96 DE 15 / 05 / 96

INTERESSADO(A) _____

ASSUNTO _____

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

*À D. R. A.
Pl. arquivar na pasta da interessada. Page através da
C.E.F.*

Em 23/7/96

Noel. *[Signature]* *[Signature]*
Coordenadora de Recursos Humanos
CODEMAT

FICHA DE SALÁRIO - MATERNIDADE

PA

MII

Nome da Empregada: Marcia Luiza do Amaral CTPS Nº: _____ Série: _____
 Registro de Empregados (Livro ou Ficha): _____ Data da Admissão: _____ Data da Saída: _____
 Empresa: CODEMAT Matrícula INPS: _____ CGC: _____

AFASTAMENTO E SALÁRIO

PAGAMENTOS

OBSERVAÇÕES

Visto Fiscal
INPS

1	Nº de Semanas	120 dias
	Período	
	Atestado (INPS - Empresa - Convênio)	
	Salário Mensal ou Média Últ. 6 Meses	
	Alteração Salarial	

Mês e Ano	Valor do Salário	Desconto INPS	Valor Líquido
Março/94	999.510,54	96.968,28	
Junho/94	520,00	50,82	Real
Julho/94	542,56	53,05	
Agosto/94	560,96	54,81	

2	Nº de Semanas	
	Período	
	Atestado (INPS - Empresa - Convênio)	
	Salário Mensal ou Média Últ. 6 Meses	
	Alteração Salarial	

3	Nº de Semanas	
	Período	
	Atestado (INPS - Empresa - Convênio)	
	Salário Mensal ou Média Últ. 6 Meses	
	Alteração Salarial	

DIÁRIO OFICIAL

DO ESTADO DE MATO GROSSO

ANO CV - CUIABÁ - TERÇA FEIRA, 03 DE OUTUBRO DE 1.995 - Nº 21.753

PODER EXECUTIVO

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0.114.010-0/95, da Secretaria de Estado de Administração, resolve, a partir de 01.01.95, com efeito a partir de 01.01.95, CLAUDIO SOARES DA SILVA, nascido em 11/03/1961, de cargo de Agente de Administração Fiscal, Referência "14", lotado na Secretaria das Finanças, da Secretaria de Estado de Fazenda, município de Palmares do Araripe - MT, nomeado pelo Decreto nº 1.333, de 11.01.94, publicado no Diário Oficial de 11.01.94.

Outubro de 1995.

Palmares do Araripe, em Outubro de 1995, 3 de

CLAUDIO SOARES DA SILVA

Agente de Administração Fiscal

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

CARLOS ALBERTO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Fazenda

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0.114.010-0/95, da Secretaria de Estado de Administração, resolve, a partir de 01.01.95, com efeito a partir de 01.01.95, CLAUDIO SOARES DA SILVA, nascido em 11/03/1961, de cargo de Agente de Administração Fiscal, Referência "14", lotado na Secretaria das Finanças, da Secretaria de Estado de Fazenda, município de Palmares do Araripe - MT, nomeado pelo Decreto nº 1.333, de 11.01.94, publicado no Diário Oficial de 11.01.94.

Outubro de 1995.

Palmares do Araripe, em Outubro de 1995, 3 de

CLAUDIO SOARES DA SILVA

Agente de Administração Fiscal

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

CARLOS ALBERTO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/95

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, através de sua Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, doravante denominada SEPLAN, no conformidade com a Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, e suas alterações posteriores, torna pública, para conhecimento dos interessados, que no dia 11/10/95, às 9:00 horas no salão de reuniões da SEPLAN, sito no Palácio Palanquês, Anexo SEPLAN, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, estará procedendo ao recebimento das propostas para realização de licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, de tipo melhor preço e pelo regime de empreitada por preço unitário, cujo objetivo é a contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria consultiva, compreendendo apoio técnico e gerencial, relativos à preparação de programas de infraestrutura para o desenvolvimento integrado e integração ambiental do Região Centro-Sul Mato-grossense - PROJETO MATO GROSSO, objeto de negociação entre o Governo do Estado de Mato Grosso e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID com vistas à obtenção de recursos para sua implantação.

Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no Secretariado, no endereço já mencionado, ou pelo telefone 313-7336 e pelo FAX, 664-2248 / 313-7323.

COORDENADOR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 202/95
INTERESSADA: HILMA DE MORAES BARROS
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 208/95
INTERESSADA: MARCELA LUIZA DO AMARAL
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 209/95
INTERESSADA: GISELE PEREIRA DE SOUZA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 210/95
INTERESSADA: INÍDIA LAIZA DE OLIVEIRA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 211/95
INTERESSADA: ELICETE DA COSTA PEREIRA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 212/95
INTERESSADA: ISA MARIA RAVAS
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 213/95
INTERESSADA: JOAQUIM A. JORGE
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 214/95
INTERESSADA: TATIANA DA SILVA QUARESMA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 215/95
INTERESSADA: ANILTON B. DE OLIVEIRA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 216/95
INTERESSADA: FÁBIO DE OLIVEIRA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 217/95
INTERESSADA: JULIANO MARCELO GONÇALVES GARCIA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 218/95
INTERESSADA: CARLA PEREIRA DE MORAES
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 219/95
INTERESSADA: MARCELA VENTURA LIMA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 220/95
INTERESSADA: MARIA CRISTINA PEREIRA NEVES
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 221/95
INTERESSADA: MARCELO DO AMARAL
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 222/95
INTERESSADA: VANUZA SILVA DE OLIVEIRA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 223/95
INTERESSADA: GISELE TUNO
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 224/95
INTERESSADA: JOÃO BOSCO MORAES RATO
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 225/95
INTERESSADA: ALFREDO DE ALBUQUERQUE FILHO
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 226/95
INTERESSADA: PAULO ROBERTO LIMA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 227/95
INTERESSADA: ORLAUD MORAES
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 228/95
INTERESSADA: JOSÉ SAVANHA DE MORAES
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 229/95
INTERESSADA: MARCELA FERREIRA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 230/95
INTERESSADA: GISELE PEREIRA DE OLIVEIRA
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 231/95
INTERESSADA: ISABEL SANTANA SANTI
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 232/95
INTERESSADA: SHELMA MARIA DE OLIVEIRA PEREIRA MORAES
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 233/95
INTERESSADA: LILIAN PATRICIA PIRES
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 234/95
INTERESSADA: JOÃO ROBERTO FARIAS LIMA SOBRINHO
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 235/95
INTERESSADA: CARLA BEATRIZ ANDRADE E JUNIOR, LUIZ
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 236/95
INTERESSADA: CARLOS ALBERTO LOPES
OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INTERESSE DO ESTADO A CARGO DO PROCEGRO

AN.E COORD.GERAL

Comissão de Enquadramento, Hierarquização e Seleção de Operações de Crédito com Recursos do FGTS

A Comissão de Planejamento e Coordenação Geral e presidente da Comissão, após mencionada, no uso de suas atribuições legais, torna pública que as Atas Parciais para seleção dos recursos do FGTS, poderão ser consultadas no endereço eletrônico no dia 07.10.95 até as seguintes datas:

Atas Parciais de 1º a 10º de 1995, em 07.10.95, e a partir de 11.10.95, em 11.10.95.

Cuiabá
Vila Grande
Bom Jardim
Cidade
Povo do Campo
São Vicente
Dourado
Povo do Araripe
Tangará da Serra
Itaitumbá
Povo do Leste
Povo do Oeste
Município de União

2. As atas parciais selecionadas pelo Programa Convênio de Seleção.

Cuiabá
Vila Grande
Bom Jardim
Cidade
Povo do Campo
São Vicente
Dourado
Povo do Araripe
Tangará da Serra
Itaitumbá
Povo do Leste
Povo do Oeste
Município de União

Informa, ainda, que as Atas Parciais, mencionadas e depositadas nos interessados no endereço eletrônico da Comissão de Planejamento e Coordenação Geral e presidente da Comissão, em 07.10.95.

Cuiabá, 03 de Outubro de 1995

INÊS MARTINS DE OLIVEIRA ALVES
Presidente da Comissão de Planejamento e Coordenação Geral e presidente da Comissão de Seleção de Operações de Crédito com Recursos do FGTS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO EM LIQUIDAÇÃO

00 Para uso do processamento

01 Carimbo padronizado do CGC											
02 Empregador CODEMAT- CIA. DES. DO EST. DE MATO GROSSO											
03 Código											
04 Endereço PALACIO PAJAGUAS - BLOCO SEPLAN											
05 CEP 78050970			06 Bairro CPA			07 Município CUIABA			08 UF MT		
09 Banco			10 Agência/UF			11 Cód. Agência					
12 Empregado MARCIA LUIZA DO AMARAL											
13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF) CONTRATO TEMPORÁRIO											
14 PIS/PASEP			15 Código empregado			16 Data nascimento			17 Data admissão		
						22/05/95			22/05/96		
18 Data opção			19 Data afastamento			20 Maior remuneração			21 Aviso prévio		
						22 Pens. Alm.			23 Causa afastamento		
						%			VENCIMENTO CONTRATO		
						24 Cód. saque					

DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS											
25 Indenização		Valor		26 Saldo de salários		Valor		27 FGTS-multa rescis.		Valor	
anos				dias				%			
28 Aviso prévio				29 Comissões				30 TOTAL BRUTO		2.037,34	
31 13º salário		442,90		32 Horas extras				DESCONTOS			
05/12 avos				horas				35 Previdência		105,33	
33 13º sal. inden.				34 Gratificação				36 Previdência 13º sal.		39,86	
dias				37 Adicional insalubridade/periculosidade				41 Adiantamentos			
35 Salário-família				40 Adicional noturno				44 I.R.		104,16	
dias				43				47			
39 Férias vencidas		1.062,96		46				50 TOTAL LIQUIDO RECEBIDO		1.787,99	
42 Férias proporc.				49 FGTS-mês rescisão/mês anterior							
dias				48							
45 1/3 salário s/ férias		531,48		51 Data de homologação				53 Impressão digital Empregado		54 Impressão digital Responsável legal	
48 Sal. maternidade				52 Carimbo e assinatura do empregador/preposto				55 Impressão digital Empregado		56 Impressão digital Responsável legal	
dias				Assinatura do empregado				57 Impressão digital Empregado		58 Impressão digital Responsável legal	
				Assinatura do responsável legal				59 Impressão digital Empregado		60 Impressão digital Responsável legal	

61 Data de homologação											
62 Carimbo e assinatura do empregador/preposto											
63 Impressão digital Empregado											
64 Impressão digital Responsável legal											
65 Data de homologação											
66 Carimbo e assinatura do empregador/preposto											
67 Impressão digital Empregado											
68 Impressão digital Responsável legal											
69 Data de homologação											
70 Carimbo e assinatura do empregador/preposto											
71 Impressão digital Empregado											
72 Impressão digital Responsável legal											
73 Data de homologação											
74 Carimbo e assinatura do empregador/preposto											
75 Impressão digital Empregado											
76 Impressão digital Responsável legal											
77 Data de homologação											
78 Carimbo e assinatura do empregador/preposto											
79 Impressão digital Empregado											
80 Impressão digital Responsável legal											

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

EM LIQUIDAÇÃO

00 Para uso do processamento

01 Cartão padronizado do CGC			
02 Empregador		03 Código	
CODEMAT- CIA. DES. DO EST. DE MATO GROSSO		03 474 053/0011-32	
04 Endereço		COD AT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso	
PALACIO PALACIOS - PLOCO SUDIAN		Centro Público Administrativo - CPA	
05 CEP	06 Bairro	07 Município	08 UF
78050970	CPA	CUIABA	MT
09 Banco	10 Agência/UF	11 Cód. Agência	
12 Empregado		13 Carteira de Trabalho (nº, série e UF)	
MARCIA LUIZA DO AMARAL		CONTRATO TEMPORÁRIO	
14 PIS/PASEP	15 Código empregado	16 Data nascimento	17 Data admissão
			22/05/95
18 Data opção	19 Data afastamento	20 Data saque	
	22/05/96		
21 Maior remuneração	22 Aviso prévio	23 Pens. Alm.	24 Causa afastamento
		%	VENCIMENTO CONTRATO

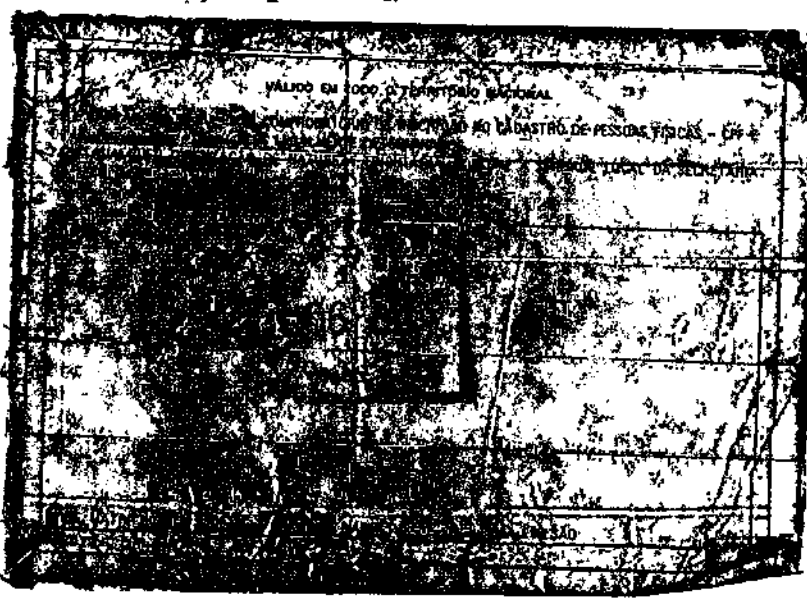
DISCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS			
25 Indenização	Valor	26 Saldo de salários	Valor
anos		dias	
27 FGTS-multa rescis.	Valor	28	
%			
29		30	
Aviso prévio		TOTAL BRUTO	2.037,34
31 13º salário	442,90	32 Horas extras	
05/12 avos		horas	
33 13º sal. inden.		34 Gratificação	
05/12 avos			
35		36	
Salário-família		Adicional insalubridade/periculosidade	
dias			
37		38	
Férias vencidas	1.062,96	Adiantamentos	
40		41	
Férias proporc.		I.R.	104,16
05/12 avos		42	
43		43	
1/3 salário af. férias	531,48	44	
45		45	
Sal. maternidade		46	
dias		47	
48		48	
FGTS-mês rescisão/mês anterior		49	
50		50	
51		TOTAL LIQUIDO RECEBIDO	1.787,99
52		51	
Carimbo e assinatura do empregador/preposto		52	
53		53	
Impressão digital Empregado		54	
54		54	
Impressão digital Responsável legal		55	
55		55	
Assinatura do empregado		56	
56		56	
Assinatura do responsável legal		57	
57		57	
58		58	
59		59	

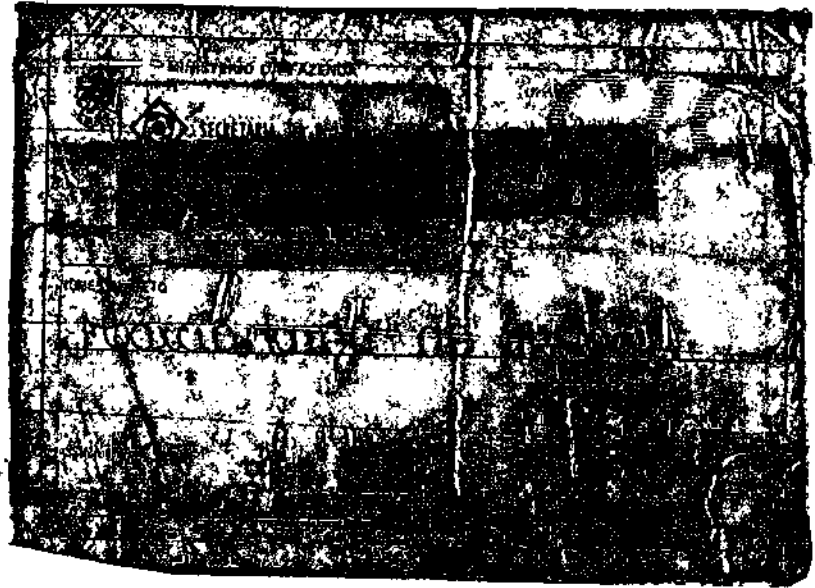
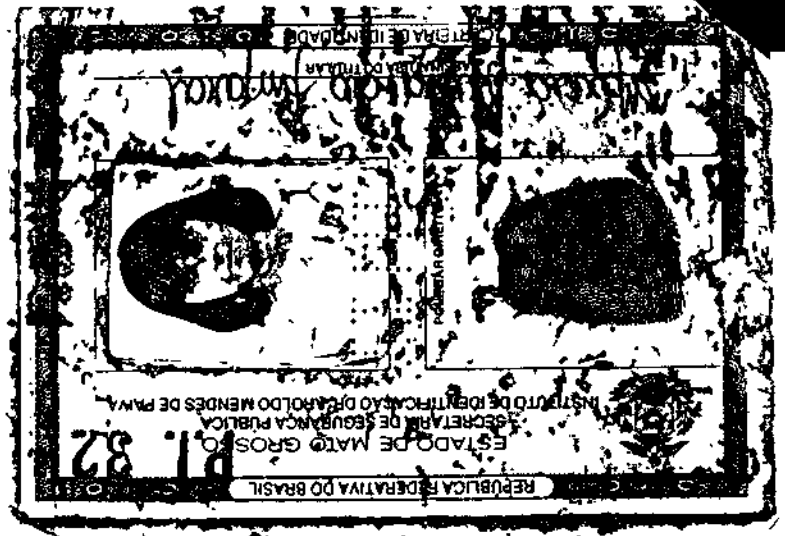
RECIBO DO FGTS		60 Data recepção pelo Banco
61		
Carimbo e assinatura autorizada da empresa		
62		
Sacador - Nome		
63		
Valor do saque - Depósitos	64 Juros e correção monetária	65 Total do saque
66		
Impressão digital Sacador	67 Impressão Digital Responsável legal	68 Assinatura do sacador
69		
Assinatura do responsável legal		
70		
Assinatura do responsável legal		
71		
Assinatura do responsável legal		
72		
Assinatura do responsável legal		
73		
Assinatura do responsável legal		
74		
Assinatura do responsável legal		
75		
Assinatura do responsável legal		
76		
Assinatura do responsável legal		
77		
Assinatura do responsável legal		
78		
Assinatura do responsável legal		
79		
Assinatura do responsável legal		
80		
Assinatura do responsável legal		
81		
Assinatura do responsável legal		
82		
Assinatura do responsável legal		
83		
Assinatura do responsável legal		
84		
Assinatura do responsável legal		
85		
Assinatura do responsável legal		
86		
Assinatura do responsável legal		
87		
Assinatura do responsável legal		
88		
Assinatura do responsável legal		
89		
Assinatura do responsável legal		
90		
Assinatura do responsável legal		
91		
Assinatura do responsável legal		
92		
Assinatura do responsável legal		
93		
Assinatura do responsável legal		
94		
Assinatura do responsável legal		
95		
Assinatura do responsável legal		
96		
Assinatura do responsável legal		
97		
Assinatura do responsável legal		
98		
Assinatura do responsável legal		
99		
Assinatura do responsável legal		
100		
Assinatura do responsável legal		

Modelo aprovado por Instrução Normativa do SNT nº 02/92

A ASSISTÊNCIA NA RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA

LIPAST Cód. 4209





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
TÍTULO ELEITORAL			
NOME DO ELEITOR			
MARCIA LUIZA DO AMARAL			
DATA DE NASCIMENTO	INSCRIÇÃO	av.	ZONA SEÇÃO
12/10/67	1802118	05	001 0761
MUNICÍPIO / UF		DATA DE EMISSÃO	
CUIABA/MT		06/08/89	
JUIZ ELEITORAL			
Diocles de Figueiredo			
VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL			



COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO 4131/09

4 - ANOTAÇÕES (LICENÇA IMPOSTO SINDICAL ADVERTÊNCIA ETC)

Cf. Of. TRT/DSP 04/93, enc. Atestado Médico da Servidora no período de 14 a 17 de Dezembro/93.

Cf. Of. Nº 043/94-TRT/DSP, enc. Atestado Médico da Servidora a partir de 07 à 11.02.94, no período de 5 (Cinco) dias.

*Cf. Of. nº DSP/075/94-TRT, enc. Atestados Médicos rel. ao período de 10.03 à 15.03.94 e 06 e 07.04.94.

*Cf. Of. nº DSP/078/94-TRT, enc. Atestado Médico rel. ao período de 22.03 à 05.04.94, cf. Atestados em anexo aos ofícios.

.....

- Conf. Ofício nº 124/94 de 11.03.94 - a servidora é, devolvida a esta Empresa, que se encontrava a disposição do Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região.....

- Encaminha atestado médico da Servidora rf. ao período de 28.09.94 à 07.10.94.

- Conf. Res. 10/94 de 01.08.94 N- 20 passou a perceber ao salário em reais valor de R\$ 519,41

Conf. 011/94 de 01.09.94, a servidora foi Enquadrada ao Cargo Serv. Administrativo Tec. Operacional Pessoal em Disfunção Nível 20m percebendo o salário no valor de R\$ 545,00

- Conf. Res. 14/94 de 01.11.94, a servidora passa a perceber o salário no valor de R\$ 637,10 - Servidores em Disfunção do anexo IV

- Cf. Prot. Nº 685/95, solicitando abono pecuniário de 1/3 de suas férias relativo ao período 94/95.

- Conforme Portaria nº 04/95 desta Cia, a servidora foi designada para exercer a função de Secretária do Diretor Administrativo, percebendo a gratificação condizente com o Cargo, a partir de 06.01.95.

- Cf. CI 087/95-Dir. Adm., solicitando enquadramento da servidora, c/ base na informação do despacho pede p/ aguardar implantação do PCCS.

- Encaminha Atestado médico da Servidora, rf. ao período de 07 (Sete) dias, a partir de 01.06.95 à 07.06.95.

- Conforme Protocolo nº 1.723/95 de 06.06.95 da CEPROMAT - Comunica que a Empresa coloca a disposição desta Cia - um Moderno Centro de Treinamento em Microinformática e a servidora foi a disposição para participar. OBSERVAÇÃO:.... Este protocolo encontra-se arquivado na pasta A/Z - Processos diversos, desta Divisão.

- A partir de 01.04.95, a servidora foi promovida, na forma dos Itens 5.4 e 9.13 das Normas e Diretrizes Salariais instituídas pela Res. 011/94, passando para o Nível 21/A TAB IV, percebendo o salário de R\$ 637,10.

.....

.....

.....

4 - ANOTAÇÕES (LICENÇA IMPOSTO SINDICAL ADVERTÊNCIA ETC)

-Conforme Processo nº 916/96 a mesma solicita pagamento de férias e
13º salario proporcional pagamento efetuado em 22.05.96 na sua Res.
Contratual:

..

.....

**CODEMAT**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

ANEXO AO PROCESSO Nº PROTOCOLO Nº.685/95

DE 08 / 03 / 95

INTERESSADO(A)

ASSUNTO

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

Do C.R.H.
Para conhecimento e informar.
Em 08/03/95

Benedito Francisco de Almeida
Diretor Administrativo
CODEMAT

À Div. de Registro e Acompanhamento
p/ informar situação funcional do servidor.
Em 09/3/95

Amadeu A. Pompeu de Campos
Coordenador de Recursos Humanos
CODEMAT

À C.R.H.

Informamos à V.Sa., que trata-se de servidora desta Cia., desde 30.04.90, na função de Ag.Adm. N-20-em disfunção, lotada na Cab.Dir.Adm. desta Cia., e ora solicita Abono Pecuniário referente ao período de férias 94/95 " marcadas para o mês de Dez./95. Outrossim, informamos que a servidora faz Juz. de acordo com o Art. 143 § 1º da CLT, pois a mesma solicitou dentro do prazo previsto nesse Artigo.

Em 16/03/95

Ana Luiza Moreira Brito
Chefe da Divisão de Reg. e Acompanhamento
CODEMAT

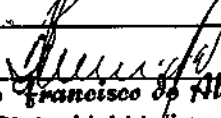
Do Diretor Administrativo
Face a informação da Div. de Registro e Acompanhamento, em que constata o direito da servidora, opinamos pelo deferimento.
Em 16/3/95

Amadeu A. Pompeu de Campos
Coordenador de Recursos Humanos
CODEMAT

A C.R.H.:

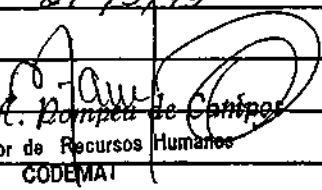
Em vista das informações retro, JEFIRO oplei-
teado pela servidora. Anote-se e grave-se.

Em 17.03.95


Benedito Francisco de Almeida
Diretor Administrativo
- CODEMAT

A Div. de Registro e Acompanhamento
p/ dar ciência à interessada anotações e arquivos.


Em 21/3/95


Amadeu A. Pompeu de Campos
Coordenador de Recursos Humanos
CODEMAT

NOTE

para anotações no exposto acima

Em 21/03/95


Laureado Green Em 24/03/95 
SEA

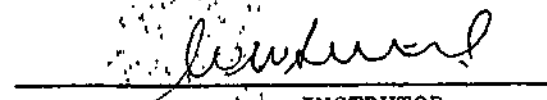


CEAG/MT
AGENTE CERIAE
Centro de Apoio à
Pequena e Média Empresa.
Rua Batista das Neves, 56 - CEP 78.010 - Cuiabá - MT.
Fones: 321-8130 - 321-8835 - 321-9051 - Telex: (065) 2319

CERTIFICADO

O Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Mato Grosso - CEAG/MT, confere este
Certificado à MÁRCIA LUIZA DO AMARAL
Pela participação no CURSO: "TREINAMENTO DE SECRETÁRIAS"
Carga Horária: 24 HORAS/AULA Realizado em: CUIABÁ-MT No período de: 18 A 23/05/87


CEAG/MT
Diretor Executivo
JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO


INSTRUTOR
MARTA MARTINS DA SILVA

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO
ESTADO DE MATO GROSSO.

CERTIFICADO N.º 10492 REGISTRO NO

LIVRO N.º 03 FOLHA N.º 12 V

NA DATA 23,05,87

M. Cunha

ASSINATURA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- . A Organização dos Serviços Administrativos;
- . Serviços de Expediente;
- . Arquivo;
- . Atribuições Básicas da Secretária;
- . Criatividade e Auto Desenvolvimento;
- . Português - Redação Comercial;
- . Operações Bancárias.

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Diretoria do Serviço de Recursos Humanos
Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento

Certificado

Certificamos que MARCIA LUIZA DO AMARAL
frequentou com aproveitamento TREINAMENTO EM COMUNICAÇÃO
sob orientação da Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento de 23/08/93 à 30/08/93
com duração de 10 (DEZ) horas aulas



DEZEMBRO de 1993

[Assinatura]
Chefe da STA

[Assinatura]
Diretor DSRH



<i>Disciplina</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Instrutor</i>	<i>Menção</i>
ETICA DO PODER JUDICIÁRIO	02(DUAS)	DRA. MARIA AUXILIADORA VAZ DE MELO	
O MANEJO DA CORRESPONDENCIA	02(DUAS)	Dr. JEAN NERI ALVARES COUTINHO	
TÉCNICAS AO TELEFONE	02(DUAS)	Sr. SONIA REGINA GUIMARÃES FONSECA	
ETICA E RESPONSABILIDADE DA RECEPCIONISTA	02(DUAS)	Sr. MARIA DE LOURDES B.V.D'OLIVEIRA PAES	
RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO	02(DUAS)	Drª. MARIA AUXILIADORA VAZ DE MELO	

Menção Final. _____
XXXXXXXXXXXX

II Encontro Estadual Certificado de Secretários

CERTIFICAMOS QUE MARCIA LUIZA DO AMARAL
Municipais
PARTICIPOU DO II ENCONTRO ESTADUAL DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE-MT, NA
QUALIDADE DE PARTICIPANTE REALIZADO EM CUIABA-MT, NO PERIODO
DE 06 A 08 DE OUTUBRO DE 1987.

Cuiabá, 08 de OUTUBRO de 1987.

Conselho Estadual de
Secretários Municipais
de Saúde.

Secretaria Municipal
de Saúde - Cuiabá-MT
PELA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE

Associação
Mato-grossense
de Municípios

SECRETARIA

QUALIDADE DE REALIZADO EM CUIABÁ-MT, NO PERÍODO
PARTICIONOU DO II ENCONTRO ESTADUAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE-MT, NA
..... CUIABÁ-MT, DE 08 A 09 DE OUTUBRO DE 1987.

..... de 1987.

Prefeitura Municipal de Cuiabá

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Cuiabá-MT
Certificado nº 66 Registro no Livro Nº 01
Folha Nº 05 na Data 08 / 10 / 87

Assinatura

ASSINATURA

Aracand
677

Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Estadual de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Ofício GAP. nº 124/94

Cuiabá., 11 de março de 1.994

A C.R.H. por 23/3/94
Gerando G. de Andrade Lima Filho
Diretor Administrativo e Financeiro

Ilmo Sr.

Dirijo-me a V.Sa. para apresentar a essa Empresa a partir do dia 01.05.94, a servidora Márcia Luiza do Amaral que se encontra cedida a este Tribunal exercendo função de confiança, no Gabinete da Presidência.

Na oportunidade, agradeço a valiosa colaboração prestada a este Tribunal, ao ceder a servidora em apreço. Registro ainda, a eficiência demonstrada no desempenho de suas funções, solicitando, se possível, que sejam consignados elogios em sua ficha funcional.

Ao ensejo, manifesto a V. Exa, minha consideração e apreço.

Atenciosamente,

[Assinatura]
GERALDO DE OLIVEIRA
Juiz Presidente

A Divisão de Registro e Acompanhamento para conhecimento e anotações de posse administrativa. Após, à Divisão de Salários e Encargos para os procedimentos administrativos pertinentes.

Ilmo. Sr.
FRANCISCO GOMES DE ANDRADE LIMA FILHO
Presidente da CODEMAT

D R A

Em 24 mar 94
[Assinatura]
Vilasto de Arruda Pinto
Coordenador do Rec. Humanos

A Divisão de Registro e
 Encargos
 Para conhecimento

Em 28/07/94

Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

TRIBUNAL REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
 1ª SEÇÃO DE REGISTRO
 PODER JUDICIÁRIO

D.R.A.

Laudado

em 28/07/94

de Alterações em

23/05/94

Ofício 67, de 17/07/94

12.000

Carlos Roberto Oliveira Costa

Cartão de Identificação nº 123456789

Partido do Rio de Janeiro - 10.000.000

Cartão de Identificação nº 123456789

Partido do Rio de Janeiro - 10.000.000

Cartão de Identificação nº 123456789

Partido do Rio de Janeiro - 10.000.000

Cartão de Identificação nº 123456789

Partido do Rio de Janeiro - 10.000.000

Cartão de Identificação nº 123456789

Deu-se encontra-se
 na ficha de lançamento
 da prestação de contas
 em 22/06/94

TRIBUNAL REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
 1ª SEÇÃO DE REGISTRO

Presidente do Conselho de Reg. e Acompanhamento
 12.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

22
431

CODEMAT
Protocolo Nº <u>376/94</u>
Processo Nº <u>12.05.94</u>
Serviço de Protocolo

OF./DSP/075/94

Cuiabá-MT., 18 de abril de 1994.

Senhor Diretor,

Encaminhamos a V.Sa., para os devidos fins, 02 (dois) Atestados Médicos nos períodos de 10 a 16.03.94 e de 06 a 07.04.94, referentes a licença para tratamento da própria saúde, da servidora **MARCIA LUIZA DO AMARAL**, pertencente ao quadro de pessoal desse órgão, ora à disposição deste Regional.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de consideração.

Atenciosamente.

*Para encaminhamento
e providências.
Em 12.05.94
Gustavo G. de Andrade Lima Filho
Diretor Administrativo e Financeiro*

Alvaro Arcajo da Costa
Diretor do Serviço de Pessoal

Ilmº Sr.

Diretor do Serviço de Pessoal da
Companhia de Desenvolvimento do Estado
de Mato Grosso - CODEMAT

N E S T A

*À dir. de Registro e Acompanhamento
p/ conhecimento, anotações e
arquivo.*

Em 13/5/94
Vilberto de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humanos

Dito

Faixa autocolante
e posterior esquerdo

Em 17/5/94

J. O. S.

Odete Pinheiro da Silva
chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

LANÇADO em
Ficha Funcional
em 20.05.94
(M)

ILMO. SR. DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA CODEMAT.

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL, servidora da CODEMAT, cedida ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, vem respeitosamente à presença de V.Sa. manifestar a sua pretensão de férias relativas ao período aquisitivo 1993/1994, para o interregno de 01.09. à 30.09.94.

Declara, que deseja converter 1/3 de suas férias em abono pecuniário relativo ao período final, de acordo com o previsto no ART. 141 § 1º da CLT.

Nestes termos,

Pede-se deferimento.

Cuiabá-MT, 21 de março de 1994.

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL

*ACER#
para imprimir.
Eduy de 03.94*

*Francisco G. de Andrade Lima Filho
Diretor Administrativo e Financeiro*

mla/mla.

A Divisão de Registro e Acompanhamento dos procedimentos administrativos inerentes aos atos requeridos, estabelecendo, inicialmente, contato com a interessada para esclarecer a divergência de datas. Posteriormente, à Divisão de Salários e Encargos para as providências complementares.

Em 24 Mar 94

*Vilasto de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humano*

AWA

Para os devidos fins, merecer
no Excele de Férias período
93/94, por o mês de setembro/94.
Em 12/04/94

Odete Pinheiro da Silva
Odete Pinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

Lausado
Julse
12/04/94



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

OFÍCIO TRT/DSP nº 043/94

Cuiabá, 25 de fevereiro de 1994.

22
134

CODEMAT
Protocolo N° 781/94
Processo N°
Data 07/03/94
Martins
Serviço de Protocolo

Senhor Chefe

Estamps encaminhando a V. Sa., em anexo, ATES-
TADO MÉDICO da servidora MÁRCIA LUIZA DO AMARAL, à dispo-
sição deste Tribunal Regional do Trabalho, para as provi-
dências que V. Sa. julgar necessárias.

Atenciosamente,

Alvaro
Alvaro Arcajo da Costa
Diretor de Serviço de Pessoal

Ilmo. Sr.
Chefe do Setor de Pessoal
CODEMAT
CUIABÁ - MT


ACK
para conhecimento
e providências.
Em 07.03.94

Francisco G. de Andrade Lima Filho
Diretor Administrativo e Financeiro

ENCARREGADO
GRU FICHA FUNCIONAR
GR - 08 03-94

A Div. Reg. Acompanhamento
para conhecimento e anotação.

Em 08/03/94


Vilasbo de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humano

[Dito.]

Pone anotação a
posterior requisição.

- Em 8.3.94


Odete Pinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

ILMO. SR. DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA CODEMAT

CODEMAT
Protocolo Nº 3.230/93
Processo Nº 88
DATA 28/06/93
Serviço de Protocolo

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL, Agente Administrativo, Nível 20, servidora à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, lotada no Gabinete da Presidência, vem muito respeitosamente requerer se digne V. Sa. REMUNERAR as férias relativas ao período aquisitivo 92/93, marcadas para o mês de julho/93.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Cuiabá, 25 de junho de 1.993.

MÁRCIA LUIZA DO AMARAL

A.C.R.H.
para informação
Em 28/6/93.

Francisco de Andrade Lima Filho
Diretor Administrativo e Financeiro

LANÇADO
Em: 26/07/93
Macedo
Servidor Responsável

Div. de Registro e Acompanhamento
ff informar situação funcional da servidora.

Em 06/7/93
Vilazto de Arruda Pinto
Coordenador do Rec. Humanos

A COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

Informamos a V.Sa., que a requerente, é servidora desta Cia, admitida em 30.04.90, Agente Administrativo, à disposição do TRE.

Outrossim, informamos que de acordo com a Escala de Férias desta Divisão, as férias do período 92/93 da servidora, estão marcadas para gozo no mês de julho/93 que deverá ser creditado na folha de pagamento mês de junho/93.

Em 08.07.93

Odete Pinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento

Do Diretor adm. Financeiro

Encaminhamos à V.Sa. informação da Div. de Reg. e Acompanhamento. Informo também, que as férias

~~da servidora poderão ser pagas até 16/07/93~~

Vilazio de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humanos

Indefiro. a CRH, para reprogramar as referidas férias para outubro do corrente exercício.

Em 13/7/93

Francisco G. de Andrade Lima Filho
Diretor Administrativo e Financeiro

A Div. Reg. e Acompanhamento

pel conhecimentos e anotações, conf. despacho do DIA F., dando ciência a interessada.

Em 15/7/93

Vilazio de Arruda Pinto
Coordenador de Rec. Humanos

marley

Para anotação na Ficha de Férias
arquivar - re. Este sendo pagas folha de junho/93

Odete

16/07/93

Odete Pinheiro da Silva
Chefe Divisão de Reg. e Acompanhamento



CODEMAT

COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO

011/91

DE 02

01

91

ANEXO AO PROCESSO Nº

INTERESSADO(A)

ASSUNTO

DESPACHOS E INFORMAÇÕES

A DRH para providências

02/04/91

José Moacir Witczak

Diretor Presidente

- CODEMAT -

A SERH

Para conhecimento, anotações e
demais providências que se fizerem neces.
sárias.

04/04/91

Francisco de Assis da Silva Lopes

Chefe da Divisão de Recursos Humanos

- CODEMAT -

do SEAS

pl conhecimento e providências, conf.
despacho da DRH

Em 07/04/91

Jurema Jacó de Moraes

Chefe do Setor de Relações Humanas

- CODEMAT -

AO GERAT

Para os devidos atos e
anotações, a mesma ficará
à disposição para este efeito
a partir de hoje.

Em 11.04.91


Joana Maria Garcia Canale

Chefe do Setor de Adm. Geral

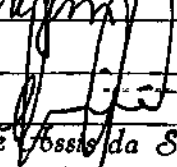
Visto

Proceder anotação na ficha funcional e
portar a seguinte decisão:

De 18-01-91


Roberto Pereira Mosler
Chefe do Setor de Administração
Pessoal

Em tempo, conforme ofício nº 003/91,
datado de 02/01/91, a unidade para a
disponibilidade da Prefeitura Municipal de Maracá-MT,
COM ONUS para o órgão de destino.


Francisco de Assis da Silva Lopes
Chefe da Divisão de Recursos Humanos
-- CODEMAT --



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
DO ESTADO DE MATO GROSSO.

LOTAÇÃO SEDE,

DAF - (2381).

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO 4131/02

Conforme portaria 049/90 A servidora passa a exercer a função de secretária da diretoria administrativo financeira recebendo ajuda de custo AC 04 a partir de 30.04.90.

Conforme Processo 011/91 a servidora fica A disposição da Prefeitura Municipal de Cuiabá, Com onus para a Codemat a partir de 26.12.90..

Conforme Portaria 004/91 fica dispensada da função de Secretária da DIAF a servidora a partir de 02.01.91

Conforme Resolução 011/91- foram Revogadas as nº 01,02, 03/91

a partir de 1º.04.91 foi criado a Lei 8.178 de 1º.03.91

Conforme Resolução 24/91 de 1º.08.91- N-20 passou a perceber ao salario de R\$ 217.100,00

Conforme Resolução 26/91 N-20 passou a perceber ao sal. de R\$ 237.300,00 .

Conforme Resolução 31/91 de 01.11.91- N-20 passou a perceber ao salario de R\$ 237.300,00- a partir de 1º.12.91- N 20 passou a perceber ao salario de R\$ 266.300,00

Conforme Resolução 03/92- N-20 passou a perceber ao salario de R\$ 477.300,00 .

Conforme OF nº 883/92 de 10/08/92- a servidora ,foi devolvida para CODEMAT que se encontrava a disposição da Prefeitura Municipal de Cuiabá .

Conf.OF. TRE 23º nº 008/92 ,correspondente a solicitação que a servidora ser colocada a disposição do E. Regional, com ônus parcial para o tribunal .

A servidora encaminha Atestado Médico do período de 22.12.92.

Conf.OF nº 00150/93 de 09/02.93 a servidora se encontra a disposição do TRIBUNAL a partir da tada acima citado. Conforme Publicação no Diário Oficial, a Servidora foi à disposição do Tribunal Regional do Trabalho, à partir de 15.02.93 à 15.02.94.

A partir de maio o nivel 20 passou a perceber R\$ 1.145.520,00 , conf. Res. nº 14/92.

A partir de setembro o nivel 20 passou a perceber R\$ 1.322.017, conf. Res. nº 26/92.

A partir de novembro o nivel 20 passou a perceber R\$ 1.411.766,00 conf. Res. nº 29/92.

A partir de dezembro o nivel 20 passou a perceber R\$ 1.540.108,00 conf. Res. nº 29/92.

A partir de janeiro o nivel 20 passou a perceber R\$ 8.475.913,00 conf. Res. nº 003/93.

A partir de março o nivel 20 passou a perceber R\$ 12.704.546,00 conf. Res. nº 07/93.

A partir de maio o nivel 20 passou a perceber R\$ 24.549.057,00 conf. Res. nº 16/93.

A partir de 1º Julho/93, a servidora passou a perceber o salário de R\$ 34.481.360,00, cf. Res. 21/93.

A partir de 1º Agosto/93, a servidora passou a perceber o salário de R\$ 40.876,45, cf. Res. 23/93-N-20.

A partir de	Venc. Padrão	Gratificação	Outros	Nome: MARCIA LUIZA DO AMARAL.	Data da Emissão: 30 / 04 / 90	Grupo N.º
				Profissão: AG. ADM.	Classe:	Ser
				Cargo: AGENTE ADM.	Nível: 20	Cód. 505
				Exercício: 1.990	Matrícula N.º	
				Lotação: D I A F. (Secretaria)	N. Dep. Econ. Imp. Rend. NCz\$	
					N. Dep. Econ. Sal. Família NCz\$	

[illegible]

Postaia nº 049/90 designa servidora p/ exercer a função de Secretária da Dir. Financeira
aberta de 29/05/90

Múltiplos Proventos, refere-se a adiantamento de parte de seu salário 29/06/90

* Dif. de Salário em Dez/90 referente a Ajuda de Custo que foi pago a menor no 13º de
ano.

* Antecipação sal. ad. soluint pago pela Tesouraria em I + Informe D. nº 152/90 autorizada
pelo Dir. Admin. Financeiro.

Processo nº 011/91 - a servidora ficou com onus para este Bico
a partir de 26.12.90 e a colocada à disposição de Pref. mun. Curitiba

A partir de	Venc. Padrão	Gratificação	Outros	Nome: MARCIA LUIZA DO AMARAL	Data da Emissão: 30 / 04 / 90	Grupo Nº
				Profissão:	Classe:	Ser Cód. <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> 5 0 5
				Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO (II)	Nível: 2X 23 (F.F.)	Matrícula Nº
				Exercício: 1 992	N. Dep. Econ. Imp. Rend. Cr\$	N. Dep. Econ. Sal. Família Cr\$
				Lotação: CODEMAT/RESCISÃO		

ESPECIFICAÇÕES	CÓD.	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	13º SAL.	TOTAL
Salário	01	266.300,00	477.300,00	477.300,00	477.300,00	477.300,00	1145.520,00	1145.520,00	1145.520,00	2600,63	2600,63	333080,00	3590.884,00	24401,36	
Diferença Salário															
Férias															
Adicional 4 %	35	9.546,01	9.546,00	9.546,00	19092,00	45.820,80	45.820,80	50.720,80	45.820,00	101.030,32	104030,52	133932,28	143.635,36		
Abono (1/3 - Const.)															
Abono Pecuniário															
Ajuda de Custo															
Reg. Sal. 8222	04	211.000,00				668.200,00		1145.520,00	1145.520,00						6.157.702,33
Dev. Descontos	36														
DEV. IR	35								14.648,00						
13º Salário															
Salário Família															
TOTAL DOS PROVENT.		486.846,00	486.846,00	486.846,00	496392,00	1191.340,80	1181.340,80	2341460,80	2354538,00	2704794	2704793,52	3464039,28	3734583,36	2205593,6	
IAPAS	38	48.684,60	48.684,60	48.684,60	49.639,20	119.134,08	118.134,08	119.684,00	119.134,00	270.479,35	270.479,35	346.403,92	373.458,36	220.559,36	
Contribuição Sindical	71					19.855,68									
Seguros *	66	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	10.500,00	11.500,00	28.500,00	19.500,00		
Capemi Consignação															
Capemi Seguros															
Imposto de Renda	81							14.648,00							
ASPEMAT															
Anulação de Provent.											4900,00				
D.B. / A.S.C.										26.007,63					
A.S. CODEMAT *	89	2.663,01	4.773,00	4.773,00	4.773,00	4.773,00	11.455,20	11.455,20	11.455,20	9	2600,63	333080,00	69.216,91		
SINDICATO															
TOTAL DE DESCONTO		56.247,60	58.357,60	58.357,60	59.312,20	118.667,76	135.489,28	148464,28	135489,20	320286,98	408211,99	962468,84	350151,93		

Ofício nº 083/6P/82 → a partir do dia 30 de mayo. 03.82. a seguinte passa a receber seus vencimentos pelo Codemat, que encontra-se a disposição da Pref. Municipal de Curitiba.

Financeiro segue em Out/92 a maior (+4.900,00) pois em julho não foi descontado.

Anulação de Prov. em Outubro/92 pois foi creditado 4900,00 ao Financeiro segue no Adicional. (Nota de código)

Pagou Férias em Dez/92 na CI nº 982/92 ⇒

Férias	3.464.039,28
Adic. Const.	1.154.689,76
Outro	4.618.719,04
INSS	461.871,90
F. seg.	19.500,00
P.S. C.	33.308,07
Líquido	4.104.039,07

CANCELADA

CANCELADA

Apartir de	Venc. Padrão	Gratificação	Outros	Nome: MARCELO LUIZ DE AMARAL	Data da Emissão: 30 / 04 / 90	Grupo N.*
				Profissão:	Classe:	Ser Cod.
				Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Nível: 20	Matricula N.*
				Exercício: 1.991	N. Dep. Econ. Imp. Rend. Cr\$ _____	
				Lotação: PREFEITURA DE CUIABÁ	N. Dep. Econ. Sal. Família Cr\$ _____	

[illegible]

Portaria nº 009/91 - Dispensa o servidor do cargo de Mantua da Diretoria Adm. Financeira a partir de jan/91.

Anulação de Proventos em jan/91 referente ao adiantamento de salário pago por CI nº 32/91 autorizado pelo Diretor de Adm. Financeira.

Processo nº 814/91 da Pref. Municipal de Curitiba - a servidora ficará sem ônus p/ Cia a partir de Ago/91 conforme nº 246/91.

Nome: MARCIA LUIZA DO AMARAL

Profissão:

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO (II)

Exercício: 1 993

Lotação: T.R.1

Nome: MARCIA LUIZA DO AMARAL

Profissão:

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO (II)

Exercício: 1 993

Lotação: T.R.1

[illegible]

Ofício nº 00150/93 - Foi autorizada a disponibilidade da servidora p/ o T.R.T até 31 de Dezembro/93

* Ofício Gap. nº 324/94 - Retirou a servidora da Cia. a partir de 01/05/94.

* Portaria nº 04/95 - Designar a servidora, para Responder pelo Cargo de Secretária do Diretor Administrativo, preenchendo a função qualificada correspondente ao símbolo P6-2, a partir de 11 Janeiro/95.

1 ano: Fala duas palavras.

Idade

Seu filho já come a comida da casa mas precisa comer mais vezes que um adulto. Ele brinca de bater, encaixar e empilhar objetos. Vai aprendendo o nome das partes do corpo. A vacinação está em dia?



1 ano e 6 meses: Anda sozinho.

Idade

Criança gosta de brincar com água. Ajude-o a lavar as mãos e a escovar os dentes. Deixe que use a colher e o copo. Comece aos poucos a tirar a fralda e ensine seu filho a usar o penquinho, com paciência.



2 anos: Empilha 5 coisas.

Idade

Seu filho gosta de brincar com coisas variadas e com outras crianças. Já tem vontade própria, fala muito a palavra não. Sobe e mexe em tudo: cuidado com o fogo e cabos de panelas.



2 anos e 6 meses: Fala frases curtas.

Idade

Gosta de cantar, bater, imitar pessoas, animais, carros e brincar de "casinha". Ensine seu filho a dizer seu próprio nome. Converse sempre com ele. Aprende muito pela imitação: o exemplo dos adultos é muito importante. Cuidado com acidentes no trânsito.



3 anos: Desenha bolinhas.

Idade

Criança precisa de outras crianças e de espaço para brincar, correr e pular. Ajuda a vestir-se e a calçar os sapatos. Pode aprender a contar e conhecer cores. Gosta de rabiscar.



4 anos: Conta ou inventa pequenas histórias.

Idade

Gosta de ouvir histórias, aprender canções, ver livros e revistas. Tem atração pelo fogo. Cuidado! Ensine seu filho a ser organizado, a cuidar de si e do lugar onde vive. Ajude-o, para que ele aprenda melhor.



Leve o serviço de saúde para acompanhar a saúde do seu filho e sempre que ele ficar doente. Leve sempre este cartão e peça que seja preenchido.

Outras vacinas		Anti Difteria e Tétano		Anti Tétano		Vacinas obrigatórias no 1º ano de vida		Anti Polio		Data Rubrica	
Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		BCG 13/8/94		DPT (tríplice) 13/8/94		1ª dose 13/8/94	
Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		BCG 13/8/94		DPT (tríplice) 13/8/94		2ª dose 13/8/94	
Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		BCG 13/8/94		DPT (tríplice) 13/8/94		3ª dose 13/8/94	
Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		Sabin 13/8/94		BCG 13/8/94		DPT (tríplice) 13/8/94		Reforço 13/8/94	

Documento válido em todo o Território Nacional como comprovante de vacinação. Não pode ser retido.

CARTÃO DA CRIANÇA

Nome da criança: João Felipe do Amaral Souza
 Nome da mãe: Marcia Luiza do Amaral
 Nome do pai: Abelardo Rodrigues Souza
 Endereço: _____

Local de referência

Data de nascimento: 10/05/94

Peso em gramas: 3180

Comprimento (cm): 47

Apgar 5: 10

Perímetro cefálico (cm): 34

Tipo de parto: ☐ Natural ☒ Força ☒ Cesáreo

Observações

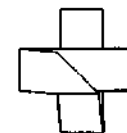
SÃO DIREITOS DA CRIANÇA:

- Ser amamentada;
- Ser bem alimentada, vacinada e receber acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento;
- Contar com bons serviços de saúde, boas creches e pré-escolas;
- Viver em lugar saudável, ter oportunidade de brincar e aprender;
- Receber afeto e viver sem violência.

Todos devem ajudar a garantir esses direitos.

Estão na Constituição Brasileira.

MINISTÉRIO DA SAÚDE



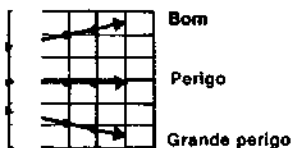
SUS

Sistema Único de Saúde
 Ministério da Saúde
 Secretaria Nacional de Assistência à Saúde
 Diretoria de Saúde Materno-Infantil

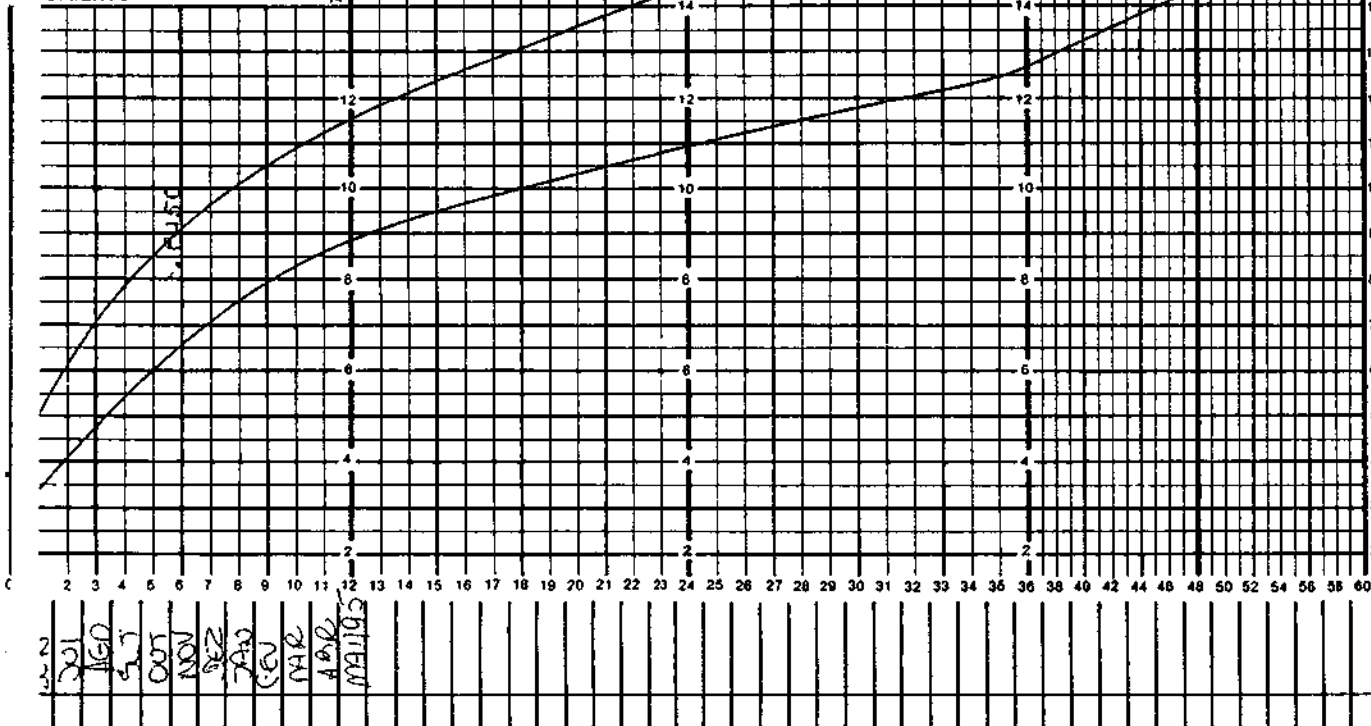
GRÁFICO PESO-IDADE

Nome da criança

acompanhe o crescimento
e desenvolvimento
do seu filho.



ACIDENTE



DIÁRIO DO MÊS QUANDO OCORRER

- Diarréia P — Pneumonia O — Outra Doença H — Hospitalização

Padrão de referência para peso e idade do NCHS

Desenvolver-se é crescer, aprender e fazer coisas novas, diferentes.



Seu filho deve começar a mamar logo após o nascimento. Até 4 a 6 meses, o leite do peito é o único alimento necessário. A amamentação traz alimento e carinho. Ele já sente e aprende. Gosta que falem e cantem enquanto cuidam dele.



2 meses: Responde ao sorriso com um sorriso.

Idade

A amamentação protege o bebê e ajuda a desenvolver sua inteligência. Coloque seu filho em diferentes posições. Mostre objetos coloridos a ele. Leve-o ao Serviço de Saúde para o acompanhamento e vacinação.

4 meses: De bruços, levanta a cabeça e ombros.

Idade



Continue amamentando. Entre 4 a 6 meses, comece a dar-lhe outros alimentos. Gosta de colocar as mãos e tudo o que pega na boca. Seus brinquedos devem estar limpos. Coloque seu filho em lugares variados, mas atenção porque ele começa a rolar e pode cair.

6 meses: Vira sem errar para o lado do barulho.

Idade



Seu filho precisa comer 2 refeições de sal, mas ainda precisa mamar. Converse com ele, repetindo os sons que ele faz. Coloque-o no chão para se movimentar melhor. Olha e pega tudo: cuidado com coisas pequenas para não engasgar.

9 meses: Arrasta-se ou engatinha.

Idade



Brinque com seu filho de fazer caretas, bater palminhas: mostre alegria com o que ele for aprendendo. Converse com ele. Ensine-lhe o nome das coisas e pessoas. É muito curioso, não deixe ao seu alcance: remédios, inseticidas, coisas perigosas.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ENSINO DE 1.º E 2.º GRAUS
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE MATO GROSSO
CRIADA PELA LEI N. 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA APROVADA PELA PORTARIA N. 075, DE 25 DE SETEMBRO DE 1981
CURSOS RECONHECIDOS PELA PORTARIA N. 076, DE 25 DE SETEMBRO DE 1981

CERTIFICADO

O Diretor da Escola Técnica Federal de Mato Grosso, de acordo com a redação dada pela lei n.º 7.044, de 18 de outubro de 1982, ao artigo 16, da lei n.º 5.692/71, de 11 de agosto de 1971, *Certifica* que MARCIA LUIZA DO AMARAL, natural de CUIABÁ - MT, nascido(a) em 12 de outubro de 1 967, foi considerado(a) *aprovado(a)* em todas as disciplinas do curso de SECRETARIADO, no ano de 1986/2, conferindo-lhe o título de *Auxiliar Técnico* em SECRETARIADO, estando apto(a) a prosseguir estudos em nível superior.

Cuiabá, 22 de dezembro de 1986

LOCAL E DATA

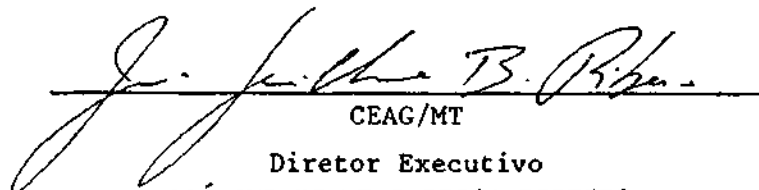
CONCLUINTE

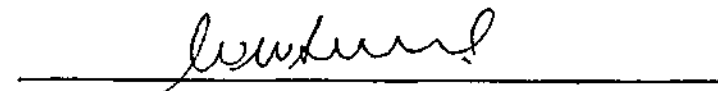
DIRETOR
Joaquim E. Guimarães
Diretor da E. T. F. MT.



CERTIFICADO

O Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Mato Grosso - CEAG/MT, confere este
Certificado à MÁRCIA LUIZA DO AMARAL
Pela participação no CURSO: "TREINAMENTO DE SECRETÁRIAS"
Carga Horária: 24 HORAS/AULA Realizado em: CUIABÁ-MT No período de: 18 A 23/05/87


CEAG/MT
Diretor Executivo
JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO


INSTRUTOR
MARTA MARTINS DA SILVA

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO
ESTADO DE MATO GROSSO.

CERTIFICADO N.º 10492 REGISTRO NO

LIVRO N.º 03 FOLHA N.º 12 V

NA DATA 23,05,87

M. Cunha

ASSINATURA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- . A Organização dos Serviços Administrativos;
- . Serviços de Expediente;
- . Arquivo;
- . Atribuições Básicas da Secretária;
- . Criatividade e Auto Desenvolvimento;
- . Português - Redação Comercial;
- . Operações Bancárias.

II Encontro Estadual **Certificado** de Secretários

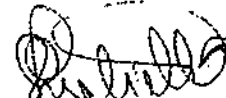
CERTIFICAMOS QUE MARCIA LUIZA DO AMARAL Municipais

PARTICIPOU DO II ENCONTRO ESTADUAL DE SECRETARIOS MUNICIPAIS DE SAUDE-MT, NA

QUALIDADE DE PARTICIPANTE de REALIZADO EM CUIABA-MT, NO PERIODO

DE 06 A 08 DE OUTUBRO DE 1987.

Cuiabá, 08 de OUTUBRO de 1987.


Conselho Estadual de
Secretários Municipais
de Saúde.


Secretaria Municipal
de Saúde - Cuiabá-MT


Associação
Mato-grossense
de Municípios

PELA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE

9.

SECRET
CONFIDENTIAL

04308' 46 72-681

DECLASSIFY ON: OADR * 2025

CC: [redacted]

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região
Diretoria do Serviço de Recursos Humanos
Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento

Certificado

Certificamos que MARCIA LUIZA DO AMARAL
frequentou com aproveitamento TREINAMENTO EM COMUNICAÇÃO
sob orientação da Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento de 23/08/93 *a* 30/08/93
com duração de 10 (DEZ) *horas/aulas.*

Cuiabá/MT, 10 de DEZEMBRO de 1993

[Assinatura]
Chefe da STA

[Assinatura]
Diretor DSRH



<i>Disciplina</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Instrutor</i>	<i>Menção</i>
ÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO	02(DUAS)	DRA. MARIA AUXILIADORA VAZ DE MELO	
O MANEJO DA CORRESPONDÊNCIA	02(DUAS)	Dr. JEAN NERI ALVARES COUTINHO	
TÉCNICAS AO TELEFONE	02(DUAS)	Sr. SONIA REGINA GUIMARÃES FONSECA	
ÉTICA E RESPONSABILIDADE DA RECEPCIONISTA	02(DUAS)	Sr. MARIA DE LOURDES B.V.D'OLIVEIRA PAES	
RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO	02(DUAS)	Drª. MARIA AUXILIADORA VAZ DE MELO	

Menção Final: _____

FICHA FINANCEIRA

APARTIR DE	VENC. PADRÃO	GRATIFICAÇÃO	OUTROS	NOME: MARCIA LUIZA DO AMARAL	DATA DA EMISSÃO: 30 / 04 / 90	GRUPO Nº						
				PROFISSÃO:	CLASSE:	SER						
				CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO	NÍVEL: 20	COD. <table border="1"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>5</td> <td>0</td> <td>5</td> </tr> </table>				5	0	5
			5	0	5							
				EXERCÍCIO: 1 991		MATRÍCULA Nº						
				LOTAÇÃO: PREFETURA MUNICIPAL DE CUIABÁ <i>Ademir / Racião</i>	N. DEP. ECON. IMP. REND. NCZ\$							
					N. DEP. ECON. SAL. FAMÍLIA NCZ\$							

[illegible]

* Portaria nº 109/91 - Dispõe o Sr. Dr. do cargo de secretário da Direção Adm. Financ. Cuiabá, substituído de Jan/91

* Anulação do x-por Jan 20/91 referente a adiantamento de salário pago por CI nº 32/91 autuado Dir. Fin. Adm. Financeira

* Processo nº 814/91 - de Pref. Municipal de Cuiabá: a pendente ficará sem onus p/ cie a partir de Abril/91, conf. nº 246/91

* Anulação de Gastos em Ago/91, referente ao saldo negativo de julho/91 (2.166,00).